

Casa de
Oswaldo Cruz



Ministério de Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PRESERVAÇÃO E GESTÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DAS
CIÊNCIAS E DA SAÚDE**

RODOLFO LO BIANCO

**IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (NHRC) – COLÔNIA/RJ:
Valores e Significado Cultural**

Rio de Janeiro

2019

RODOLFO LO BIANCO

**IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS / NHRC – COLÔNIA/RJ:
Valores e Significado Cultural**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Patrimônio Cultural - história, memória e sociedade.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Renato da Gama-Rosa Costa

Rio de Janeiro

2019

Ficha Catalográfica

L795i Lo Bianco, Rodolfo.

Igreja Nossa Senhora dos Remédios / NHRC – Colônia/RJ : valores e significado cultural / Rodolfo Lo Bianco. – Rio de Janeiro : s.n., 2019.
114 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação em Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.

Bibliografia: 96-101f.

Antropologia Cultural. 2. Arquitetura. 3. Patrimônio Cultural. 4. Preservação.

CDD 306.6

Catálogo na fonte – Marise Terra Lachini – CRB6-351

RODOLFO LO BIANCO

**IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS / NHRC - COLÔNIA/RJ:
Valores e significado cultural**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Patrimônio Cultural: história, memória e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Renato da Gama-Rosa Costa (Orientador)
COC/FIOCRUZ

Prof^a. Dr^a. Sigrid Hoppe
CFMA/FIOCRUZ

Prof^o. Dr. Marcos José de Araújo Pinheiro
COC/FIOCRUZ

Suplentes

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Gadelha Albano Amora
PROARQ/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Inês El-Jack de Andrade
(PPGPAT / Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

Rio de Janeiro
2019

Aos fiéis da Igreja Nossa Senhora dos
Remédios, Colônia, Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Aos entrevistados por cederem seus tempos em entrevistas que acabaram virando conversas.

Aos fiéis da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, ao Gabriel dos Santos, Inês Costa, Padre Silvio de Oliveira, Padre Daniel, Jorge, Gloria Gitahy de Souza, Eliete Teixeira Gitahy, Luis Paulo de Araújo, Alcides da Silva, Claudete Alonso da Silva, Thiago Santos, Esmeralda Alonso e Zenira de Souza e Luciana Gitahy e Juliana Gitahy e os demais fiéis.

Ao pré-vestibular comunitário São Miguel Arcanjo

Aos arquitetos Bruno Teixeira de Sá (DPH/Fiocruz), Olívio Coelho e Regina Mattos (na época consultora do INEPAC)

Aos técnicos do Campus Fiocruz da Mata Atlântica, Luis Madeira e Sigrid Hoppe,

À diretora do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, Raquel Fernandes,

Ao INEPAC e a equipe do Departamento de Pesquisa e Documentação,

Ao arquivo do IMASJM,

Ao arquivo Central do IPHAN,

Ao arquivo da Curia arquidiocesana,, coordenado pela Daniely Ximenes da Silva e equipe,

Ao arquivo do Museu Imperial,

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, em especial ao Renato Gama-Rosa Costa, Marcos José Araújo Pinheiro, Ana Venâncio, Paulo Elian e Carla Teixeira.

As secretárias acadêmicas Valéria Souza e Christina Rivas.

Aos colegas de mestrado do PPGPAT.

Aos fraternos amigos Alice Medina, Álvaro Souza, Ana Paula Santos, Carla Maria Chaves, Juliana Amorim e Tarcísio Bastos.

(...) quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como “patrimônios culturais”, esses objetos estão por sua vez a nos “inventar”, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente. Por esse prisma, a categoria “patrimônio cultural” assume uma dimensão universal e não seria apenas um fenômeno ocidental e moderno: na verdade, manifestar-se-ia de formas diversas em toda e qualquer sociedade humana.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

GEERTZ, Clifford

RESUMO

IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS / NHRC - COLÔNIA/RJ: Valores e significado cultural

Rodolfo Lo Bianco

Orientador:: Prof^o. Dr^o. Renato da Gama-Rosa Costa

Esta dissertação tem como objetivo geral identificar os valores atribuídos à Igreja Nossa Senhora dos Remédios, localizada no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, bairro Colônia, Rio de Janeiro/RJ. Com isso, pretende-se compreender seu significado cultural para diversos atores sociais, os quais estabeleceram relações com a edificação. Nossa percepção é que a participação da comunidade de fiéis, tornou-se mais eficaz, do que somente o papel das instituições, na preservação dos bens culturais no contexto do NHRC. A etnografia e entrevistas permitiram observar como a atribuição de valores, a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos com os objetos, mostrou-se fundamental para compreender o significado da igreja naquele contexto cultural e assim, contribuir para a preservação.

Palavra chave: Colônia Juliano Moreira; Patrimônio Arquitetônico; Patrimônio Católico; valor de troca; valor de mediação

ABSTRACT

NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS CHURCH / NHRC – COLONIA/RJ: Values and cultural significance

Rodolfo Lo Bianco

Advisor: Prof^o. Dr^o. Renato da Gama-Rosa Costa

The purpose of this dissertation is to identify the values attributed to the Nossa Senhora dos Remédios Church., located at Rodrigues Caldas Historical Center, Colônia neighborhood, Rio de Janeiro/RJ. We aim to understand the cultural significance for various social actors who have established relationships with that catholic building. Our perception is that the participation of the community of believers has become more effective than the participation of institutions in the preservation of cultural in the context of the RCHC. Ethnography and interviews allowed us to observe how the attribution of values, based on the relationships established between the subjects and the objects, proved to be fundamental to understand the significates of the church in that cultural context and thus contribute to its preservation.

Keyword: ; Architectural heritage; Juliano Moreira Colony; Catholic heritage; Exchange value; Mediation value.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Sertão Carioca.....	7
Figura 2: Igreja Nossa Senhora dos Remédios.....	8
Figura 3: Núcleo Rodrigues Caldas.....	13
Figura 4: Setorização CJM.....	15
Figura 5: Setorização CJM.....	15
Figura 6: Setor 1 e Núcleo Histórico Rodrigues Caldas.....	17
Figura 7: Lançamento da pedra fundamental da Capela de N. S. dos Remédios", 1863.....	18
Figura 8: Planta baixa INSR.....	20
Figura 9: Nave e Coro.....	22
Figura 10: Balaustrada por detrás do altar.....	23
Figura 11: Imagem de Nossa Senhora dos Remédios.....	24
Figura 12: INSR nos tempos do hospital.....	31
Figura 13: A Missa.....	55
Figura 14: Rito de entrada.....	55
Figura 15: Rito da Comunhão / entrega da hóstia.....	58
Figura 16: Rito da transubstanciação.....	58
Figura 17: Procissão em devoção à Nossa Senhora dos Remédios.....	61
Figura 18: Devoção à Nossa Senhora dos Remédios.....	63
Figura 19: Coroação de NSR.....	64
Figura 20: Bênção aos motoristas.....	66
Figura 21: Bênção dos carros.....	67
Figura 22. INSR atualmente.....	80
Figura 23: Procissão no NHRC.....	82
Figura 24: Procissão no Minha Casa, Minha Vida.....	82

LISTA DE SIGLA

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

CAP'S – Centro de Apoio Psicossocial

CFMA - Campus Fiocruz da Mata Atlântica

CJM - Colônia Juliano Moreira

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

COC – Casa de Oswaldo Cruz

DPH – Departamento de Patrimônio Histórico

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IMASJM – Instituto Municipal de Assistência Social Juliano Moreira

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

INSR – Igreja Nossa Senhora dos Remédios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

MBRAC – Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea

MPERJ – Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro

MS – Ministério da Saúde

NHRC – Núcleo Histórico Rodrigues Caldas

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

RIOURBE – Empresa Municipal de Urbanização

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SEDREPAHC – Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade do Rio de Janeiro

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SMF – Secretaria Municipal da Fazenda

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

SMM - Secretaria Municipal de Meio ambiente

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SMU – Secretaria Municipal de Urbanização

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – A IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS.....	7
1.1 - De Sertão Carioca ao bairro Colônia.....	7
1.2 - A Igreja Nossa Senhora dos Remédios.....	18
1.3 - As intervenções e os tombamentos.....	28
CAPÍTULO 2 - DOS VALORES ATRIBUÍDOS ÀS COISAS, À MATERIALIZAÇÃO DO SIGNIFICADO CULTURAL.....	36
2.1 - Dos valores ao significado cultural.....	36
2.2 – Cultura e as relações de troca.....	44
2.3 – Do significado da edificação e das coisas.....	52
CAPÍTULO 3 – A IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS E A REGIÃO DE JACAREPAGUÁ.....	69
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
ANEXOS.....	103
Anexo 1- Reportagem do Jornal O Globo.....	103
Anexo 2 - Resolução D.O. n. 8 de 15 de dezembro de 2010.....	107
Anexo 3 – Primeira pedra para a nova igreja.....	108
Anexo 4 – Biografia do Pe. Joaquim do C. Rodrigues.....	109
Anexo 5 - Interdição pela Defesa Civil.....	110
Anexo 6 – Desinterdição.....	111
Anexo 7 - Hino e oração à padroeira da igreja.....	112
Anexo 8 – Santinho de São Cristóvão com oração.....	113
Anexo 9 - Tríduo.....	114
Anexo 10 – Imagens coloridas.....	115

INTRODUÇÃO

A Igreja Nossa Senhora dos Remédios (INSR), está localizada no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas (NHRC), bairro Colônia, região de Jacarepaguá¹, na zona oeste do Rio de Janeiro. A partir do contato com o Plano de Requalificação do NHRC, empreendido pela Fundação Oswaldo Cruz, como referência para conhecer a Colônia Juliano Moreira, notei a presença de algo, em princípio, incomum. Uma igreja localizada em um espaço hospitalar psiquiátrico. Percepção esta, desconstruída no decorrer da pesquisa. A edificação, cuja existência perpassa pelo período da escravidão até o atual intenso processo de urbanização da região, a vincula a distintos contextos históricos: Do período colonial, a INSR fazia parte de um importante engenho de açúcar pertencente a Baixada de Jacarepaguá. Durante o século XX, a edificação esteve associada ao uso assistencial hospitalar perdurando até os anos 80. Nos dias atuais, a INSR e seu entorno foram se adaptando às transformações das políticas psiquiátrica, às transformações na política administrativa, no campo da saúde, e às transformações urbanas ocorridas na região.

A identificação dos valores atribuídos à Igreja N^a. Sr.^a dos Remédios, demonstrou uma maneira de compreender seu significado cultural para diversos atores sociais, os quais estabeleceram e estabelecem relações com a edificação. A INSR é uma das edificações melhor preservada, em certa medida, ao se comparar com outras construções do NHRC. Em princípio, o valor de uso justificaria essa distinção, mas, no decorrer da pesquisa, demonstrou-se outros valores atribuídos à edificação católica. A percepção é que a participação da comunidade de fiéis, tornou-se mais eficaz, do que somente o papel das instituições, na preservação dos bens culturais no contexto do NHRC. No que se refere a metodologia, utilizo-me da etnografia e entrevistas, as quais me permitiram observar as relações entre os fiéis e a igreja identificando os valores atribuídos. Dessa forma, foi possível compreender o significado da igreja naquele contexto cultural e assim, contribuir para a preservação.

A pesquisa, sobre esse referido projeto, compreendeu o período de início de 2018 até meados de 2019. O trabalho de campo, de forma mais efetiva transcorreu até junho do ano presente. Contudo, cheguei à Igreja Nossa Senhora dos Remédios em fins de 2016 com o intuito de construir o pré-projeto de pesquisa para o concurso de mestrado. Mesmo morando em Jacarepaguá para se chegar a igreja foi necessário o uso de duas conduções. A primeira até

1 Jacarepaguá é um topônimo derivado de três palavras de língua tupi-guarani: yacaré (jacaré), upá (lagoa) e guá (baixa), Lagoa Baixa dos Jacarés. COSTA, 1995.

o centro da Taquara e de lá seguir de van até a INSR. Entre Taquara e Colônia há dois itinerários das vans: “Colônia direto” e “igrejinha”, como os motoristas a chamam.

Por sorte, na primeira vez em que fui a INSR estava aberta, com quatro mulheres ornamentando o templo para um casamento que ocorreria mais tarde. Neste dia tive o contato com uma delas, quem se tornaria mais adiante minha principal interlocutora da pesquisa. Estas me informariam que a igreja tinha sido reaberta há um breve tempo atrás, após trabalho de manutenção realizado pela comunidade. Entre uma ornamentação e outra, elas mencionaram que, este fato, já havia sido exposto em jornais de grande circulação no Rio de Janeiro (Anexo 1). Somente retornei lá em 2018, já como mestrando do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Manguinhos, com o intuito de pesquisar a Igreja Nossa Senhora dos Remédios “contanto a história” dela. A partir de então, passei a acompanhar as missas aos domingos quando esta exercia sua principal atividade. Além das missas dominicais, a igreja abre para a reza do terço, diariamente pela manhã. A Colônia Juliano Moreira (CJM) é conhecida, além de um lugar de função hospitalar-asilar, também por ser cenário de filmes, tal como, *Bicho de Sete Cabeças* e algumas novelas. Devido a isso, despertou-me certa curiosidade em saber como era a convivência nesse universo entre pacientes e não pacientes.

O catolicismo me é um campo religioso familiar, em certa medida, pelo fato de já ter sido batizado e feito primeira comunhão. Apesar disso, no decorrer da pesquisa, ao se ter contato com diversos símbolos e significados, esta religião me demonstrou ser desconhecida. Se o universo católico é familiar, seus significados são exóticos. No processo de pesquisa, é importante tornar familiar o exótico e exótico o familiar, pois isso é parte do processo de construção do conhecimento junto as práticas de determinados grupos sociais por meio da pesquisa de campo. Assim, no que tange o trabalho de campo, Roberto DaMatta se apropria da ideia de *Antropological Blues* para explicar que:

o estudioso toma contato direto com seus pesquisados, obrigando-o a entrar num processo profundamente relativizador de todo o conjunto de crenças e valores que lhe é familiar. (...) para que o familiar possa ser percebido antropológicamente, ele tem que ser de algum modo transformado no exótico. Do mesmo modo, que insisto na transformação do exótico em familiar para que possamos ter uma análise verdadeiramente sociológica” (DAMATTA, 1987, p.144; 162).

O familiar aqui é tratado enquanto algo que se tenha contato. Isso não quer dizer que se *conhece* ou se compreenda os significados e dinâmicas da interação do sujeito por exemplo com a religião católica. A etnografia é apresentada aqui aos moldes do que Geertz (1989) considerou, a partir da ideia de “descrição densa” de Gilbert Ryle, enquanto uma ferramenta metodológica, sendo:

(...) em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário (...) o objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, as densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas (GEERTZ, 1989, p.20; 38).

No campo, pretendi acompanhar sistematicamente os eventos que ocorreram no âmbito da igreja do NHRC, como as procissões e as missas. Nessas ocasiões foi possível compreender a dimensão cultural católica, assim como, assimilar expressões específicas católicas locais. Ao acompanhar tais eventos realizei o que chamei de exercícios etnográficos, buscando essa descrição densa dos eventos, das celebrações, dos ritos para, em seguida, captar valores atribuídos à edificação. O objetivo foi evidentemente a aproximação dos fiéis que, de certa forma, atribuem significado religioso à edificação e observar as atividades litúrgicas empreendidas por estes. Nessas atividades litúrgicas, a dimensão imaterial das celebrações não foram reconhecidas pelas instituições oficiais de preservação do patrimônio cultural durante algum tempo. Curioso que o Catolicismo, enquanto parte integrante da identidade nacional brasileira, é reconhecida desde a fundação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Entretanto, somente na sua dimensão material, arquitetônica.

Na aproximação do campo no princípio apareceram algumas dificuldades. As missas são momentos de celebração em que fiéis estabelecem relações com seu Deus. É o contexto de introspecção em que é estabelecido um canal com a divindade. Após a missa, costuma-se a servir café e lanches para os presentes numa maneira de desenvolverem as relações sociais da comunidade, assim como, permitiu o contato para as conversas e marcação de entrevistas. Por outro lado, além da interação, o pós-missa é o momento próximo ao horário de almoço. Por isso, geralmente, as pessoas demonstravam alguma pressa para retornar as suas casas, em vez de quererem conversar. Com o decorrer da pesquisa, já vendo o pesquisador com caderno em punho anotando, as coisas foram mudando. O que ajudou muito a aproximação aos fiéis foi o uso do registro fotográfico.

A fotografia é interessante, enquanto estratégia para a interação do pesquisador com o campo de pesquisa e seus atores sociais. Por meio dela, acompanhei algumas celebrações e seus ritos, sobretudo, as missas e as procissões. Ao começar a fotografar de forma tímida, o coroinha afirmou que eu poderia fotografar de onde eu quisesse, pois para ele era importante registrar. Em um determinado dia, fotografei a partir da balaustrada, por detrás do altar, em que todos os presentes, situados na nave, estavam de frente. Na saída da missa, algumas pessoas vieram até mim curiosas para saber porque eu estava fotografando. Ao explicar a pesquisa, alguns prontamente se interessaram em contribuir ao contar “a história” da Colônia. Vale destacar que por mais que seja proveitoso, a fotografia não substitui as anotações da pesquisa de campo. Damatta aconselha quanto o uso de tecnologias no campo: “a gente nunca deve se esquecer que há muito tempo para boas fotos e que as melhores monografias antropológicas foram escritas com imaginação e boas teorias, não com fotografias perfeitas”. (DAMATTA, 1987, p.190).

As entrevistas foram estabelecidas com questionário aberto, em que as perguntas orientaram as conversas. Além das entrevistas, outros pontos são as conversas informais decorrentes do trabalho de campo, da curiosidade com o pesquisador, da necessidade de falar com alguém ou da necessidade de tirar dúvidas quanto aos acontecimentos.

As dificuldades de compreensão do universo católico começaram com a distinção entre capela e igreja. Ora escutava, ao referir-se a Nossa Senhora dos Remédios, enquanto *capela*, ora enquanto *igreja*. Os documentos tratavam também enquanto sinônimos. Se em princípio era por uma questão de tamanho, compreendi que a diferença está longe da volumetria. Para algumas pessoas, de fato não havia diferença entre os termos. Entretanto, pude entender que enquanto uma edificação, a qual faz parte da estrutura administrativa da Cúria Arquidiocesana, a *igreja* se refere a paróquia. Paróquia é quando a igreja tem um pároco, um padre, responsável pelo templo religioso e que administra suas respectivas capelas a partir da paróquia. De certa forma, um padre é um funcionário da paróquia alocado pela Cúria. Em relação à *capela*, ao contrário, não há um padre destinado àquela edificação. Ela recebe orientações da paróquia². No caso da capela Nossa Senhora dos Remédios, ela está vinculada, hoje, a paróquia Nossa Senhora das Graças, em Curicica, bairro vizinho a Colônia, a quase 3 km de distância. Na relação entre *paróquia*, *igreja*, e *capelas* destacam-se ações de

2 Vale destacar que essas definições podem ser relativizadas, já que nos anos 50 a INSR recebeu capelão enviado pela Cúria provavelmente. Por outro lado, alguns fiéis afirmam que este padre, as vezes chamado de capelão, era funcionário da CJM. Contudo não foi encontrado nenhum documento que comprovasse esta informação.

apoio mútuo nas missas, nos ritos e nos eventos para levantar recursos para outras festividades e procissões. Sendo assim, adotarei o termo *igreja*, pois é como a comunidade menciona à edificação. Já *capela* entra como sinônimos algumas vezes. Abordarei o porquê mais adiante.

Outra categoria a ser problematizada na presente pesquisa foi o termo *Colônia*. Nas atuais transformações que a região vem sofrendo nas últimas décadas, a CJM foi partilhada em setores quanto a sua administração e gestão. Ao mesmo tempo, em 2012, surgiu o bairro “Colônia”, a partir do projeto de lei nº 1123/2011, tendo como limites o território do *Campus Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA)*. Decidi usar o bairro Colônia baseado no entendimento do significado desta palavra para os atores sociais. Aqui, a terminologia Colônia designará um bairro conforme as dimensões em que os atores sociais compreendem este espaço. Se não existe mais a entidade hospitalar, para os moradores, sobretudo os mais antigos, Colônia é uma categoria que rememora os tempos da instituição enquanto um lugar “bom de viver” e onde “tudo se tinha”³.

Mais para o fim da pesquisa, empreendi uma breve inserção no campo de quatro dias seguidos. Dessa forma, pude observar o cotidiano social no âmbito da igreja e da vizinhança. Isso permitiu perceber conflitos e tensões referentes ao templo católico, tentando obter um significado externo ao ambiente da INSR. Outra iniciativa foi o fato de que me tornei professor de Sociologia, buscando experiência em sala de aula, em um curso preparatório que ocorre na Igreja Nossa Senhora das Graças. Lá, tive contato com moradores de Curicica e do bairro Colônia e dessa forma, tentei observar os significados atribuídos à INSR, pelo “olhar” externo a INSR.

No primeiro capítulo contextualizarei historicamente a igreja, assim como, a região da Freguesia de Jacarepaguá⁴ ou do “Sertão Carioca”, onde, hoje, situa-se o NHRC. A igreja atravessa três momentos distintos, mas mantém, em certa medida, sua função social com características e alguns valores semelhantes. Em seguida, tem-se a apresentação da igreja em seu aspecto físico, chamando a atenção para sua arquitetura e os documentos consultados referentes à igreja, associando-a aos valores possíveis de serem identificados. E, por fim, apresentarei o histórico da edificação religiosa, expondo os seus processos de tombamento e também os do NHRC, e as intervenções pelas quais ela passou. Quanto às intervenções,

3 Termos usados pelos fiéis em diversas conversas em referência à Colônia.

4 Jacarepaguá torna-se Freguesia em meados do século XVII a partir da construção da capela de Nossa Senhora da Penna em 1664.

destacam-se as que ocorreram nas décadas de 1950, 1970, sendo a última nos anos 2000⁵. Quanto aos processos de tombamento, a justificativa para eles revelam os valores atribuídos pelas instituições oficiais de preservação do patrimônio. Em se tratando da tentativa de compreender os valores atribuídos a um bem edificado, fez-se necessário estudar a participação do IPHAN nas décadas de 1950 e 1960.

No segundo capítulo abordarei a discussão teórica dos valores e significados atribuídos por diversos atores sociais, na sua relação com os bens culturais. A compreensão dessas categorias parte da definição do que é valor e do que é significado cultural e como estes termos são construídos na interação dos sujeitos com a edificação religiosa e com os objetos da igreja. Se num primeiro momento foi negado o tombamento da INSR, vale perceber com quais valores, e como esses valores foram construídos, o IPHAN trabalhou. Valores e significado cultural são conceitos que constroem nossa percepção do que é patrimônio cultural. Por conta disso, irei mais adiante do entendimento de significado cultural enquanto um conjunto de valores, tal qual como Mason (2003) proferiu. Ou seja, ao perpassarmos por essas categorias, irei mais além dessas definições e questionamentos: como os valores e significados são construídos pelo grupo social? Por que captar os valores atribuídos e como fazer isso? Neste capítulo também apresentarei os exercícios etnográficos cujas celebrações e ritos revelam certos aspectos da vida social.

Por fim, no terceiro capítulo mostrarei o resultado da pesquisa, identificando os valores atribuídos à igreja, por intermédio das entrevistas e documentos no contexto das políticas públicas de preservação do patrimônio. Com as entrevistas, tentou-se abarcar as atribuições de valores dos diferentes atores sociais, os quais se encontram na conjuntura espacial da INSR e do NHRC. Na tentativa de observar os valores, discutirei a eficácia do tombamento enquanto ferramenta jurídica de proteção dos bens culturais. Somado a isso analisarei também, os papéis das instituições, que se encontram no entorno da igreja, a partir de suas atuações políticas, considerando as transformações urbanas que a região vem sofrendo nos últimos 40 anos.

5 Estas intervenções destacam-se pois são as que dispõe de informações mais significativas permitindo assim, identificar a atribuição de valores à igreja.

CAPÍTULO 1 – A IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

1.1 - De Sertão Carioca⁶ ao bairro Colônia

Figura 1: O Sertão Carioca



Fonte: Magalhães Corrêa, 1936

A Igreja Nossa Senhora dos Remédios situada hoje no bairro Colônia presencia transformações territoriais e sociais desde o século XVII⁷. [Figura 2] (IPHAN, 1967). Ou seja, a INSR passa por três momentos históricos distintos. De início contextualizarei estas transformações que fazem parte da Igreja e interferiram na existência desta e na vida social local. A Igreja está localizada na ex-Colônia Juliano Moreira, que por sua vez, foi instalada numa área denominada de Engenho Novo na chamada Baixada de Jacarepaguá que tem como limites, a oeste, o Maciço da Pedra Branca e, a leste, o Maciço da Tijuca. De certa forma, a história da Baixada pode ser resumida em compra e venda de terras.

A ocupação deste território pelos portugueses remontam ao século XVI, o período da expulsão dos franceses empreendida pela liderança de Mem de Sá. Como recompensa foi cedida, pela Corôa Portuguesa, sesmarias a algum dos seus familiares na Baixada de Jacarepaguá que corresponde atualmente a Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XVII, as sesmarias da região foram reivindicadas pelos irmãos Martim e Gonçalo Corrêa de Sá, assim como, outras sesmarias também foram concedidas aos

6 Nome dado a planície de Jacarepaguá pelo professor Armando Magalhães Corrêa em sua obra *O Sertão Carioca*, em 1936, editada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, em 2017, reeditado pela Biblioteca Nacional. Esta obra trata de uma descrição da relação do homem com a natureza nos anos 30 com rica ilustração, a bico de pena, do próprio autor. [Figura 1] (CORRÊA, 1936).

7 Vale destacar que antes desta versão neoclássica, havia no mesmo local uma capela menor com o mesmo nome de Nossa Senhora dos Remédios.

monges beneditinos, que por sua vez, fundaram diversas fazendas (RUDGE,1983)⁸. A Capela de Nossa Senhora dos Remédios está inserida na história das ocupações jesuíticas e da família Correia de Sá, das instalações das capelas na região da “Baixa Lagoa dos Jacarés” e no desenvolvimento da economia local, por meio dos engenhos de açúcar e fubá. Um exemplo é a Igreja de São Gonçalo do Amarante de 1625, localizada no atual bairro do Camorim, antigo Engenho do Camorim, a Igreja Nossa Senhora do Loreto construída em 1661, localizada na Ladeira da Freguesia, hoje no bairro da Freguesia (Jacarepaguá). Mais ao alto, no Morro da Penna, encontra-se a Igreja Nossa Senhora da Penna construída em 1664, e outras, como a Capela de Nossa Senhora de Pilar de 1732 (que não existe mais), situada no que atualmente é o bairro de Vargem Grande; a Capela de Exaltação à Santa Cruz de 1619, sediada na Fazenda Taquara (IPHAN, 1938); a Igreja de Nossa Senhora do Desterro de 1628, em Pedra de Guaratiba e a Igreja de Santo Antônio da Bica de 1690, localizada na atual Barra de Guaratiba. Nos seus primórdios a cidade do Rio de Janeiro estava subdividida, sob um aspecto eclesiástico, em diversas freguesias ou paróquias, que limitavam os territórios de jurisdição religiosa, a princípio. Depois essas mesmas freguesias passaram a abranger as áreas de jurisdição administrativa (BERGER, 1965).

Figura 2: Igreja Nossa Senhora dos Remédios.



Fonte: IPHAN, 1967.

8 A partir da ocupação dos dois irmãos é que efetivamente se iniciou a economia da cana-de-açúcar na Baixada de Jacarepaguá. A partir do Engenho do Camorim próximo ao maciço da Pedra Branca e o Engenho D'água próximo ao maciço da Tijuca.

Os descendentes da família de Sá venderam parte do Engenho Camorim aos irmãos Tomé e João Silva em 1653. Trecho este referente a Colônia Juliano Moreira (SÁ, 2011). Em 1664, instalaram o Engenho Nossa Senhora dos Remédios devido a capela já erguida pelos escravos. Neste mesmo ano foram adquiridas outras glebas e se iniciaram a construção do aqueduto e do moinho de fubá. Em 1715, os proprietários revenderam seus domínios a Antônio Telles de Menezes, juiz de órfãos, e as terras passaram a se chamar Engenho Taquara⁹. Seu herdeiro Francisco Teles Barreto de Menezes em 1778 renomeou-a como Engenho Novo da Taquara (ARAÚJO, p.90). Segundo, Raul Telles Rudge (1983) a família Telles de Menezes já era proprietária da vizinha Fazenda da Taquara, que ao anexar as duas possessões, denominou-as de Engenho Novo da Taquara. Vale lembrar que no século XVIII, a Freguesia de Jacarepaguá, constituída desde 1661, já era uma significativa área da cidade por conta de seus 11 engenhos de açúcar.

A planície de Jacarepaguá abundantemente irrigada e de boas terras prometia as fartas colheitas de cana que, nos três séculos seguintes, de fato forma conseguidas. Por outro lado, as elevadas colinas que a circundam são ricas em nascente cuja, água com trabalho, poderia ser levada a mover as rodas dos engenhos e açúcar. Mas ainda, através dos rios e das lagoas de Jacarepaguá, garantido estava o transporte fácil e econômico das canas para o engenhos e o açúcar produzido, em embarcações que saíssem ao mar pela Barra da Tijuca, seria legado comodamente ao porto do Rio de Janeiro¹⁰. (RUDGE, 1983, p.15).

Nos fins do século XVIII, foi adquirido pela família, o Engenho da Pavuna na encosta da serra por conta da madeira necessária ao funcionamento dos engenhos. (Ibidem). No início do século XIX, o falecimento de Francisco Telles de Menezes provoca a partilha das terras do então Engenho Novo entre os herdeiros. O Engenho Novo fica a cargo de Catarina Josefa Telles. A outra herdeira, Ana Inocência, ficou destinada a fazenda Taquara. Catarina e Ana Inocência casam e os casais estabelecem uma disputa judicial em torno dos limites das propriedades (Ibidem). O fato fica conhecido como “Guerra dos Concunhados”. Após falecimento dos dois casais, seus herdeiros resolvem o embróglio em 1838. Os herdeiros de Catarina Telles, e de seu marido Paschoal Cosme dos Reis, Francisco e Maria Telles Cosme dos Reis, promoveram a construção da Igreja Nossa Senhora dos Remédios inaugurada em 1862 sob a ruína da antiga capela, assim como, reformaram outras edificações do próprio Engenho e terminam a construção do aqueduto. Inclusive, esses monumentos do antigo

9 Hoje, bairro da Taquara, onde se encontrava a ex-Colônia Juliano Moreira.

10 Para Waldemar Costa (1995), o escoamento da produção dos engenhos passavam também pelo Vale do Marangá (atual Praça Seca) até o porto de Irajá, na Freguesia de Irajá.

engenho permanecem até os dias de hoje, tais como: o chafariz, a casa-grande, a qual viria a ser a antiga sede da administração da Colônia Juliano Moreira, o portão de entrada e o aqueduto, que conduzia a água da nascente do Maciço da Pedra Branca para abastecer o Engenho (ANDRADE, 2010).

O Engenho Novo se constituía em um empreendimento próspero nesses tempos, devido ao fato de ser movido a água, ao invés, de engenho de menor produção movidos a boi e a cavalo. Segundo Ruy Gama, os grandes engenhos — engenhos reais — movidos à água, poderiam produzir 70 arrobas de açúcar por 24 horas de trabalho. No estudo de Noronha Santos¹ sobre a Fazenda do Engenho D'água em Jacarepaguá, considerado um grande engenho da região, os dados de 1779 mostram que para a produção de 18 arrobas de açúcar e 14 pipas de aguardente eram necessários apenas 30 escravos. (Idem, p. 41). Para reformar as edificações do Engenho, a igreja e a casa-grande inclusive, chamaram o arquiteto da Corte imperial Theodoro Marx. No final do século XIX ocorreu a decadência dos engenhos de açúcar na Baixada de Jacarepaguá, sendo essas fazendas substituídas pela plantação de café, que não obtiveram o sucesso desejado.

Naqueles tempos, desde o século XVII na Europa e no Brasil a partir do século XIX¹¹, o conceito de *hospital-colônia* ainda seguia a concepção do tratamento da saúde, buscando o isolamento do paciente do meio urbano. Vale citar também o trabalho de Maria Cristina Wolff de Carvalho quanto ao Asilo Juquery em São Paulo. Franco da Rocha, mentor do asilo, pensou na construção de um hospital-colônia em São Paulo através das orientações decididas no Congresso Internacional de Alienistas em 1889 (CARVALHO, 2000, p.202). Essa concepção, dos *hospitais-colônias*, possuía semelhança com outras instituições, como os hospitais La Castañeda erguido no México em 1910 e o de Juquery de São Paulo em 1895.

No La Castañeda, a proximidade da montanha era relevante por conta da vista agradável e por evitar a sensação de clausura, de prisão para os enfermos. Buscava-se a sensação de liberdade, do ambiente ajardinado, agradável que facilitasse a cura. Da mesma forma, a escolha do Maciço da Pedra Branca, em Jacarepaguá, teria sido útil à implementação da nova Colônia de Alienados. Quanto ao Juquery, o trabalho agrícola já visava a recuperação

11 No século XVII, o internamento era baseado na retirada do indivíduo do convívio social, ou seja, ocorria a exclusão daqueles que vagavam e tinham qualquer tipo de doença. O objetivo dessa prática era purificar o espaço urbano e o isolamento em lugares distantes passou a ser uma forma de excluir os “pobres”. Apenas no século XIX se iniciaram a relação entre teoria médica e os espaços de internamento. (COSTA, AMORA & FILGUEIRAS 2013).

do doente pela metodologia de praxiterapia¹² ou laborterapia (COSTA, AMORA & FILGUEIRAS, 2013). Outro exemplo, que explica a escolha por Jacarepaguá e o antigo Engenho Novo, foi a concepção da *cidade-jardim* e a *arquitetura pitoresca* que reportassem ao tradicional-colonial. Nesse sentido, o objetivo era criar um ambiente familiar para os pacientes. Conforme Carvalho explica, o próprio Ramos de Azevedo conta as premissas do projeto de construção do Asilo Juqueri.

As construções formarão um grupo de aspecto rústico e serão situadas a cerca de quinhentos metros do edifício principal, compreendendo celeiros, salas de benefício, estábulo e suas dependências. As habitações oferecerão alojamento para uma centena de doentes e terão o aspecto de casas comum, conforme as prescrições dos modernos alienistas (CARVALHO, 2000, p.208).

Na primeira metade do século XX essa região de Jacarepaguá era ainda eminentemente rural recebendo diversas colônias, com este fim, como a Colônia Juliano Moreira para alienados, a Colônia de Curupaity para leprosos, em 1920, os sanatórios para tuberculosos, o Hospital Santa Maria em 1940 e o Sanatório de Curicica em 1952 (COSTA & GONÇALVES, 2015). O local escolhido levava em conta o isolamento territorial, a estrutura do antigo engenho e a própria Igreja Nossa Senhora dos Remédios. O conjunto arquitetônico seguia a política de tratamento psiquiátrico empreendida na época. O isolamento da vida urbana, o contato com a natureza por conta do ar puro e a implantação do trabalho agrícola eram vistas medidas terapêuticas de tratar a doença. Métodos de tratamentos psiquiátricos vigentes na época seguiam a praxiterapia e a assistência heterofamiliar¹³.

No início do século XX, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios estava inserida no contexto hospitalar. Em 1912, o governo do presidente Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923) desapropriou o Engenho Novo de Jacarepaguá para transferir a Colônia de Psicopatas da Ilha do Governador, já considerada em condições inadequadas, para aquela região mais afastada do centro (VENÂNCIO & CASSÍLIA, 2007, p.4). A Baixada de Jacarepaguá viu a instalação de uma colônia psiquiátrica, chamada de Colônia de Alienados, com pacientes vindos da Colônia da Ilha do Governador, recém-desativada, assim como, do Hospício Dom Pedro II¹⁴. O local escolhido foi justificado também por conta das instalações do antigo

12 Praxiterapia é uma técnica psiquiátrica de tratamento que consiste em utilização do trabalho como forma terapêutica.

13 A assistência heterofamiliar consiste no ato dos funcionários moradores da CJM receberem em suas casas pacientes em troca de serviços. Este tipo de tratamento foi trazido pelo Dr. Juliano Moreira e inspirado na Colônia Belga de Geel existente desde o século XVII.

14 Na época do Império administrado pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, o hospício tinha esse nome. Hoje é chamado de Hospital do Pinel situado no Campus da Praia Vermelha da UFRJ na Urca.

engenho de açúcar já existentes, tais como o aqueduto¹⁵, o chafariz, a sede da antiga fazenda e a Igreja Nossa Senhora dos Remédios (COSTA & GONÇALVES, 2015). A existência prévia de uma igreja, vinculada a estrutura do engenho, foi outro ponto motivador para a instalação de um hospital nessa região de Sertão. De fato, as instituições hospitalares são acompanhadas de capela até os dias de hoje, assim como, em tempos de Brasil-Colônia. Vale lembrar da Santa Casa da Misericórdia e sua capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição de 1585 e o Hospital Pedro II¹⁶, que iniciou a política de tratamento de doenças mentais, e a Capela de São Pedro de Alcântara construída em meados do século XIX.

A Colônia Juliano Moreira, inicialmente denominada de Asilo de Psicopatas, funcionou a partir de 1924 asilando pacientes do sexo masculino nos moldes de asilo-colônia. No decorrer dos anos passou a receber também mulheres. Somente em 1935, o nome da instituição foi alterado para Colônia Juliano Moreira em homenagem ao idealizador daquela instituição nos anos 10 do século XX. Homem negro, baiano nascido em Salvador, Juliano Moreira influenciou a construção de uma psiquiatria brasileira enquanto ciência a assistência aos alienados. A partir dos anos 40, “tornou-se hospital-colônia com a ampliação de suas instalações, expressando diretrizes de uma política de assistência psiquiátrica que se pretendia nacional” (VENÂNCIO & POTENGY, 2015, p.14). Além da praxiterapia e da assistência heterofamiliar, outros métodos foram incluídos na prática diária do hospital-colônia, tais como: eletrochoque, lobotomia e a terapia ocupacional.

A ocupação do território, iniciou-se por onde já se encontravam as edificações coloniais como a antiga casa do engenho, a casa-grande, a qual veio a ser a casa-sede da nova instituição asilar, o antigo chafariz e o aqueduto, que depois seriam incorporados no que se desenhará no Núcleo Rodrigues Caldas. Com a instalação da instituição hospitalar, iniciou-se a construção dos sete pavilhões que serviriam de assistência aos pacientes, além dos prédios de oficinas, lavanderia, cozinha, setor de transporte/garagem de ambulância (Figura 3). Logo depois, foi implementado o núcleo Ulysses Vianna, no fim dos anos de 1930, bem como, o Núcleo Franco da Rocha e o Núcleo Teixeira Brandão. Sendo esses dois últimos destinados às mulheres. Nos anos de 1940, a CJM chegou a ter quase 3000 pacientes. Nas décadas seguintes, novos pavilhões foram incorporados pelo governo federal para receber novos pacientes. Nos anos de 1950, as edificações ganharam um caráter modernista, por exemplo,

15 O aqueduto é tombado pelo IPHAN desde 1938.

16 Atualmente, o Hospício Pedro II é chamado de Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Pavilhão Heitor Peres, hoje o edifício-sede do IMASJM, o Sanatório Curicica, o Pavilhão Agrícola, que comporta hoje a sede do Campus Fiocruz da Mata Atlântica, o Pavilhão Jurandy Manfredini, atual Hospital Municipal Jurandy Manfredini (COSTA & GONÇALVES, 2015).

Figura 3: Núcleo Rodrigues Caldas.



Fonte: IMASJM

Nos anos 80 ocorreu outro processo de mudança na política hospitalar psiquiátrica devido à luta antimanicomial que ansiava por novas formas de tratamento, mais humanistas. Já nos anos 90, deu-se outra mudança. Dessa vez, na esfera política-administrativa no campo da saúde por causa da deterioração em que já se encontravam algumas dependências da CJM. Tais consequências influenciaram, as transformações urbanas da região e a vida social de seus moradores. Se antes era primordial o isolamento, agora, apontava-se a interação, com a sociedade, como principal método no tratamento aos doentes mentais. Se antes havia um Hospital-Colônia, relativamente aos primeiros olhos, enquanto uma instituição total, no sentido goffmaniano; agora a ex-Colônia, e seus moradores, são obrigados a interagirem com a cidade de forma mais direta, mais efetiva. Nos anos de 1980, por conta das transformações das políticas psiquiátricas, diversas transformações ocorreram no atendimento aos pacientes da Colônia Juliano Moreira (CJM). Ponto que será melhor abordado no capítulo 3.

Em 1996, a CJM passou para a administração da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sendo então, denominada de Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM). Esta instituição passou a lidar com 15 mil famílias, de acordo com o Relatório Colônia Juliano Moreira (CJM) editado pelo Ministério da Saúde (2001). O

processo de municipalização não era só uma questão do campo da saúde. Foi também uma questão do uso do território, uma questão urbanística, envolvendo todas as esferas e vários setores do município importantes para a vida social dos municípios.

A municipalização da saúde compreende, por parte do governo federal, a garantia ao gestor local, dos recursos financeiros, da cessão dos servidores federais, dos bens patrimoniais, utilizados para execução dos serviços, ou seja, as condições e a infraestrutura necessárias às ações anteriormente desenvolvidas pela esfera federal.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p.11).

Através do decreto n. 14.352, de 14 de dezembro de 1995 foi criado um grupo de trabalho cujo objetivo era empreender estudos e sugerir medidas para a municipalização da CJM. Esse grupo contou com representantes de órgãos municipais e o Ministério da Saúde pelo governo federal. Dentre as entidades municipais, incluiu-se a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Secretaria Municipal de Habitação (SMH), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Meio ambiente (SMM), Fundação Parques de Jardins (FPJ), Fundação RioZoo, Secretaria Municipal de Urbanização (SMU), Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal da Fazenda (SMF). (MINISTERIO DA SAÚDE, s/d, p.306).

O processo de municipalização da CJM, efetivamente, iniciou-se em junho de 1996 a partir do Convênio Geral Colônia Juliano Moreira nº 031/96-01, assinado entre o Ministério da Saúde (MS) e a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) (Idem, p.5). O objetivo era implementar num prazo de três anos para a transferência da gestão técnica e administrativa da CJM à Secretaria Municipal de Saúde (SMS). A partir de então, diversos documentos, relatórios e planos de ocupação, foram desenvolvidos, por instituições e secretarias municipais envolvidas no Convênio Geral com o propósito de ocupar e promover transformações urbanas e administrativas para o território. Com a municipalização de uma área de quase oito milhões de metros quadrados, o território foi sub-setorizado. O setor 1 ficou a cargo da Fiocruz; o setor 2 ficou destinado à SMS/IMASJM; o setor 3 à SMH; o setor 4 ao Exército; setor 5 destinado à FUNASA/MS/Hélio Fraga (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001; FIOCRUZ, 2011). (Figuras 4 e 5).

Esses relatórios e projetos de ocupação dizem respeito a um plano de segurança pública concebido pela Guarda Municipal, assim como, a construção de uma instalação para o

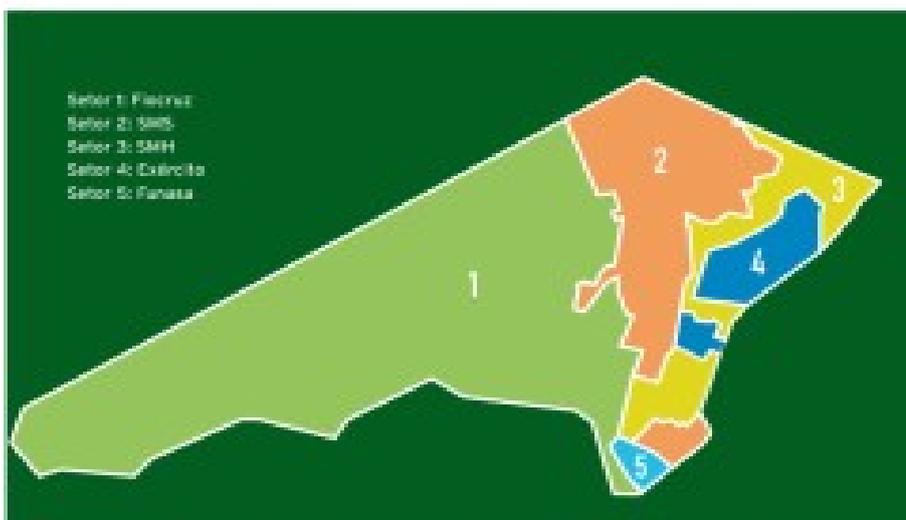
Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Consta também um Plano Diretor para o setor 1, empreendido pela Fiocruz e um relatório de propostas da SMH, considerando as habitações de risco e as precárias. O Ministério da Saúde (MS), em 1999, empreendeu “o Plano de trabalho para conclusão do processo de municipalização da Colônia Juliano Moreira”(MINISTÉRIO DA SAÚDE, s/d, p.107). Tal iniciativa levava em conta a necessidade de ações interinstitucionais com estratégias conjuntas para a solução de ocupação ilegal, questões fundiárias e prédios invadidos.

Figura 4: Setorização CJM.



Fontes: DPH/COC/Fiocruz

Figura 5: Setorização CJM.



Fontes: DPH/COC/Fiocruz

A SMS, por meio de Grupo de trabalho para a conclusão da municipalização da CJM, viabilizou em 1999-2000 um relatório de “proposta para o setor da saúde”. O relatório efetivamente propõe pouca coisa. Ele se resume em afirmar o que já estava sendo realizado no âmbito da SMS na CJM na presente data (Ibidem, p.137). A própria CJM, em fins de 1996, portanto durante o processo de municipalização, apresentou também um relatório de reestruturação da Colônia. A reestruturação, formulada por equipes técnicas, se daria nas áreas de saúde, iniciação olímpica, meio ambiente, segurança, cultura e informática.

O intuito era substituir as práticas asilares por outras, que relacionadas as áreas acima referidas possam se constituir em um projeto revolucionário de ocupação do espaço colonial (...) onde estórias tristes e alegres, passos revolucionários e andares reacionários, constituíram um passado ambivalente e as vezes cruel.” (Ibidem, p.354).

Um relatório significativamente, interessante e importante foi o Relatório Gestor de 1996, produzido pelo diretor da CJM ao assumir o posto no lugar de seu antecessor, afastado por acusação de diversas irregularidades. Este expôs o estado em que se encontrava a CJM:

uma instituição a deriva, perdida no meio da corrupção e do dismantelo, com os serviços e a assistência destruídos pela incompetência e o desinteresse. Não havia controles gerenciais sobre nada e os dados informatizados para nada serviam (...) mortalidade geral dos pacientes crônico elevada por causas evitáveis; a situação física dos pavilhões era um desastre; os programas assistenciais estavam sucateados, assim como, os projetos em âmbito da cultura e meio-ambiente” entre outros (Ibidem, p.424).

A situação geral da CJM atingiu, obviamente a situação da Igreja Nossa Senhora dos Remédios e do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas com suas edificações históricas tombadas pelo INEPAC desde 1990. No que tange aos pavilhões, em princípio, o plano era transformá-los “em módulos residenciais, denominados lares de acolhimento” (Idem, p.139). Com relação ao Setor 2, em que se encontra o NHRC e a INSR, seria implementado um corredor cultural a partir da revitalização do NHRC.

Em 2008 o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) foi criado para desenvolver ações conjuntas e institucionais, no que se refere a projetos de regulação fundiária, desenvolvimentos de projetos habitacionais e de equipamentos urbanos na área da ex-Colônia Juliano Moreira¹⁷. Do ACT foi concebido o Comitê Gestor, que por sua vez se inseriu no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, a partir dessa inserção, foi

17 O Acordo foi celebrado entre União Federal, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Fiocruz. Em seu Plano Gestor contou com a participação de representantes dos Ministérios da Saúde, Planejamento e Cidades, Secretarias Municipais de Saúde, Habitação e Urbanismo, Fundação Bento Rubião entre outras (VIANA, 2012, p.124).

formulado o PAC-Colônia em 2010, que gerou diversas resoluções. Dentre as quais a resolução número nº 8, cuja finalidade era empreender “planos de uso e ocupação do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas” pensando em ações de conservação e preservação do Núcleo por intermédio de sua função hospitalar, mas sobretudo valorizando seu potencial cultural (Anexo 2). O projeto vislumbrava a valorização do patrimônio cultural e natural, assim como, diminuir o impacto ambiental em virtude do avanço do processo de urbanização. No que tange a INSR, há o reconhecimento da sua importância cultural e comunitária, nessa resolução, assim como, a intenção de repassá-la, junto com a garagem de ambulância situada em frente a igreja, para a gestão da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro. Uma das ações geradas pelo ACT e PAC-Colônia foi o Plano de Requalificação do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas de 2011.

Figura 6: Setor 1 e Núcleo Histórico Rodrigues Caldas.



Fonte: DPH/COC/Fiocruz

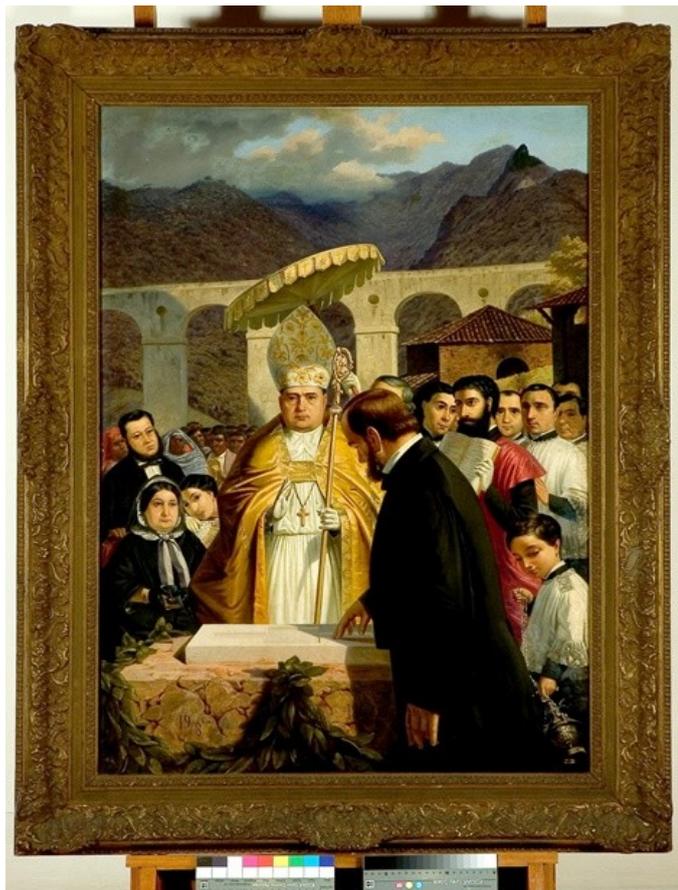
1- Aqueduto dos Psicopatas ; 2- Casa-sede da Fazenda; 3- Igreja N. Sra. dos Remédios; 4- Portal e muro da Fazenda; 5- Residência dos funcionários; 6- Pavilhão 1; 7- Pavilhão 2; 8- Pavilhão 3; 9- Pavilhão 4; 10- Pavilhão 5; 11- Pavilhão 6; 12- Pavilhão 7; 13- Chafariz; 14- Antigo Refeitório (ruínas); 15- Anexos do Refeitório; 16- Oficinas de manutenção; 17- Oficinas de manutenção; 18- Antigo Cinema; 19- Pavilhões 10 e 12 (Setor 1); 20- Garagem de ambulâncias; 21- Oficina do Preto Velho; 22- Vacarias (Setor 1); 23- Pavilhão Agrícola (Setor 1).

Neste plano, a Fiocruz, responsável pelo setor 1 em que se encontra a sede do CFMA, empreendeu uma série de pesquisas, por meio de seu Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), localizado em Manguinhos, sugerindo uma série de medidas de revitalização dos bens

que constitui esse núcleo histórico (Figura 6). O Plano de Requalificação apresentou diagnósticos do estado físico das edificações, destacando seu potencial arqueológico, histórico e ambiental, e propondo intervenções culturais sustentáveis. Assim como, sugeriu um reuso dos equipamentos históricos do Núcleo. Tal plano já demonstrava preocupação com o estado das edificações assim como, já apontava um abandono do NHRC. Ao mesmo tempo, em 2011 e 2012, o IPHAN retoma o esforço para o tombamento específico da Igreja. É possível constatar isso em relatórios, pesquisas e memorandos que constam no processo de tombamento nº 0798-T-67.

1.2 - A Igreja Nossa Senhora dos Remédios

Figura 7: Lançamento da pedra fundamental da Capela de N. S. dos Remédios", 1863.



Fonte: Museu Imperial

Igreja projetada por Theodoro Marx¹⁸ em 1862, seguiu o estilo neoclássico (PCRJ, 2014, p.162). Este estilo tinha uma presença muito forte em diversas edificações no século XIX no Rio de Janeiro. No ano seguinte, a edificação foi inclusive tema de pintura do artista Emil Bauch¹⁹, também alemão, fazendo referência ao evento em comemoração a notícia da pedra fundamental na nova edificação. No que se refere a obra artística, a descrição catalográfica:

No primeiro plano a direita, em pé, em mais de meio corpo, voltado de perfil, trajando casaca, vê-se o comendador Paschoal Teles Cosme dos Reis tocando com a mão direita numa pedra retangular... lê-se 19 de outubro de 1862. No segundo plano por trás do monumento visto de frente de pé com insígnias e paramentos pontífices, está o então [...] Papa Pio IX, no Brasil [...]. No segundo plano a sua direita [...] por trás aparecem família e escravatura. Ainda no mesmo plano, porém a direita, está um grupo de clérigos em trajes corais [...] junto a ele um membro de uma das irmandades da freguesia de Nossa Senhora do Loreto [...]. ao fundo, veem-se construções rústicas e por trás delas, atravessando a tela, o aqueduto da fazenda, que se destaca do verde dos montes de Jacarepaguá, [ilegível] os quais a direita, e, ao fundo, se destaca a Pedra Branca. Junto a base da tela, no canto direito, lê-se E. Bauch, 1863. (Museu Imperial, ficha, 1963, fls. 75-76).

Mesmo não fazendo parte do escopo da pesquisa, faz-se necessário algumas ponderações quanto à descrição da ficha catalográfica. No que se refere, a Paschoal Cosme, este não teria visto a construção dessa capela, pois faleceu no início do século XIX. Vide a narrativa anteriormente exposta. Quanto à presença do Papa, reconhece-se a vinda de João Paulo II, na década de 80, como a primeira vez de um Papa no Brasil. Esta obra, como aponta a data, foi produzida no ano seguinte ao evento. Então, supõem-se que Emil Bauch, pintou a obra para marcar um momento histórico comemorativo com certa “liberdade poética”. E não retratar um momento verídico já que pintou o quadro um ano depois do fato ocorrido, em 1863. Este evento teve a cobertura jornalística do jornal católico da época, *A Cruz*. Este dedicou três reportagens a respeito da INSR²⁰. No processo de tombamento no IPHAN, aberto em 1967, consta um relatório de 2011 de uma arquiteta técnica do IPHAN, a respeito desse documento. A principal foi a notícia do lançamento da pedra fundamental da INSR ter ocorrido em 19 de outubro com a missa celebrada pelo Revm. Capelão Sr. Padre José do

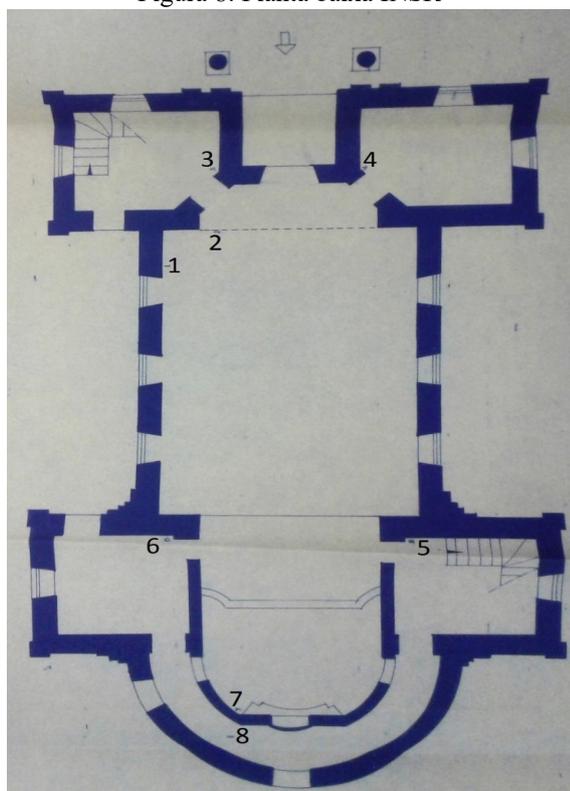
18 Arquiteto da Corte Imperial tendo, inclusive, reformulado outras edificações do Engenho Novo, tais como a casa-sede e o chafariz. Assim como, interveio na fachada do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.

19 Pintor e gravador alemão nascido em Hamburgo em 1823, conforme ficha de descrição da obra. Chega em Recife em 1849 e vem para o Rio de Janeiro em 1852. Participou de exposições na Academia Imperial de Belas Artes, recebendo condecorações do império e realizou diversas obras em pintura de paisagem e falece em 1890 (IPHAN, 1967, fl. 177).

20 *Noticiário* Anno I, n.16,1.12.1861, p.4. FBN; *Allocução*, Anno II, n. 56, 7.9.1862, p-4. FBN e *Noticiário* Primeira Pedra para a nova igreja, Anno II, n.66, 16.11.1862, p.4. FBN

Monte Cassino com a presença do Sr. Internúncio Apostólico. Apesar da solenidade da pedra fundamental, não houve nenhum registro da edificação pronta (IPHAN, 1967, fl.225), a não ser a afirmação de que ela estava enfeitada para a cerimônia de Lançamento (A Cruz, 1862, p.4) (Anexo 3)²¹. Contudo, não há como afirmar se era a antiga capela ou a versão neoclássica. Com isso, percebe-se que tanto uma pintura concebida por um artista vindo da Missão Austríaca e outro arquiteto da Corte Imperial demonstra que o Engenho Novo se configurou enquanto um engenho de grande prestígio no período colonial.

Figura 8: Planta baixa INSR



1- Nave ; 2- Projeção do coro; 3- Acesso ao coro; 4- Batistério; 5- Acesso as tribunas; 6- Sacristia
7- Altar; 8- Abside

Fonte: INEPAC, 1972

Nos dias de hoje, a INSR contém um estreito adro. Ao passar pelo portão de ferro, sobe-se três degraus para alcançar dois portões de madeira ornados, passa-se pelo nártex, abaixo da torre sineira. Outro portão de madeira separa a entrada da saída da igreja. Para alcançar a nave, adentra-se por outro portão suportado por duas torres também de madeira. Pode-se ver, à esquerda, o batistério e à direita outra sala que dá acesso a torre sineira e ao coro. Entre estas salas encontram-se duas pias de água benta sem uso, uma de cada lado. Segundo Carlos Araújo (1995), essa pia teria sido motivo de risco a saúde porque, ao molhar

²¹ O título da notícia aponta que a edificação não estava construída na data do Lançamento da Pedra. Mas, ao mesmo tempo, não há nenhum outro dado que aponte quando a construção da nova igreja foi concluída.

os dedos, benzer-se e beijar os dedos era uma prática também realizada por quem era portador de alguma doença. Dessa forma, outras pessoas acabavam infectadas e adoeciam podendo chegar ao óbito.

Nas paredes laterais da nave encontram-se quadros mencionando a passagem da Via Sacra, assim como, três janelas de cada lado sendo abertas por um eixo central. No alto próximo a divisão com o teto, há florões perfilados de gesso com douramento bastante oxidados. Quanto aos lustres, um é original e o outro não. Na nave há santos nos quatro cantos. No que concerne a torre sineira, conforme este autor, haviam dois sinos de tamanhos e sons diferentes (Ibdem, p. 100). Entretanto, não há mais informações quanto a este segundo (Figura 9).

O altar é separado da nave por meio de guarda-corpo em madeira. No altar, além da mesa consagrada, apresentam-se um altar de quatro andares. No alto está localizado a imagem de gesso de Nossa S. dos Remédios entre quatro colunas gregas sob um teto com frontão. Esta imagem está guardada por dois anjos de gesso. Mais abaixo, há ânforas (vaso) e seis castiçais distribuídos pelo altar. As velas foram substituídas por lâmpadas, sendo dois desses castiçais, não originais. Os originais foram furtados há 13 anos conforme relatos de fiéis. No primeiro andar, encontram-se outros anjos menores, além do sacrário folhado a ouro. Nas paredes que separam o altar da sacristia, à direita, e uma sala, à esquerda, encontram-se ornamentos dourados, porém oxidados. Estes ornatos se encontravam no entorno de duas telas de cada lado. Uma imagem de São João Batista e outra de Santo Antônio furtadas em 2006.

Esta sala, à esquerda, dá acesso ao nível superior do altar, até uma outra sala e ao púlpito de balaústre, também torneados de madeira. Em seguida a esta sala, forma-se um caminho, com balaustrada de argamassa, por detrás da imagem da padroeira, por detrás do altar, a qual também dá acesso à outra sala do nível superior e ao outro púlpito. (Figura 10).

Hoje, as duas salas superiores, contém carteiras escolares, estantes de ferro e livros diversos. A abóbada “dá a impressão de um grande imponência ao templo” (ARAÚJO, 1995). No chão da nave, encontra-se lajotas preto e branco e no altar branco e vermelho.

O arquiteto do antigo Estado da Guanabara, que solicitou o tombamento da edificação, narra no memorando T.04/70 que:

O templo é constituído por nártex – sobre o qual existe torre sineira de planta octogonal – nave do tipo salão, transcepto e capela mor semi-circular com deambulatório. Nas extremidades dois compartimentos servem para os serviços religiosos. A nave apresenta cobertura em abóbada de perfil em arco abatido e a intercessão do transcepto com a nave oferece cobertura em

cúpula com arcos também abáticos. Sóbria decoração em estuque com dourados divide os forros em painéis; colunas de fustes retangulares marcam as paredes laterais da nave [...]. Exteriormente o edifício oferece grande sobriedade indicando sua solução de planta. Dois frontões de cada lado do templo determinam o nártex e o transepto; a frente pequeno pórtico encimado por igual frontão indica a entrada principal do templo (SEC, 1970, p.1).

Figura 9: Nave e Coro



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 21/10/18

O culto a Nossa Senhora dos Remédios remete aos idos do século XIII em Lisboa. (Figura 11). Conforme mitologia, a invocação teria sido feita por religiosos franceses da Ordem Hospitalar da Santíssima Trindade, que estiveram em Lisboa com o intuito de “comprar os cristãos que estavam sendo capturados e vendidos como escravos e libertá-los” (PIMENTEL, 2013, p.9). Com o sucesso de empreendimento, em agradecimento, os devotos difundiram a devoção à santa. No Brasil, há diversas igrejas e capelas construídas em invocação a Nossa Senhora dos Remédios como por exemplo, em Parati (RJ), Arraial do Cabo (RJ), São Luís (MA) e Fernando de Noronha (PE). Sua imagem está ligada a ajuda solicitada pelos enfermos e seus familiares, por todos aqueles que enfrentam situações difíceis. Conforme explica alguns entrevistados, essa ajuda não se refere somente aos doentes em si, mas a todos que precisam de alguma ajuda, que estejam passando por momentos difíceis. Ela é representada em pé coberta por um véu curto e uma túnica, tendo o “Menino Jesus nu sentado em seu braço esquerdo e a mão direita estendida como que para socorrer os seus

devotos” (Idem, p. 10). Em algumas esculturas é possível notar que na mão direita da imagem a santa carrega uma caixa, a qual seria de remédios ou, em outras imagens, não carrega nada.

Figura 10: Balaustrada por detrás do altar.



Fonte: IPHAN, 1967.

No que tange à arquitetura, já mencionada, ela é de característica neoclássica, de frontão triangular e elementos ornamentais referenciando ideais de beleza, um racionalismo, um equilíbrio nas proporções e um rompimento com o barroco e o rococó (IPHAN, 1967). A INSR:

A capela é constituída de três corpos, sendo o central com colunas, varanda e frontão triangular sobreposto por uma torre decorada com frontão curvo. Os corpos laterais que avançam e recuam são simétricos com frontões triangulares. A decoração é resumida a uma única escultura, vasos e frisos e elementos arquitetônicos neoclássicos. O conjunto é elegante e sóbrio (...). O estilo neoclássico aqui surge como forma de expressar valores da nobreza (IPHAN, 1967, fls. 126-127).

Nessa narrativa referenciada aos “valores de nobreza” vinculados à igreja, aponta-se por fim, o escudo heráldico da família Teles fixado no frontão da igreja. Escudo similar é

encontrado também Capela de Santa Cruz na Fazenda Taquara. Um brasão de família, já denota o intuito de demonstrar um certo *status* de linhagem familiar nobre (Idem, fl.116).

Figura 11: Imagem de Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 25/07/19

As atividades desempenhadas pela administração da igreja, é apresentada intensamente pelo padre Joaquim²² do Carmo Rodrigues através de seu manuscrito “Livro de cem folhas para relatar fatos e ocorrências com relação à nossa Igreja de N. Sra. dos Remédios. 15-XI-953”. Apesar de indicar cem folhas, tive acesso à sessenta e quatro delas que cobre o período de 1953 a 1985. Padre Joaquim chegou a Colônia Juliano Moreira por reivindicação do próprio diretor, Heitor Péres. Assim, a igreja Nossa Senhora dos Remédios passava a ter um capelão em definitivo para “as funções religiosas na igreja e para assistência aos pacientes da colônia toda”. (RODRIGUES, 1953-1985, p.1). Com a realização das missas nos pavilhões, o padre promoveu uma integração entre pacientes, de diversos pavilhões, e moradores, inserindo estes à vida católica. O padre Joaquim relatou diversos momentos em que as missas dominicais e de celebrações de santos ocorriam em outros núcleos em determinada época. (HOPPE, 2015, p.199). No ano da chegada do padre Joaquim (1953)

22 Breve biografia do Padre Joaquim do Carmo, (Anexo 4).

aconteceu a reinauguração da capela. Este evento contou com a presença de algumas personalidades católicas demonstrando uma aproximação entre a INSR e a arquidiocese, e com o hospital. Esse contato entre Igreja, e hospital é tradicional na perspectiva das instituições hospitalares que possuem uma capela. Uma outra perspectiva aqui demonstrada é a aproximação da INSR à sociedade. Por exemplo, a igreja se inseriu na política da praxiterapia ao adotar alguns pacientes para serviços de manutenção do templo como zelador e jardineiro (HOPPE, 2015, p.199). É importante ressaltar que a igreja cumpria um papel estatal até a proclamação da República (1889), quando Estado e Igreja se separaram.

Nas obrigações empreendidas pelo padre Joaquim, enquanto capelão fixo, seguiu o papel de promover “as funções religiosas na igreja e para assistência aos pacientes da colônia toda”. (RODRIGUES, 1953-1985, p.1). Isso incluía a integração entre pacientes também de outros pavilhões à vida católica. O padre relatou diversos momentos em que as missas dominicais e de celebrações de santos ocorriam em outros núcleos da CJM em determinadas épocas. Por exemplo, celebração de Imaculada Conceição, missa Comunitária das Almas, nos meses de maio e agosto com ladainhas e coroação a Virgem Maria. Em março chegou a ter homenagens a São José, em outubro teve missa e procissão dedicada a São Judas Tadeu, além da Festa da Padroeira. Conforme explica Sigrid Hoppe (2015), haviam também os festejos a São João e a São Cristóvão, bem como, a realização de missas de Natal à meia-noite. A INSR, dessa forma, cumpria sua função de agregar fiéis de dentro e de fora da CJM. (Idem) Essa função de levar os rituais católicos para toda a Colônia era uma forma também de expandir a influência religiosa. Mais a frente demonstrarei que há a mesma intenção religiosa nos dias de hoje, mas com outras dificuldades.

Com o segundo entrevero pelo qual passou a igreja, um incêndio em 1964 descrito pelo padre, esta passou a funcionar em estado precário, até 1968. Este incêndio, ocorrido em 16 de agosto daquele ano, teria sido de proporções razoáveis, pois conforme relato do pároco:

Não se podia entrar na igreja, era só negra e espessa fumaça. Além do grande dano causado à igreja, perdemos todos os novos paramentos, o Missal, cálice toalha, alvos e outras peças de valor. Foi tremendo e enorme o prejuízo. Ao que parece, o incêndio foi devido ao curto circuito em um interruptor da sala direita da Igreja (RODRIGUES, 1953-1985, p.33).

Nas décadas de 1960/70, a CJM sofreu por outro momento de abandono geral, de dificuldades com a diminuição do número de funcionários e precarização das edificações,

muitas delas sendo desativadas (HOPPE, 2015, p.201; HOPPE e POTENGY, 2015, p. 275)²³. Além de lamentar o estado precário da edificação e um certo desleixo da instituição hospitalar, padre Joaquim tentou “angariar fundos para as obras de restauração” (Idem). Algumas celebrações deixaram de acontecer nesse período e somente sete anos depois, em 1971, obras de recuperação da edificação, iniciadas no ano anterior, foram finalizadas. Por conta desse último período de dificuldades, o padre notou uma queda na frequência de quem morava fora da Colônia²⁴. Isso ficou comprovado na sua constatação diante da Festa da padroeira ocorrido na capela. Em suma, “a menção do padre ao declínio da frequência de fiéis, não moradores do hospital, sugere que as atividades religiosas tiveram importância também para os moradores do bairro da Taquara” (HOPPE, 2015, p.202). Assim, após a segunda intervenção importante, ficou demonstrado que a INSR talvez tivesse perdido um pouco da sua relevância diante da instituição hospitalar (Idem). Isso ficou mais evidente quando, em 1973, a direção da Colônia solicitou ao padre que este deixasse o edifício-sede, o qual ocupava desde sua chegada, num prazo de quinze dias.

Em 1975, padre Joaquim relatou uma série de desleixos da administração para com a INSR, por meio de uma narrativa com tom de desânimo para com a direção da CJM. Desde colocar que não fez nada de especial para determinadas solenidades, inclusive para o dia da padroeira, até queixa alusiva às obras de reforma. Após forte chuva, o para-raio da igreja foi atingido, sendo destruído, danificando a torre e provocando a quebra de várias telhas. Ele aponta que se estivesse em boas condições, o para-raios não teria sido danificado. Outro fato, ocorreu quando o padre, ao voltar de um retiro, avistou um paciente escavando o terreno e danificando as paredes da igreja causando grande prejuízo. Apesar disso, o padre Joaquim não desistiu da INSR, pois além de reivindicar melhorias para ela, este empreendeu medida, no ano seguinte, de suma importância para a preservação do templo católico, refletida nos dias de hoje e que apresentarei logo a frente e no terceiro capítulo. Vale notar que em documento datilografado, emitido por ele, em 17 de março de 1975, destinado ao diretor da Colônia, apontou caso de faísca na parte elétrica “na primeira quinzena de fevereiro” danificando o telhado. Continuou seu relato: “ao examinar pessoalmente a nave da igreja, notei e verifiquei cinco falhas enormes no seu telhado bem como, mais de cinquenta telhas completamente fragmentadas. Futuramente, as chuvas virão sobre o telhado da igreja, por certo, causarão

23 A respeito do histórico de dificuldades pelo qual passou a CJM ver também VENÂNCIO, MACIEL, et. al., 2015, pp130-164.

24 HOPPE (2015) aponta que a diminuição de números de fiéis na INSR pode ser explicado devido ao processo de perda de fiéis católicos em todo o Brasil desde os anos 40.

sérios danos à mesma” (RODRIGUES, 1953-1985). Não há anotações, em seu livro de ocorrência, referentes a esse fato. O que nos faz pensar que o padre selecionava o que ia e o que não ia para a livro. De certa forma, nossa memória seleciona fatos para reconstruir certas narrativas. Ao fazer isso, acontecimentos são rememorados e outros esquecidos e talvez nunca mais lembrados.

Em 1976, o padre empreendeu a abertura de espaços para novos integrantes com a formação do Grupo Jovem. Muitos dos interlocutores e informantes da pesquisa são frutos dessa iniciativa do capelão. Com isso, “as atividades do grupo jovens trouxeram novos moradores para a Colônia, pois permitiu, mais uma vez, a aproximação entre pessoas 'de dentro' e de pessoas 'de fora' que se conheceram nesta ocasião” (HOPPE, 2013, p.203). As pessoas de fora voltaram a se relacionar com os de dentro, e vários, ao participarem das atividades, passaram a morar na Colônia por causa de relações afetivas estabelecidas com moradores. Alguns relatos apontam justamente para este fato de adolescentes que foram levadas pelas tias para participarem do grupo Jovem. Inclusive, a principal interlocutora é um caso típico disso²⁵.

A partir dos anos 1980 a reforma psiquiátrica começou a alterar a vida na Colônia, assim como, na igreja. As mudanças consistiram em não mais internar e integrar os pacientes à sociedade e à família. Hoje, há outros equipamentos para tratar desse tipo de paciente como os Centros de Apoios Psicossociais (CAP'S) e as Residências Terapêuticas. Nesse contexto, diversos pavilhões começaram a ser desativados. Fato que ocorre até os dias de hoje, já finalizando esse processo. As anotações do padre Joaquim terminam nos anos de 1985. Conforme relatos, ele chegou a trabalhar mais um tempo e se aposentou. Nos anos 1990, a igreja passou a ser administrada por padres realocados pela Arquidiocese e não mais enquanto funcionários da instituição hospitalar. Junto ao padre aparecia a figura da responsável pela igreja como forma de auxiliar na administração da capela. Estes responsáveis são da comunidade e estão mais próximos a ela, apresentam-se como pessoas privilegiadas de olhares mais cuidadosos com a manutenção da edificação.

Atualmente, as atividades da igreja e de sua comunidade de fiéis se centralizam na realização de batizados e casamentos, nas missas dominicais, na parte da manhã, na reza dos terços, de segunda a sexta-feira, nas missas que ocorrem toda segunda terça-feira do mês

25 Esta depoente era moradora da Taquara e passou a frequentar a igreja a partir das suas tias, que eram fiéis da INSR. Quando, ela casou com um morador, “de dentro”, veio morar na comunidade denominada Planalto localizada bem próximo à igreja.

e na educação religiosa ao disponibilizar aulas de catecismo. As missas mais específicas são: a de coroação da padroeira, a do santo dos motoristas (São Cristóvão) e a da Páscoa²⁶; duas procissões são celebradas na igreja da Colônia, sendo em reverência a Nossa Senhora dos Remédios, no dia 21 de outubro e a São Cristóvão em 25 de julho²⁷. Neste ano, membros da INSR promoveram uma Via Sacra pelas ruas do bairro Colônia em celebração do mês da Páscoa em parceria com a comunidade de sua paróquia de Nossa Senhora das Graças em Curicica²⁸. Quanto à festa junina, esta voltou a ser realizada neste ano de 2019. Além de realização de rifas para angariar fundos e participar de eventos e celebrações em parceria com as outras capelas ligadas também a sua paróquia, a igreja atua também na parte educativa ao disponibilizar aulas de catecismo. No mês da padroeira as celebrações começam com a trezena passando pela missa de tríodo, que antecede o dia da santa, e finaliza com a coroação da padroeira²⁹. No dia em si, as procissões e as missas são denominadas de Festa. Esta festividade envolvem as comunidades da Paróquia e suas capelas correspondentes, sendo importante observar que em diversas atividades empreendidas, as comunidades de fiéis se juntam para eventos religiosos que cada capela elabora.

1.3 - As intervenções e os tombamentos

No século XX, a Igreja sofreu duas intervenções marcantes. A primeira em 1949, a segunda em 1971 e a terceira no século XXI em 2008-2009. Quanto aos tombamentos, a INSR possui o tombamento individual de 1970, em processo aberto em 1972³⁰, ainda, no antigo Estado da Guanabara e, o de 1990, o tombamento em conjunto com o NHRC³¹. Além desses dois, há no IPHAN um processo de tombamento individual aberto em 1967 e ainda não finalizado³². Este processo contém, dentre relatórios e materiais defendendo seu tombamento, assim como, cartas trocadas entre os diretores da Colônia e do IPHAN. Organizar os tombamentos e as obras de intervenções na INSR permitiu identificar valores atribuídos a edificação por instituições de preservação do patrimônio cultural. Seguindo uma linha

26 A Páscoa aparece como a celebração mais importante na INSR, sendo possível verificar isso, nas quase anotações anuais do padre e confirmada por alguns dos fiéis em conversas informais.

27 As Festas referidas a esses santos será melhor explicada no capítulo 2, seção 3.

28 Essa procissão, cuja prática devocional religiosa, representa os momentos das quedas de Cristo carregando a Cruz no caminho para a crucificação. Na tradição católica, Jesus percorreu o caminho em obediência a Deus até o monte Calvário.

29 Quanto aos temas trezena e tríodo, estes serão melhor abordados no capítulo 2 seção 3.

30 INEPAC, processo de tombamento nº 3/300.005/72.

31 INEPAC, processo de tombamento nº 18/001.178/90.

32 IPHAN, processo de tombamento nº 0798-T-67.

cronológica que começa com uma queixa do diretor da Colônia Juliano Moreira pelo IPHAN ter tombado o Aqueduto e não a Igreja³³.

Quanto à primeira intervenção sofrida pela edificação católica, a pesquisadora Sigrid Hoppe (2014), a partir de sua pesquisa em que usa o livro de ocorrência da igreja, escrita pelo padre Joaquim do Carmo Rodrigues entre os anos de 1953 a 1985 como fonte, nos elucida que, quando a fazenda foi desapropriada para a construção da Colônia, o templo já se encontrava mal conservada³⁴. Sabe-se que as edificações do Asilo de Alienados receberam alguma intervenção nas suas estruturas. Entretanto, “nas décadas de 1930 e 1940 houve superlotação de pacientes no hospital, fato que exigiu providências da direção” (HOPPE, 2015, p.197). Essa decadência institucional atinge também a INSR ao ponto desta ter sido interdita pela direção em 1949. A igreja foi fechada, pois praticamente encontrava-se em precário estado de conservação, e ao IPHAN coube realizar um levantamento das obras artísticas³⁵. A igreja estava “quase em ruína, com telhado danificado e a parte lateral fendida” (Idem, p.196). Neste mesmo ano, a Divisão de obras do Ministério da Saúde foi responsável pelo anteprojeto da intervenção:

(...) uma vez terminado [o anti-projeto] incluíram reparo geral interno e externo, teto, laje de cimento armado, recompôs a parede fendida, renovação dos painéis, aplicou-se sancas, frisos adornados pintura total, etc. Foi igualmente providenciada a restauração das imagens, inclusive, os dois medalhões que ladeiam, na Capela-mor, representando Santo Antônio e S. João Batista” (RODRIGUES, 1953-1985, p.4).

Ao mesmo tempo houve uma reorganização administrativa no campo da saúde. Talvez por esses motivos, o diretor, na época, Heitor Péres reformulou o funcionamento do hospital incluindo algumas atividades de entretenimento. Algumas dessas reformulações estão ligadas “a criação de diversos aparatos e atividades de entretenimento, de maneira a modelar o cotidiano do hospital”(HOPPE, 2015). Para a igreja, o diretor providenciou a sua restauração e a contratação de um pároco em 1953. Neste mesmo ano de reinauguração da INSR a direção da CJM providenciou a celebração de uma missa com a presença de autoridades católicas, tais como cardeal e o vigário da igreja do Tanque³⁶. A tal celebração ocorreu com a “Santa Missa

33 Ainda foi tombado também em 1938 a casa-grande da fazenda Taquara também da família Teles e vizinha a do Engenho Novo.

34 Este Livro de Ocorrência é de suma importância para pensarmos o significado que o padre, a instituição e a comunidade atribuíam à igreja na visão desse mesmo padre.

35 Na época, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) realizou esse levantamento das obras. Contudo, na ficha catalográfica das obras no inventário a data consta 1966.

36 A referência à igreja do Tanque é feita em alguns outros momentos no Livro de Ocorrência. Ao mesmo tempo, o mesmo tipo de livro, só que da Igreja Nossa Senhora do Loreto (INSL), aponta uma diminuição de referências feita à INSR, após os anos 1950. Pode-se afirmar que a INSR estava vinculada à paróquia da

Festiva, e crismando mais de cem pessoas, não só colônia como também oradores da cercanias da Colônia Juliano Moreira” (RODRIGUES, 1953-1985, p.3; apud. HOPPE, 2015, p. 197).

Muito provavelmente por conta da situação provocada pelo incêndio em 1966, a direção da CJM solicitou ajuda ao SPHAN ajuda para restaurar a capela e providenciar medidas de proteção do bem, tal como o tombamento. O que nunca ocorreu. (Processo de tombamento 0798-T-67). O IPHAN empreendeu um inventário destacando duas obras de artes furtadas em 2007³⁷. Ao mesmo tempo, pode-se verificar a negativa do SPHAN, em princípio, e, em seguida, a sua reconsideração quanto a defesa do tombamento da INSR.

No processo de tombamento da Igreja, no IPHAN, consta um pedido de esclarecimento de 7 de junho de 1966, solicitado pelo então diretor da Colônia Juliano Moreira (CJM), Dr. Carlos Nepomuceno ao diretor IPHAN, quanto à situação do aqueduto, o qual, encontrava-se degradado, e, também, quanto à igreja (fls.2). O esclarecimento respondido no dia 22 do mesmo mês no ofício 741, pelo chefe S.A. Paulo Thedim Barreto, argumentou que os Arcos foram tombados devido ao seu valor histórico e estético (IPHAN, 1967, fl.3).

Já a igreja “não mereceu tombamento por se encontrar totalmente desfigurada. Dificilmente poder-se-á recompô-la em seu aspecto primitivo” (Figura 12). No documento atribuído a Edgar Jacinto, quanto à inspeção realizada na Colônia, este corroborou o primeiro argumento afirmando não haver interesse no tombamento da edificação religiosa. Contudo, sugeriu a inscrição no Livro Tombo de valor das Belas Artes de alguns bens materiais contido na capela a partir do inventário que esta instituição realizou³⁸.

Com relação a igreja, realmente não tem ela interesse para tombamento. Mas encontramos entre as suas alfaias, duas telas, prováveis pinturas da Escola Fluminense, em bom estado de conservação e emolduradas no gosto da época (vejam-se as fotografias juntadas), que submetidas a uma perícia e tiverem confirmadas tais qualidades, então julgamos, deveriam ser inscritas no Livro Tombo das Belas Artes, por se constituírem exemplares representativos, pouco encontrados desta fase histórica da pintura brasileira. (IPHAN, 1967, fl.4).

Em 1967 outra carta, agora endereçada ao Rodrigo de Melo Franco, diretor do IPHAN, emitida por um ex-administrador, entre 1931-1946, da CJM Dr. Antônio Gouvêa de

INSR até os anos 1950, e depois, à Igreja do Tanque. Até porque o padre menciona a si próprio como capelão, e não, como pároco.

37 Estas obras são duas pinturas sobre tela. Uma referente a São João Batista e outra referente a Santo Antônio. Ambas sem autoria identificada. (IPHAN, Série Inventário).

38 Série inventário: I.RJ-1805.01

Almeida, evoca que estes bens são de Patrimônio Nacional. Não só a igreja, mas também aqueduto e a casa-grande. A narrativa depreciativa, referente à igreja, continua em resposta ao ex-administrador. Conforme documento do IPHAN³⁹ emitido pelo diretor Rodrigo de Melo Franco em fevereiro de 1967, este argumentou que o valor de excepcionalidade artística ou histórica fundamentava o tombamento, ou não, de um bem cultural:

Importa esclarecer que somente o referido aqueduto foi inscrito nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma vez que se julgou faltarem à velha residência e à capela os requisitos de valor histórico ou arquitetônico excepcional que justificariam incluí-las no tombamento. (IPHAN, 1967, fl.10).

Figura 12: INSR nos tempos do hospital.



Fonte: IMASJM

Vale lembrar que a arquitetura neoclássica, característica da igreja e da “velha residência”, muito provavelmente a casa do Engenho que passou a ser sede da Colônia; era considerado algo menor, que não merecesse tombamento⁴⁰. Para Lúcio Costa, a arquitetura neoclássica, “nem arquitetura era” (FONSECA, 2009)⁴¹. Mesmo com o discurso depreciativo,

39 Na época chamada de DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

40 Há alguns documentos no Processo que indicam o desinteresse inicial pelo tombamento, por conta das intervenções sofridas no século XIX. Essa intervenção poderá estar se referindo a do Theodoro Marx em 1862. Data esta, referente a “criação” da Igreja.

41 Não se pode esquecer que em 1938, o aqueduto foi tombado pelo SPHAN na época Colônia de Psicopatas (IPHAN – Processo de Tombamento 0101-T38),

a casa da Fazenda Taquara mereceu o tombamento e a Igreja Senhora Nossa dos Remédios, não. Mesmo com intervenções equivocadas, argumentado pelo IPHAN na época, a casa Colonial não teria sido tão alterada quanto foi a igreja da Colônia Juliano Moreira. Se pensarmos que, além da argumentação de uma edificação “muito alterada” (IPHAN, 1967, fl.11), um argumento usado, pelo não tombamento, foi não possuir mais seu valor “primitivo”. Ou seja, a Casa da Fazenda Taquara ainda mantinha suas características coloniais, enquanto que a igreja da CJM fazia referência à arquitetura neoclássica. Nem a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, nem a antiga residência colonial que foi sede da administração da CJM, também de arquitetura neoclássica construída no século XIX, “mereceram” ser tombadas. Por isso, não foram beneficiadas com recursos orçamentários do IPHAN.

Contudo, Paulo Thedim Barreto, em 20 de outubro de 1967, mudou seu posicionamento, sendo favorável ao tombamento, com o argumento de que o “próprio conjunto capela-aqueduto de um engenho é também reminiscência de hábitos sociais”, alegando existir vida cultural nesse espaço (IPHAN, 1967, fl.17v.). Ou seja, valores culturais, mesmo que timidamente, já apareciam como valores a serem agregados ao campo do patrimônio. Apesar da mudança de posição do técnico do órgão público, isso não significou o tombamento da igreja. Pois, para isso, o tombamento ainda teria que passar pelo aval do Conselho Consultivo do IPHAN. O que nunca aconteceu.

Em setembro de 1970, por meio do ofício 124 do processo de tombamento n. 03-300005-72, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios foi indicada para o tombamento imediato em âmbito estadual. No memorando 04/70, o arquiteto Olineo Gomes Paschoal Coelho, então chefe do Serviço de Tombamento e Proteção da ETP, propunha o tombamento da edificação (INEPAC, Processo nº 03-300005-72, p.2). Ao receber a indicação, o diretor Trajano Quinhões, diretor da ETP do Estado da Guanabara, comunicou ao administrador da região de Jacarepaguá, que essa direção havia já enviado ao diretor da CJM, Dr. Carlos Nepomuceno, a notificação referente ao tombamento da igreja, e de todos os seus elementos artísticos nos Livros Tombos Histórico e das Belas Artes (INEPAC, 1972). Assim, o diretor do ETP, no ofício 133, comunicou a Renato Soeiro, diretor do IPHAN, que a divisão estadual, havia determinado o tombamento da Igreja (Idem, 1972). Contudo, questionou-se o porquê de avisar ao diretor do SPHAN sobre tal fato. Em resposta ao memorando de Olíno, Augusto Carlos da Sival Telles emitiu, em agosto de 1971, seu parecer confirmando o merecimento dessa edificação, da inscrição nos Livros Tombos por seus valores histórico e artístico

(Ibidem). Em fevereiro de 1972, o chefe da delegacia S.P.U. não se opôs ao tombamento da edificação religiosa.

Entre 1971 e 72, a igreja foi recuperada e reaberta novamente. A igreja passou sete anos fechada até sua reabertura. Nesse período, a relação entre administração hospitalar e templo foi estremecida e, após insistências do padre e angariação de fundos, a obra aconteceu. O artigo de Sigrid Hoppe (2014) aborda a relação entre a INSR e a política hospitalar, assim como, expõe a Igreja como um espaço único de interação entre trabalhadores e pacientes, e seus familiares, com pessoas de fora da Colônia que também frequentavam o espaço religioso. “A Igreja parece ter tido um papel estratégico na sociabilidade local, contribuindo para a interação dos de ‘dentro’ com os de ‘fora’” do Hospital-Colônia (Idem, p.7).

Em 25 de julho de 1990 o Núcleo Rodrigues Caldas⁴² foi tombado em âmbito estadual pelo órgão responsável⁴³. Além das edificações da Colônia psiquiátrica foram tombados, pelo INEPAC, as construções dos tempos do engenho incluindo, obviamente, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, o muro da entrada do velho engenho, o chafariz, e a casa-grande. Os anos 1990 representaram outro marco para a história da política psiquiátrica no Brasil. Mesmo que não tenha influência direta na Igreja, a consequência dessa política atingiu-a indiretamente. Nessa década aconteceu o processo de municipalização dos órgãos federais de Saúde no Brasil. Como consequência, a Colônia Juliano Moreira foi dividida em setores administrativos, como já mencionado, entre Ministério da Saúde (Fiocruz), Secretaria Municipal de Saúde (IMASJM), Secretaria Municipal de Urbanização e Exército. Nesse contexto, a igreja ficou sob os cuidados da SMS/IMASJM, assim como, todo o Núcleo Histórico. Por sua vez, a preservação ficou sob a fiscalização do INEPAC. No âmbito do IPHAN, nos idos de 1996, alguns memorandos demonstraram a opção dessa instituição pelo arquivamento do processo de tombamento nº 798-T-67. Por outro lado, há alguns documentos indicando a retomada desse processo, que até então ainda estava inconcluso (IPHAN,1967, fls. 61 – 67).

Em 2008, a igreja foi interditada pela Defesa Civil, sob o nº 0736/2008, em virtude da falta de segurança no local (Anexo 5). Isso ficou nítido em 2005 e 2006 quando foram registrados casos de roubo na Igreja, segundo reportagem do jornal O Globo de agosto de 2006 e no artigo de Paulo Knauss (2007). No dia seguinte à celebração de São Cristóvão foi registrado o “Boletim de Ocorrência” nº 032-03820/2006 a respeito do furto de dois castiçais.

42 O Núcleo Rodrigues Caldas é a primeira parte da Colônia a ser ocupada.

43 Processo de tombamento E-18-001178-90.

Além do furto de duas telas, não localizadas, em nenhuma ocorrência, mas assinaladas pela reportagem e comprovadas no campo de pesquisa. Além deste evento, neste jornal (2006) e em Knauss (2007) foram apontados o roubo, em 2005, de uma imagem de Jesus Cristo, posteriormente, recuperada.

A terceira intervenção sofrida pela Igreja iniciou-se em 2008 e finalizada em 2009. Essa obra foi concebida a partir de política pública empreendida pela PCRJ, em 2003, sob a administração do César Maia. Este criou, por meio de decreto nº 23730 de 27 de novembro de 2003, uma comissão especial com o objetivo de restaurar as igrejas do Rio de Janeiro dos séculos XVII ao XIX (PCRJ, 2003). Essa comissão surgiu com o decreto municipal⁴⁴ e foi concebida em parceria com a Mitra da Arquidiocese do Rio⁴⁵. Em princípio, o decreto apresentava como critério de escolha, que a igreja contemplada seria a mais antiga, mas não afirma quais as igrejas seriam escolhidas para receberem recursos das obras. No entanto, consta no IPHAN, no processo de tombamento, que:

O objetivo do convênio de 2004 (2003) foi a restauração arquitetônica, de elementos integrados e a divulgação, através de educação patrimonial, do acervo cultural das igrejas históricas. Foram objeto das obras de intervenção executadas em 2004 e 2005, as fachadas da Igrejas de N.S. do Carmo da Antiga Sé, o órgão da Igreja de Santa Teresinha, Interior e exterior da Igreja de N. S. do Desterro de Guaratiba e fachada frontal da Igreja de São João Batista de Botafogo (IPHAN, 1967, fl. 155).

Ainda consta nessa folha, que uma nova etapa das obras estaria prevista, para 2008, com intervenções nas seguintes igrejas: Nossa Senhora do Loreto em Jacarepaguá e Igreja de Nossa Senhora da Conceição na Ilha do Governador. E nada quanto à Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Contudo, em 2008 teve início a terceira obra sob esse templo católico em terras históricas. A obra de recuperação da INSR foi executada por uma empresa de engenharia e financiada pela prefeitura do Rio, por meio da RioURBE⁴⁶, com fiscalização do INEPAC e na época SEDREPAHC, atual IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade).

A obra consistiu, de acordo com o relatório de visita de inspeção da prefeitura / IRPH, em recuperação emergencial do telhado, assim como, da parte elétrica⁴⁷. Pois, conforme

44 Decreto municipal de 27 de novembro de 2003. Este consistia dentre outras coisas em afirmar que a execução financeira ficou a cargo da secretaria de cultura transferindo recursos a Mitra. A Mitra é a responsável pela gestão das igrejas católicas.

45 A Mitra Arquidiocesana é a instituição que representa o bispado enquanto pessoa jurídica.

46 A RioUrbe – Empresa Municipal de Urbanização constituída em agosto de 1986, tem como área de atuação o gerenciamento de obras públicas de infraestrutura, urbanização, reformas, construções, conservação e manutenção preventiva de prédios públicos. A empresa também elabora orçamentos, projetos de arquitetura e realiza licitações nas modalidades tomada de preços, carta-convite e concorrência pública. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smo/riourbe> (Consulta em 28-04-2018).

47 IRPH. Relatório de visita de inspeção de 28 de agosto de 2008.

relatório de vistoria, a igreja se encontrava com infiltrações, devido ao precário estado dos telhados, problemas na parte elétrica e na volumetria de alguns ornatos, e embolso na parte externa e interna da igreja (IRPH, 2008). Os problemas no telhado causaram infiltrações que danificaram as paredes internas. No caso da fachada, houve também restaurações de recomposição volumétrica, assim como, alteração da cor observada por meio de prospecções. Dessa forma, a cor da fachada de branco passou a ser amarelo-ocre (IRPH, 2008). Entretanto, sua abertura se deu somente em 2014, mesmo depois da obra concluída em início de 2009. Isso gerou uma mobilização quanto a este fato conforme relatório da Til Pestana, que consta no processo de tombamento da igreja (IPHAN, 1967), além de descontentamento de alguns frequentadores da igreja quanto a restauração da parte interna da igreja não ter sido contemplada nessa última intervenção. Ou seja, apesar da intervenção da parte externa a parte interna não foi incluída e esta obra externa não foi o suficiente para desinterditar a igreja. Assim, a igreja ainda permanecia impossibilitada de reabrir, segundo a defesa civil. Após a interdição, conforme alguns relatos, os fiéis retiraram os objetos e paramentos do interior da igreja a fim de remontar e continuar as atividades eclesiais em outros pavilhões. Sem contar que, devido à infiltração, alguns objetos, como a imagem da padroeira no altar, encontravam-se em processo de deterioração. Por isso, esta imagem foi enviada para restauro pago pelos fiéis. Neste período, desde a interdição pela Defesa Civil em 2008, as atividades litúrgicas passaram a acontecer, inicialmente no pavilhão 4 e depois no pavilhão 5 do NHRC.

Em 2014, de acordo com relatos dos atores sociais do âmbito da igreja, a secretaria municipal de saúde solicitou que os fiéis se retirassem do pavilhão 5, último a ser ocupado por eles, para serem reutilizados por pacientes advindo de outros pavilhões de outro núcleo⁴⁸Nessa situação, sem pavilhão e sem igreja, alguns dos fiéis resolveram iniciar uma empreitada, que desse a INSR um destino diferentes de diversos pavilhões do Núcleo Histórico. Conforme outros relatos melhor explicados no capítulo 3, durante quatro meses, sob orientação de um engenheiro, cerca de dez pessoas promoveram uma manutenção na edificação favorecendo a reabertura da igreja. No segundo semestre de 2014, a igreja foi desinterditada pela defesa civil a tempo de agradecer a Nossa Senhora dos Remédios em 21 de outubro (Anexo 5)⁴⁹.

48 O Secretaria Municipal de Saúde vem implementando desativações e remanejamentos de pacientes a fim de finalizar as internações permanentes. Conforme dados informais, há ainda 200 pacientes na forma antiga de internação. A previsão para que esse tipo de internação de extingua é 2020.

49 Os relatos serão apresentados no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2 - DOS VALORES ATRIBUÍDOS ÀS COISAS, À MATERIALIZAÇÃO DO SIGNIFICADO CULTURAL

2.1 - Dos valores ao significado cultural

O valor atribuído às coisas, dão a elas significados, assim como, o significado é materializado nas coisas e nos objetos. Valorar, dar valor, dar significado, passa por questões referentes ao grupo social e a sua inserção no mundo, assim como, por compreender como, os que valoram, constroem esses valores e significados. No campo contemporâneo da preservação dos bens culturais, a identificação dos valores se apresentam como fundamentais para a tomada de decisão do que preservar, como preservar e para quem preservar. Isto é, são importantes para determinar atividades, e perspectivas, atuais e futuras neste campo. A concepção de valor atribuído por determinado grupo social é intrínseco à sua cultura, a qual esse determinado grupo está inserido. Um objeto e uma edificação em si será sempre uma matéria. Dessa forma, faz-se necessário compreender como determinados grupos sociais constroem sua memória histórica e como tais indivíduos significam essa matéria na sua vida social. Ou seja:

Edifícios, paisagens e artefatos são relativamente mudos - eles não falam por si mesmos. Precisamos concentrar nossa investigação nas várias maneiras pelas quais as diferentes culturas lidam com a memória histórica e as maneiras pelas quais o lugar e o fato artístico se tornam aspectos significativos de todas as formas de vida (tradução livre) (BLUESTONE, 2000, p. 66)⁵⁰.

De certa maneira, dar valor é dar significado às coisas, transformando objetos e lugares em patrimônio. Em seu artigo, Mason (2002) propõe criar tipologia de valores. Mesmo que esses valores não se disponha de forma separada, Mason propõe analisar a caracterização de valores a partir do que ele chamou de metacategoria. A partir da categoria de valor econômico ou cultural, outros valores estariam associados a uma das duas. O próprio autor entende que este tipo de distinção, ao mesmo tempo que traz benefícios, poderá também trazer problemas, tal como compreender que os valores estariam isolados um dos outros. Assim como Mason, apresentarei os valores nas suas multirelações entre valores atribuídos.

No que se refere ao presente texto, os sujeitos construíram sua percepção de valor, assim como, sua concepção de patrimônio e de cultura ao tratar, e ao se relacionar, com a Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Identificar o que é valor é pertinente para, a partir daí,

50 “Buildings, landscapes, and artifacts are relatively mute — they don’t speak for themselves. We need to focus our inquiry on the various ways in which different cultures deal with historic memory and the ways in which place and artifact become meaningful aspects of everyday life”.

assimilar qual significado cultural está sendo atribuído à INSR. E como ocorre o ato de valorar? Quais valores estão postos ao se pensar as categorias Cultura e Patrimônio?

No campo das ciências sociais, *valor* aparece enquanto categoria de análise em Marx em sua obra clássica *O Capital*, mas numa perspectiva econômica. Já no decorrer de diversos outros textos de Durkheim, Weber e de textos da antropologia social, esta categoria está associada ao estudo do indivíduo na interação com a sociedade, da cultura e de grupos sociais específicos. Por outro lado, o campo do patrimônio assume *valor* enquanto categoria intimamente ligado ao ato de preservar ou não os bens culturais. São justamente, os valores que significarão determinados bens culturais. Assim, parto da definição de Risieri Frondizi a respeito de valor: “os valores não são coisas nem elementos de coisas se não propriedades, qualidades *sui generis*, que possuem certos objetos chamados bens” (FRONDIZI, 1958, p.10).

Elencar o termo significado cultural, remete-se ao termo Cultura em que Geertz (1989) se utiliza da ideia de Max Weber, compreendendo cultura como uma “teia de significados”, em que a mesma nada mais é que um sistema simbólico tratado [nas concepções] do grupo pesquisado, ou enquanto sistema simbólico:

(...)[O conceito de cultura] denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. (Ibdem, p. 103).

A ampliação do conceito de patrimônio cultural, advindo da transformação da definição de cultura em que esta não é mais compreendida numa perspectiva hierárquica e evolucionista da história, resulta no reconhecimento também da dimensão intangível no bem cultural, que por sua vez relaciona outros valores para além do artístico e histórico, tais como: valor *afetivo*, valor *turístico*, *religioso*, *econômico*. Concebe-se uma perspectiva do conceito de patrimônio não ocidental trabalhado pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2003) que aponta a possibilidade de se pensar o patrimônio, em nossa sociedade, a partir das relações de troca dos bens culturais entre os indivíduos e a partir das relações entre sujeitos e objetos. Viñas (2003) considera que a relação entre pessoas e os objetos se dão por meio da significação simbólica, em que as pessoas atribuem valores aos objetos. Nesse pensamento, o significado cultural é compreendido enquanto construção intersubjetiva, fruto das relações entre sujeitos e objetos, que se modificam através dos diferentes contextos no tempo e no espaço. Uma possibilidade de mostrar estas relações será observá-las nas práticas nas

celebrações e rituais desenvolvidos nas atividades eclesiais na INSR por meio do exercício etnográfico.

A perspectiva do estudo dos valores no campo do patrimônio, contemporaneamente, vem ganhando uma maior importância nos últimos anos, tanto para pensar a área de preservação do patrimônio, quanto para pensar a gestão. Em sua recente tese, Carla Coelho elabora uma narrativa histórica da categoria. Há de se mencionar que os valores são abordados desde a Grécia Antiga no campo âmbito da Filosofia (FRONDIZI, 1958, apud COELHO, 2018). Na Antiguidade, Coelho (2018), a partir de Choay (2001), expressa que os valores estéticos e históricos não estavam estabelecidos. Somente, o estético estaria presente por meio da “apropriação (...), de um valor de uso para decoração”.

Ainda na Antiguidade é possível identificar alguns exemplos de proteção e valorização de bens móveis e edifícios, como a constituição de coleções de objetos gregos por colecionadores de arte romanos. Essas ações, entretanto, eram pontuais e aleatórias, e não existiam princípios estabelecidos proibindo a destruição de edifícios ou objetos de arte antigos. Além disso, a esses bens não era atribuído valor histórico (COELHO, 2018, p. 19).

Apenas com o advento do Renascimento, ampliou-se a atribuição de valores relativos às edificações e às Artes. “O Renascimento pode ser considerado como um momento de ampliação em relação aos dos valores atribuídos às edificações e obras de arte do passado, e de conscientização sobre a necessidade de sua proteção, frente às ameaças de destruição” (Idem). Somente, a partir do iluminismo e da Revolução Científica os antiquários deram uma conotação cultural a matéria. O valor *histórico* aparece associado aos valores *artísticos* e *simbólicos*. (Idem, p.22). No pós-Revolução Francesa, os revolucionários empreenderam ações de destruição de monumentos que remetiam aos governos do “antigo regime” feudal. Tais ações, por sua vez, impulsionaram diversas iniciativas de proteção do patrimônio empreendidas pelo regime que passou a vigorar. Uma delas, e a principal, deu-se numa perspectiva jurídica.

Com a criação de instituição estatal, estabeleceu-se políticas e normas de preservação e proteção do patrimônio, optando para que diversos bens materiais passassem para tutela do Estado Nacional francês numa intenção de tornar, estes bens, públicos (CHOAY, 2001). Tem-se, então observado o valor *nacional* na iniciativa do Estado francês, cujo entendimento sobre sua importância influenciou a política pública brasileira de patrimônio de forma marcante. É justamente neste cenário, de uma construção de nação, que a instituição federal brasileira foi concebida: “A partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de

uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto da construção da nação pelo Estado” (FONSECA, 2009, p.96).

Valor, é pensado, enquanto categoria teórica, a partir de Riegl (2006 [1903]) em *O culto moderno aos monumentos* no início do XX. Este autor pensava os valores atribuídos em monumentos históricos na ótica do valor de *memória* (histórico e de antiguidade) e *artístico*, bem como, dispensava a ideia de valor absoluto, para compreendê-los como relativo. No século XX, as instituições e órgãos governamentais, de proteção de patrimônio, começaram a se organizar em maior número por diversas partes do mundo, somando as poucas existentes. Estas entidades governamentais iniciaram um diálogo, entre si sobretudo, no pós-Primeira Guerra Mundial. Conforme explica COELHO:

Como resultado dos acordos internacionais pós Primeira Guerra foi criada em 1919 a Sociedade das Nações e em 1922 seu Comitê Internacional de Cooperação Intelectual, cuja missão incluía questões relacionadas à conservação de bens culturais. Para desenvolver atividades voltadas para esse propósito foi criado em 1926 o Escritório Internacional de Museus (predecessor do ICOM – Conselho Internacional de Museus) (COELHO, 2018, p. 57).

Esses órgãos passaram a realizar encontros para resolverem problemas comuns em um contexto europeu. Como resultado desses encontros, tornou-se prática das reuniões, a divulgação das diretrizes, dos apontamentos, das sugestões e dos procedimentos de preservação no formato de Declarações e Cartas Patrimoniais. A Carta de Atenas (1933) e a Carta de Veneza (1964) são documentos importantes para diversos segmentos do campo do patrimônio, tais como a restauração, e seu processo de construção, enquanto ciência. Nestas cartas sobressaíram, ainda valores *artísticos* e *históricos*.

Com a Declaração de Amsterdã, em 1972, o campo do patrimônio pareceu sofrer as primeiras influências da ampliação do conceito de cultura. Nela, propôs-se a preservação do meio-ambiente, sobretudo, compreendendo que monumentos não estão isolados, dando-lhes uma perspectiva cultural. No mesmo ano, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) concebeu o *valor universal excepcional*, enquanto conceito e categoria exigida à candidatura dos bens culturais para sua inclusão na Lista do Patrimônio da Humanidade. Valor que foi de suma importância para algumas cartas mais adiante. A Recomendação de Nairóbi (1976), que seguiu a de Amsterdã (1975), reafirmou o valor *cultural* e recomendou o valor de *uso*. Sua contribuição está no fato de ter levado em conta o

meio urbano e a participação da sociedade de forma mais efetiva no processo de preservação dos bens culturais.

Nos fins dos anos de 1970, mais precisamente em 1979, a Carta de Burra seguiu a linha da valorização *cultural* e da participação social, empreendida desde a de Amsterdã. A carta sugeriu uma maior participação da sociedade no processo decisório da gestão dos sítios históricos, assim como, uma maior especificação desse valor *cultural*. Ela inovou ao aconselhar a confecção de uma declaração de significado cultural, de um determinado bem no processo de gestão. A carta australiana vem sendo utilizada pelos países anglo-saxões igualmente pensando na gestão dos sítios históricos.

Em 1994, a Carta de Nara relacionou os valores, até aqui reconhecidos, ao conceito de autenticidade. Esta Carta também é de suma importância, pois ampliou as discussões do campo do patrimônio para fora do círculo ocidental-europeu e expandiu a perspectiva dos valores *simbólicos-culturais*.

Já em 2000, foi elaborada a Carta de Cracóvia, que reconheceu a pluralidade dos valores e que estes se alteram na temporalidade, sendo preciso desenvolver ferramentas que identifiquem essa ampla gama de significados. Em 2003, a UNESCO estabeleceu e reconheceu os valores *imateriais*. Em 2005, a declaração de Xi'an recomendou a preservação dos sítios, considerando seu entorno e os valores atribuídos a ele pela comunidade. Em 2008, publicou-se a Declaração de Quebec, indicando a necessidade de se preservar o espírito do lugar, entendendo como “espírito de lugar” os elementos intangíveis, que dão sentidos ao lugar. Anos depois, em 2011, assinou-se *Os Princípios de La Valleta*, relativos à gestão de sítios históricos (COELHO, 2018).

No âmbito nacional, a perspectiva dos valores foi legitimada com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, no Rio de Janeiro⁵¹. Órgão federal ficou responsável pela proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro a partir do Decreto-Lei nº 25/37. Em meio à ditadura Vargas, que pregava valores *nacionalistas*, o IPHAN se inseriu num contexto social brasileiro, onde nossos intelectuais buscaram construir uma nação republicana, recém-criada, através de símbolos que a identificassem. Portanto, o valor *nacional* estava intimamente ligado à questão de identidade nacional e seu processo de construção, por essa intelectualidade brasileira, desde fins do século XIX e início do século XX: “Era o envolvimento na questão da identidade nacional

51 Na época denominado de SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

que marcava o compromisso social do intelectual, inclusive de escritores e artistas” (FONSECA, 2009, p.88). Tratava-se de uma identidade simbólica que significasse um “ser brasileiro”⁵².

Os símbolos escolhidos, pelo órgão de proteção federal, foram baseados em valores *artísticos* e *histórico*, associado ao valor *cultural* e *nacional*, e o de *excepcionalidade*. Em certa medida, parte dessa intelectualidade fez parte do corpo técnico do SPHAN/IPHAN. Nos primórdios da instituição, elegeu-se o bem edificado de uma arquitetura de pedra e cal que representasse o passado colonial de matriz portuguesa, branca, como símbolo de uma “identidade nacional”, destacando-se a arquitetura Barroca situada nas cidades históricas mineiras.

Para além de identificar determinado valor *nacional* empreendida pelo IPHAN, faz-se necessário compreender como esse valor foi construído. O pensamento social brasileiro, entre os homens de saber da literatura e da ciência tentaram compreender o “ser brasileiro” em meio a formação de uma recém República e em meio a pós-escravidão. Neste período, do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a intelectualidade brasileira lidou com dois discursos antagônicos, a respeito da construção de uma identidade nacional. Um, o da miscigenação enquanto fator negativo para a construção do “ser brasileiro”. O outro, a construção positiva da miscigenação⁵³.

Mediante essas duas concepções opostas de miscigenação a instituição federal de proteção do patrimônio cultural precisou conceber qual símbolo significaria a identidade nacional. Mário de Andrade elaborou o anteprojeto de uma instituição de preservação do patrimônio nacional a pedido do então ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, em 1936. Anteprojeto este foi concebido a partir de uma ideia integradora de valorização da cultura nacional em uma perspectiva folclórica. Conforme explicita Londres (2009),

52 Quanto a nação e identidade, Marilena Chauí (2000, p.27) coloca que, no caso brasileiro, nação poderá ser compreendido pela ideia da mistura das três raças, da mestiçagem, de algo totalizante. Já a identidade nacional, na época, era compreendida pela diferença racial. “O negro como classe social, a dos escravos, e sob a perspectiva da escravidão com instituição violenta que coisifica o negro”.

53 Quanto a construção negativa, a mistura racial significava um problema degenerativo para uma sociedade, que se pretendia branca e “evoluída”, aos moldes da civilização branca europeia. Nossa intelectualidade brasileira pensava a sociedade aos moldes das ciências naturais Cf. SCHWARCZ (1993). Por sua vez, a construção positiva da mestiçagem encontrou em Gilberto Freyre, na sua obra *Casa Grande e Senzala* em 1933, seu principal expoente. Para ele a miscigenação era o que justamente nos diferenciava de outros povos, forjando assim, a identidade nacional estando presente no comportamento, nas vestimentas e nas comidas. Apesar de Freyre, ao mesmo tempo, ter construído uma narrativa de convivência entre os tipos raciais sem demonstrar os conflitos que esta convivência gerava, o discurso de uma miscigenação, como algo positivo, contrariou certos segmentos científicos e certos intelectuais da época. Ou seja, na construção do valor de identidade nacional haviam concepções distintas e em disputas.

[...] no seu anteprojeto Mario de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo. (...) Ao reunir num mesmo conceito – arte – manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção (FONSECA, 2009, p.99).

No campo político, o Estado Novo, com a ditadura de Vargas, buscou um Estado forte e centralizador e algo que se unisse a sociedade enquanto Nação, nos mesmos moldes, por exemplo, da França no pós-Revolução Francesa. O momento intelectual, da busca por uma identidade nacional, uniu estes dois propósitos, tanto a política quanto a cultura. Conforme Cecília Londres Fonseca (2009, p.96) “A partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado”. Assim, a cultura se integrou ao discurso político-nacionalista do Estado Novo. Da mesma forma que a construção de identidade nacional se juntou a ideia de nação.

Se uma vanguarda francesa influenciou nossa construção de identidade nacional, a Europa influenciou mais no sentido ideológico. Em viagem para Minas Gerais, em 1924, intelectuais modernistas⁵⁴ se depararam com a situação de decadência das igrejas históricas mineiras.

Ao chegarem, foram surpreendidos e ficaram encantados pela arte de Aleijadinho, assim como pela riqueza as igrejas barrocas. No entanto, se indignaram com o abandono dessas obras por parte dos responsáveis locais, o que levou a mecenas Olívia Penteado, diante de um altar em São João del Rei, a expressar seu desejo de fundar uma sociedade particular para a preservação dos monumentos históricos, a Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil. (GALVÃO e ALMEIDA, 2017, p.20)

Conforme pontua Fonseca, houve um receio, alegórico, das nossas elites, de serem chamadas a responder pelo abandono das cidades históricas às gerações futuras e às nações civilizadas.

A partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um tesouro da Nação, perda irreparável para as gerações futuras pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder, inclusive perante as nações civilizadas, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa (FONSECA, 2009, p.81).

Na década seguinte, no âmbito da criação do, então SPHAN, atual IPHAN, esse grupo de intelectuais mineiros “escolheram” determinada referência de patrimônio, que deveria ser

54 O modernismo, no Brasil foi um movimento artístico forjado por intelectuais das artes plásticas e da literatura. A concepção política do movimento imperava na tentativa de construir uma identidade nacional.

preservada e que representasse uma identidade nacional, de uma República recém-proclamada. A escolha, da arquitetura colonial barroca, como símbolo de uma nacionalidade brasileira, uniu uma perspectiva moderna com a tradição, assim com, uniu patrimônio e identidade nacional. Dessa forma, o IPHAN forjou a concepção de uma identidade nacional desconsiderando, naquele momento, a perspectiva de Mário de Andrade, que valorizava as manifestações populares de matrizes africanas e indígenas, no mesmo patamar que a influência européia. “Ao elaborar uma 'política de preservação' em seu anteprojeto, ela enfatiza sua perspectiva etnográfica, (...): 'o povo brasileiro em seus costumes e usanças e tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil” (CHUVA, 2012, p.154). Ao mesmo tempo em que a concepção de Mário, em seu anteprojeto, levou em conta a perspectiva também imaterial do patrimônio, ele foi claramente desprezado pelo IPHAN nas primeiras décadas.

Segundo Márcia Chuva esse preterimento fica mais evidente.

Essa vertente esteve assentada nas teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura.¹⁶ Essa perspectiva justificava o predomínio da proteção de bens materiais, especialmente arquitetônicos, relativos ao período colonial (CHUVA, 2012, p.154).

No âmbito institucional a construção do valor *nacional*, associado aos valores *artísticos e históricos*, concebiam um valor *cultural*, conflitante, hierárquico e evolucionista entre os tipos raciais. Essa perspectiva só mudou nos anos 1970 e se ratificou nos 1980, quando se levou em conta o lado intangível dos bens culturais. Nessa medida, compreendeu-se que o valor *simbólico-cultural* mudou de concepção a cada novo entendimento de noção de cultura. Logo, a transformação dessa noção provocou a ampliação do conceito de patrimônio valorizando as manifestações culturais e sua diversidade. Essa nova cena, que se desenhou, integrou a diversidade cultural ao discurso de formação de uma identidade nacional. Esse processo teve início, institucionalmente no Brasil, no âmbito do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), de Aloísio Magalhães, em 1975. Essa nova concepção nos ajudará a entender o tombamento da INSR empreendido pelo antigo Estado da Guanabara no início dos anos 1970.

Atualmente, a questão de valores ganha ares notáveis para a proteção do patrimônio e para nortear e orientar políticas públicas de preservação. Os valores, hoje observados, estão para além daqueles estabelecidos tradicionalmente, tais como *histórico* e *estético*. Na Nossa Senhora dos Remédios, observa-se, em primeiro olhar, os valores *religiosos*, de *culto*, *sagrado*, valor *histórico* e *arquitetônico*. Contudo, é possível mencionar também o valor *educacional*, na medida em que as aulas de catecismos se entendem enquanto uma atividade, cujo objetivo é passar adiante a cultura católica. Será possível pensar em valor turístico em relação à edificação religiosa? E como surge e onde se coloca os valores? Para Mason (2002, p.8) “O valor é formado no nexos entre ideias e coisas”. Para este autor os valores só poderão ser identificados a partir dos “contextos sociais, históricos e até espaciais - através da lente de quem está definindo e articulando o valor, por que agora e por que aqui?” (Idem).

O reconhecimento de valores culturais, associados a determinados bens, como a igreja, contribui para a compreensão de como é construído o sentimento de pertencimento de grupo. Os valores também estão intimamente ligados a identidade cultural. Neste sentido, deve ficar entendido que os valores atribuídos aos bens culturais são construídos e definidos na dinâmica da vida social dos sujeitos. Portanto, identificar os valores atribuídos pelos grupos sociais em seus contextos culturais é imprescindível para se construir e apontar iniciativas de preservação de bens culturais. Nessa pesquisa, preservação de bens culturais católicos.

2.2 – Cultura e as relações de troca

Já o conceito de cultura, que amplia o conceito de patrimônio, tem-se um marco histórico que foi a Segunda Grande Guerra. Este evento provocou uma crise na civilização ocidental colocando em xeque o conceito de cultura que hierarquizava os tipos raciais. A base do preconceito cultural que havia desencadeado a prática nazista, por exemplo, discriminava determinados grupos culturais, julgando-os “inferiores”. Essa hierarquização de grupos culturais era concebido a partir de uma visão evolucionista da cultura em voga desde o século XVII e XVIII que, por sua vez, foi gerado dentro do processo de expansão europeia para as Américas e África. Um marco que desconstruiu, no campo da antropologia, essa perspectiva da cultura seria o texto de Claude Lévi-Strauss chamado *Raça e História* de 1952⁵⁵. Esta obra

55 Este texto é lançado em 1952 originalmente em relatório da UNESCO. Somente mais tarde, este artigo foi vinculado a sua obra *Antropologia Estrutural* Dois na primeira edição em 1973. Lévi-Strauss inclusive era, neste momento, funcionário da UNESCO, o braço cultural da ONU. Cf. MAIO, 1999. Vale lembrar que essa construção da diversidade cultural, no campo da antropologia, não começa exatamente com *Raça e História* e nem com a UNESCO. Essa construção, de certa forma, inicia quando a ciência continua seus estudos “do outro”, mas numa perspectiva do cientista ir ao campo e estudar as relações sociais desse

marca os estudos da antropologia, a qual, já apontava para o reconhecimento da presença da diversidade cultural do “outro”⁵⁶. Também marca a desconstrução do conceito anterior de cultura, explicando como a narrativa historicista de culturas diferentes, entre si, gerou um discurso de superioridade racial contra outras culturas. Este discurso foi basilar, tanto para teoria do embranquecimento no Brasil, quanto para a política nazista. Ou seja, esse texto foi uma referência significativa para a ampliação do conceito de cultura, pois também explicou a concepção e reconhecimento da valorização da diversidade cultural, ou seja, do patrimônio cultural mais amplo.

Estamos, primeiro, em presença de sociedades justapostas no espaço, umas ao lado das outras, umas próximas, outras mais afastadas, mas, afinal, contemporâneas [...] não devemos esquecer que as sociedades contemporâneas que continuam a ignorar a escrita, aquelas a que nós chamamos ‘selvagens’ ou ‘primitivas’, foram, também elas, precedidas por outras formas, cujo conhecimento é praticamente impossível, [...] a diversidade das culturas é de fato no presente, e também de direito no passado, muito maior e mais rica que tudo o que estamos destinados a dela conhecer” (LÉVI-STRAUSS, 1993 [1952], pp. 330-331).

Ao desconstruir este conceito anterior, Lévi-Strauss (1993 [1952]) desconsiderou as culturas posicionadas em linha única, historicamente. Elas estão em diversas linhas, cada uma constrói a sua, não numa perspectiva evolutiva, mas sim, de transformação. Gilberto Velho (2015) a respeito da noção de cultura sinaliza que:

[Ela] teve um relevo especial, quando correspondeu a uma reação crítica ao evolucionismo ortodoxo, que via a sociedade sob um prisma único, um modelo único de desenvolvimento, em que se estabelecia uma hierarquia, da mais avançada da mais desenvolvida, até a supostamente mais atrasada, inferior. Essa foi uma contribuição da antropologia, a noção de Cultura foi fundamental, (...) em termos de ciência, que cada sociedade fosse entendida em seus próprios termos. Isso foi uma grande conquista, não colocar escadas que permitam subidas e descidas, não ver as sociedades humanas como alinhadas em escadinhas evolutivas, mas entender que cada sociedade tem a sua complexidade própria, tem seus valores, tem seu modo de ser, tem seu ethos, e é importante captar que ethos será esse (VELHO, 2015, p. 87).

Nos anos 1960, o contexto internacional foi marcado pelo rompimento de um conceito da modernidade de nação até então estabelecido. Esse rompimento se deu por processos de descolonização de países africanos, pelo forte processo de globalização econômica, pelo

“outro”, estudar sua dinâmica cultural, suas relações de poder, seus ritos e suas visões de mundo. Pelo menos essa prática teria iniciado com Malinowski, um físico, nos anos 10 do século XX, fica um tempo maior no campo realizando, o que convencionou chamar, de prática etnográfica. Uma prática descritiva “densa” dos processos e das relações humanas dos grupos sociais.

56 Esse “outro” refere-se aos grupos sociais não ocidentais. A antropologia, nesse período, estudavam outras sociedades, que não as ocidentais.

fortalecimento das identidades regionais, étnicas ou por outras identidades de outros valores simbólicos, tais como religião e etnia. Para Márcia Chuva (2012) afirma:

Associado a outros fatores estruturais, o advento da tecnologia promoveu um severo enfraquecimento dos Estados e a expansão fantástica do poder transnacional do capital a ignorar as fronteiras nacionais. Novos valores e clivagens foram sendo constituídos a partir desse contexto, e esmaeceram a ideia de nação em favor do fortalecimento de recortes identitários de outras naturezas, como por exemplo, religiosa, étnica, ideológica, de gênero etc. Novas concorrências se instalaram, portanto, e a identidade nacional foi reconfigurada, sofrendo transformações significativas. É nessa conjuntura que ocorre a ampliação da noção de patrimônio cultural, em que novos objetos, bens e práticas passam a ser incluídos ou a concorrer para se tornarem patrimônio cultural. De um modo geral, tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação. (CHUVA – 2012, p.157).

A nova concepção do conceito de patrimônio passou a compreender, então, as culturas enquanto manifestações dinâmicas, ou seja, de transformações constantes e não hierarquizantes. Esse conceito começou a ser pensado como política pública federal, sobretudo quando o CNRC passou a fazer parte do corpo estatal em 1979 (FONSECA, 2009). Não se pode esquecer também que era um período de pressão de movimentos populares que reivindicavam reconhecimento sociocultural e político. A ideia de cultura parte de uma perspectiva simbólica, da valorização das expressões e das diferenças culturais, contemplando a diluição de dicotomias, tais como: passado x presente, cultura popular x cultura erudita, etc. O patrimônio cultural não se restringe ao folclore e a cultura popular, ao contrário, abre-se a possibilidade de pensar o patrimônio fora da perspectiva ocidental como afirma Fonseca (2009). Em certa medida, o valor cultural passou a ser construídos a partir da valorização mais efetiva de outros valores do campo do intangível até então desprezados. Em suma, a transformação do conceito de cultura entrou no campo do patrimônio nos anos 1970, ampliando essa definição para além do patrimônio material, para além dos valores *artístico* e *histórico*, agregando valores *imateriais* e *simbólicos*.

O texto de José Reginaldo Gonçalves (2009), *O patrimônio como categoria de pensamento*, é de extrema importância. Se a concepção nossa de patrimônio, como afirma Choay (2001), é moderna e ocidental, Gonçalves relativiza essa ideia expondo que a categoria patrimônio possui “contornos semânticos” desde a Grécia Antiga e a Idade Média. Da mesma forma, as sociedades de culturas, não ocidentais, também desenvolveram categorias equivalentes ao nosso patrimônio. Para apontar diferentes percepções

dessa categoria de pensamento, entre os ocidentais e não ocidentais, esse autor partiu de dois textos clássicos da antropologia. Foram eles: *O ensaio sobre a dádiva* (1974 [1933]), de Marcel Mauss, e *Os argonautas do Pacífico ocidental* (1976 [1920]), de Bronislaw Malinowski, cujos estudos transcorreram a respeito de povos do Noroeste Americano e os Trobriandeses da Polinésia.

Gonçalves trabalhou com os termos nativos *potlach* e *kula*, enquanto categorias equivalentes a patrimônio⁵⁷. A diferença, destas para a nossa, é que o nosso “patrimônio” é fundado na herança, no acúmulo de bens para serem repassados aos nossos descendentes, numa perspectiva individualizada. Já nessas culturas, não ocidentais, se há um acúmulo inicial, prevalece a troca, a distribuição dos bens entre os sujeitos. Então, são desses grupos, não ocidentais, de onde parte José Reginaldo Gonçalves para estabelecer que sistemas de troca, *potlatch* e *kula*, com uma perspectiva patrimonial e cultural. Segundo Marcel Mauss, os sistemas totais de troca são identificados em diversos âmbitos da vida social de diferentes sociedades. Sejam âmbitos jurídicos, artísticos, esportivos, educacionais, políticos ou religiosos. Estas categorias de troca, *potlach* e *kula*, afirma Reginaldo, são equivalentes a nossa categoria de patrimônio. No ponto de vista da troca de bens, esses estudos marcam, também, a ideia de que as coisas, a matéria, são trocadas. Em determinadas sociedades seu valor, está no fato de carregarem algo dos proprietários, para além da materialidade em si. Algo, que é, justamente, o que motiva a troca. Assim:

A literatura etnográfica está repleta de exemplos de cultura, nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre têm atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas carregam, ao mesmo tempo, significados mágicos-religiosos e sociais (...) Tais bens (...) constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos. (GONÇALVES, 2009, p.27).

As relações de troca de bens, analisadas por estes autores clássicos da antropologia, demonstram associações de valores, os quais estão inseridos na vida social. Nestas

57 Potlach (dádiva, dar, doar) – Sistema de troca importante para a vida econômica política em que doa-se bens, hospitalidades. Nesse sistema de dar e receber os bens materiais devem ser doados a amigos e parente, no pós festejo. Da mesma forma espera-se que esses parentes façam o mesmo. O valor dos bens estão ligados ao prestígio de quem doa.; Kula (circulo)– Circuito de troca intertribal na Nova Guiné, na Melanésia descrito por Malinowski. Esse circuito se trata de intercambio entre diversas ilhas e diversas tribos em que os sujeitos trocam objetos a fim de estabelecer relações sócias e prestígios. As trocas-doações de objetos, de determinado valor estético e socialmente hierárquico de quem doa, implica em relações de assistência, respeito e proteção.

sociedades, os atos de dar e receber formam um sistema total em que as relações humanas se fortalecem comunitariamente. Após esse estudo de Marcel Mauss e Malinowski, outros autores se debruçaram em desenvolver esse conceito de “troca de dádiva”, que significa dar ou doar: Paulo Henrique Martins (2005), Maurice Godelier (2001), Alain Caillé (2002), Jacques T. Goudbout (1999) e outros⁵⁸. Estes buscam compreender essa ideia de troca, de uma relação de solidariedade, mesmo numa sociedade moderna e individualista.

Inicialmente, as trocas se dão, segundo Mauss (2003, [1924])⁵⁹, a partir da tríade, dar, receber e retribuir, enquanto ação obrigatória. Ao dar algo fica subentendido o receber posteriormente. O sistema de reciprocidade funciona quando, esse que recebeu, aceita a doação, e, assim, assume a obrigação de dar de volta. Estas trocas se dão tanto entre os sujeitos, por meio dos objetos, assim como, entre sujeito e objeto e algo intangível, simbólico, ou espiritual, que por meio de objetos, favorece a construção de algum tipo de vínculo com os deuses, assim como, um vínculo comunitário entre os sujeitos⁶⁰. Na ação de trocar, cria-se vínculos, estabelecendo, assim, tipos de relações sociais, por exemplo, de confiança e de dívida. Ao dar, fica embutido, no outro, uma certa obrigação de dar de volta, para que o sistema total se consolide. Portanto, essa dádiva, por exemplo no universo religioso, se transforma em um canal entre sujeito e espírito⁶¹.

Pode-se pensar nessas relações de troca simbólica entre os sujeitos, mas também entre sujeito e divindade. Pois “a troca transforma as coisas em signos, uma revolução no simbólico – e o cristianismo foi uma dessas revoluções (...)” (TAROT, 2002, p.166-167). Na prática da fé, no crer, tem-se na troca simbólica, por meio da graça, da salvação e da realização humana. Assim, “ao procederem as trocas entre si, os homens fazem trocas com os deuses e tornam-se seus representantes” (Idem, p. 163). A própria experiência com Deus só se tornará completa, total, quando dar, receber e retribuir se concretizarem. É a própria simbologia do cristianismo, Deus deu seu filho (Jesus) para salvar a humanidade, ou no processo de transubstanciação nas missas, transformando-se em vinho e pão. Ou seja, em alimento para os fiéis. Da mesma forma, os fiéis doam a fé e devoção em troca da salvação para a entrada no reino de Deus, pois:

58 Godelier, *O enigma do dom*; Jacques Goudbout, *O espírito da dádiva*.

59 O ensaio sobre a dádiva: forma e razão nas sociedades arcaicas. Sociologia e Antropologia, Marcel Mauss. São Paulo, Cosac Naify, 2003, pp. 183-314.

60 Comunitário aqui no sentido associativo como propõe Paulo Henrique Martins (2005)

61 Ao mesmo tempo que é obrigatório, o sistema de troca é voluntário. Ou seja, a obrigatoriedade não deve ser explicitada, pois, assim será mantida o sistema de troca do potlach, da doação. Se for explicitado ou normatizado, a relação passará a ser utilitarista (CAILLÉ, 2000). Ou seja, sendo utilitarista na troca, por exemplo de mercado, a troca não será mais permeada pelo dom. Algo que não pretendo abordar aqui.

(...) Dons graciosos por se destinarem a nós, suscitando um suplemento de vida no homem que os recebe. Dom gracioso e divino em si porque Deus dá a possibilidade de participação em seus benefícios que são seus atributos e, finalmente, nestes últimos tempos, dá-se a si mesmo ao dar seu próprio Filho (Rm 8,23) e faculta a partilha de sua própria natureza. (TAROT, 2002, p.169).

Observando por essa lógica, há de se expor que “não será exagero afirmar que o entendimento de quaisquer formas de vida social e cultural implica necessariamente na consideração de objetos materiais” (GONÇALVES, 2007, p. 15-16). Nessa perspectiva, Frans Boas, no final do século XIX, apontou a existência de estudos, tratando da relação entre sujeitos e matéria e criticando a visão estanque e etnocêntrica empreendida pelos museus etnográficos⁶². Estes viam os objetos sem relação com a vida social das sociedades tribais que eram retirados (Idem). A crítica de Boas fez com que fosse deslocado “o foco de descrição e análise dos objetos materiais (de suas formas, matéria e técnicas de fabricação) para os seus usos e significados e conseqüentemente para as relações sociais em que estão envolvidos os seus usuários” (Ibidem, p.18-19). A associação entre matéria e sujeito é vista ao se deslocar o foco da matéria para os sujeitos (VINÃS, 2003) e para a sociedade (BOAS, 2004 [1896] et. al., GONÇALVES, 2007). Passou-se a observar, então, a função de uso dentro de um contexto social e o significado do uso de um determinado objeto, dentro de um rito, por exemplo:

“E vão sugerir que os objetos não apenas demarcam ou expressam tais posições e identidades, mas que na verdade, enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status.” (GONÇALVES, 2007, p.21)

A matéria passou a ser vista de forma contextualizada simbolicamente. Mas a pergunta que fica seria, que significados são esses e que “algo” é esse que está vinculado aos bens? A Carta de Québec nos traz a ideia de *espírito do lugar*, enquanto que José Reginaldo traz a *alma das coisas* e Mauss traz *mana* enquanto categoria mágica dos povos Polinésios. Estas, *espírito*, *alma*, *mana* são categorias místicas, portanto simbólicas, atreladas à matéria⁶³. Mas o que isso tem a ver com a Igreja Nossa Senhora dos Remédios? A igreja, enquanto espaço religioso, de vida social, como já visto, apresenta-se nessas relações de trocas simbólicas expressando valores e significados. Quais os valores e como valorar, são pontos cruciais dessa reflexão.

62 Os museus etnográficos percebiam os objetos fora de seus contextos sociais originais. Assim, davam-lhes novos significados e novas classificações com o intuito de indicar estágios de evolução cultural. Ver mais em GONÇALVES, 2007, capítulo II.

63 Esses termos, *espírito (hau)* e *alma, (mana)* são categorias estudadas originalmente pelo Marcel Mauss em sua obra *O ensaio sobre a dádiva* já referida aqui.

Como explicitado no primeiro capítulo, a Capela Nossa Senhora dos Remédios se inseriu em três contextos históricos: no período colonial, durante o tempo dos engenhos de açúcar; na fase asilar, como instituição hospitalar, e hoje, na vida social e urbana em meio às complexidades territoriais em que as relações de troca também estão estabelecidas no âmbito da vida religiosa⁶⁴. Essas relações aparecem, respectivamente, no Hospital-Colônia, entre pacientes e não pacientes, pacientes e funcionários e moradores e não moradores; quanto na contemporaneidade, pós-hospital asilar, entre pacientes de programas psicossociais e funcionários desses programas, ex-moradores, moradores antigos e novos oriundos do PAC-Colônia e de novas ocupações, funcionários e visitantes do MBRAC⁶⁵. O patrimônio cultural, como categoria, é individual e coletiva, material e imaterial, subjetivo e intersubjetivo. Em suma, “o sentido fundamental dos ‘patrimônios’ consiste talvez em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora” não somente entre estas dicotomias, mas entre grupos sociais distintos (GONÇALVES, 2005, p.30). A igreja faz a mediação com Deus concebendo a relação de troca ao “entrar em contato com Deus”. Se na vida religiosa ocorrem essas trocas entre sujeitos, há também uma relação entre sujeito e matéria, (objetos litúrgicos e igreja) estando nessas relações, os diversos valores atribuídos.

Os valores atribuídos aos bens religiosos demonstram a maneira como eles são significados e ressignificados pelos diversos atores sociais, expressando a complexidade do processo de construção intersubjetiva, coletiva e simbólica do mesmo. Ao observar os valores atribuídos aos bens culturais, pressupõe-se compreender a relação dos católicos, desta comunidade religiosa, com seus bens materiais e imateriais.

Neste sentido, nos é possível compreender esta relação a partir dos conceitos de ressonância, materialidade e subjetividade trazida por José Reginaldo S. Gonçalves (2005). Quanto ao conceito de “ressonância”, Gonçalves se apropria do historiador Stephen Greeblatt em que, como categoria, os objetos encontram ressonância no seu público. Em outras palavras, os significados de alguns objetos podem aparecer também ao atingir, tanto outras pessoas, quanto outros objetos. Os significados são valores atribuídos a bens de diferentes naturezas, como qualquer outro, inclusive os religiosos, pois a materialidade só fará sentido, ou só terá significado, através do seu “manuseio”, ou uso, enquanto valor.

64 No que se refere no período do Engenho Novo e da escravidão faltou elementos que pudesse demonstrar as relações sociais com a igreja.

65 O MBRAC desenvolvem atividades turísticas levando convidados a percorrerem ao NHRC. Quanto ao CAP's Bispo do Rosário, ele está localizado há cerca de 300 metros da igreja e desenvolvem atividades de passeio os pacientes também pelo NHRC.

A INSR, na qualidade de matéria, é compreendida, e usada, como a “casa de Deus” aproximando os fiéis da sua divindade. A imagem de Nossa Senhora dos Remédios, por exemplo, usada em ritos e festividades católicas proporciona uma maior “intimidade” entre adeptos e Deus, como se pode atestar através da procissão da padroeira e as celebrações litúrgicas específicas. Estes rituais favorecem a interconexão entre materialidade (templos, espaços, objetos e sujeitos) e, segundo conceito de Gonçalves (2005), a imaterialidade (Deus, fé, promessas, contemplações, bênçãos), inter-relacionando vivos e mortos. Nesse sentido, a igreja faz a intermediação entre estas dicotomias, assim como, abordam-se os aspectos diversos da coletividade. Então, Gonçalves (Ibdem) chama a atenção para a subjetividade enquanto autoconsciência individual que, entretanto, não existe sem o coletivo. O significado cultural é compreendido enquanto construção intersubjetiva, fruto das relações entre sujeitos e objetos, que se modificam a partir dos diferentes contextos no tempo e no espaço.

A complexidade da questão dos valores inicia quando atribuição de valor dada a matéria, por um indivíduo, ou o significado dado a matéria, não é a mesma dada por outro indivíduo. Alguns valoram “algo” que outros não valoram, do mesmo modo que o nível de valoração não é semelhante dentro de um mesmo grupo social. Logo, a atribuição de valor é algo subjetivo, o que pode ser valorado por uns, pode não ser por outros (VIÑAS, 2003; PEDROSA, 2011). Como a percepção dos valores é subjetivo, determinado valor atribuído será negociado com a comunidade, num processo de significar e ressignificar os bens culturais (AZEVEDO, et. al, 2014). Salvador Muñoz Viñas (2003) propôs observar essa comunidade a partir dos termos especialistas e não especialistas, no que tange a atribuição de valores a partir da ampliação do conceito de patrimônio. O autor reconheceu a importância da participação de “não-especialistas”, na valoração do patrimônio cultural, em parceria como os especialistas, para que a gestão do bem aconteça de forma democrática e não tecnocrática. Isto significa, o deslocamento do foco, do campo da preservação, na matéria, no objeto, para a sociedade, assim como, no que se refere a decisão do que restaurar (VIÑAS, 2003, p.301; p.361). A ampliação do conceito de patrimônio e a ampliação dos espaços de reivindicações da sociedade, perante às políticas decisórias na esfera da preservação dos bens culturais, atingiu também, a área do restauro⁶⁶. Como exemplo, a escolha da cor da pintura empreendida

66 Tanto, do restauro com letra minúscula, quanto com letra maiúscula. Para Viñas o restauro com letra minúscula tem sentido da restauração-conservação. Já o restauro com R maiúsculo seria resumidamente a nossa categoria Preservação. Ao se apropriar da antropologia, e a ampliação do conceito de patrimônio, este autor espanhol propõe uma desconstrução de uma visão brandiana, cuja importância do restauro se concentrava somente na matéria.

à fachada da igreja na obra de 2008 realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que será melhor tratada no capítulo 3 no âmbito da manutenção realizada por alguns dos fiéis em 2014.

Portanto, o significado cultural é o conjunto de valores conhecidos de um objeto compartilhado por grupos sociais. Os valores atribuídos, assim como a cultura, são dinâmicos. Como a percepção dos valores é algo subjetivo, a definição dos atributos será algo negociado com a comunidade. Mas ainda fica a pergunta: Como captar os valores atribuídos, como identificar o significado dos bens culturais?

2.3 – Do significado da edificação e das coisas

Os valores identificados nesta pesquisa considera os valores atribuídos pelos especialistas, assim como, pelos não especialistas, que tenham envolvimento direto ou não com a INSR. A questão de metodologia para avaliação e identificação de valores é algo em discussão. Provavelmente, nenhum método dará conta sozinho de identificar todos os valores. Mason explica que, “podemos supor que não há método único de avaliação de valor que **dará** conhecimento adequado para informar as decisões de conservação do sítio” (tradução livre) (MASON, 2002, p.14)⁶⁷. Entretanto, uma possível maneira de identificar é por meio da etnografia.

A pesquisa etnográfica é entendida como “(...) meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada quando desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre a teoria, que o pesquisador leva para o campo, e a observação entre os nativos que estuda” (PEIRANO, 1995, p.40). A observação participante, como atesta Eunice Durham (2004) expõe que o pesquisador não só observa, mas participa, buscando “na interação simbólica, a identificação com os valores e aspirações da população que estuda”(DURHAM, 2004). Neste sentido, caminha para o que Magnani (2002, p.17) classificou de “perto e de dentro”. Quer dizer, um olhar “capaz de identificar, descrever e refletir (...) e capaz de apreender padrão de comportamento não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos, conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (MAGNANI, 2002, p. 17). No caso deste autor, a observação participante coloca o pesquisador “dentro” e “perto” dos atores sociais. “Perto” e “dentro” são conceitos importantes, pois coloca o pesquisador em inteiração com os sujeitos das celebrações e dos rituais. Estes se apresentaram como métodos de

⁶⁷ “we can assume that no single valueassessment method will give perfect, total, or even adequate knowledge to inform conservation decisions on the ground”.

pesquisa em que foi possível demonstrar como os atores sociais significam e valoram a edificação e os objetos contido nela. Da mesma forma, como valoram os objetos que fazem parte dos rituais e cerimônias católicas existentes no contexto da Igreja Nossa Senhora dos Remédios.

Quanto aos rituais, a partir de Stanley Tambiah, Mariza Peirano (2003, p.40) assume o ritual como: “um sistema cultural de comunicação simbólica; constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos; frequentemente expresso por múltiplos meios; e ação performativa”. Ainda “(...), o ritual mostrou ser uma porta heurística, pela qual podemos vislumbrar aspectos de uma sociedade que dificilmente se manifesta em falas, depoimentos e discursos” (Idem, p.50). Os ritos aqui foram pensados como algo performático, estando presentes na missa e nas procissões da igreja em questão. Essa concepção do caráter performativo dos rituais, Renata Menezes (2004) coloca que é uma forma de comunicação, onde são expressados valores através da experiência dos atores durante o ato performático. Isso permite “abordar as celebrações do convento, bem como as demais atividades nele realizadas, como situações de articulação entre as pessoas, de construção de formas de sociabilidade, mas também de transmissão de valores (religiosos, culturais)” (Idem).

O objetivo da dissertação é mostrar como os fiéis significam a igreja e os objetos religiosos durante as manifestações culturais católicas nas missas e nas procissões. Com base no exercício etnográfico, pude perceber como as narrativas das festas, das missas⁶⁸ e das procissões, materializam a fé católica. Ou seja, tornar material o imaterial é a própria fundamentação da concepção católica quando se entende que Jesus é a encarnação, ou materialização, de Deus ou quando se compreende a morte e ressurreição de Cristo. A materialidade e imaterialidade fazem parte, de forma inseparáveis, da relação entre sujeito e sagrado e da experiência com o divino, mediante aos objetos sacros, ou alfaias, mediante à arquitetura religiosa, às esculturas de santos, à bíblia e aos diversos outros objetos litúrgicos.

Quanto às missas, elas tiveram uma série de variedades no que se refere aos discursos morais e cantos, assim como, a alguns símbolos associados ao calendário católico e aos temas do dia. (Figura 13). A respeito das procissões, conforme explica o pároco:

Isso é testemunhar publicamente nossa fé, levar a crença em Deus para as pessoas, as palavras da eucaristia, procissão é contagiar as pessoas com a presença de Deus. Nossa missão é essa, fazer com que as pessoas sejam

68 Para um depoente, a missa tem o sentido da celebração do momento de sacrifício do corpo e do sangue de cristo por nós. Tem o sentido também de seguir numa missão, de fazer, e convencer, com que os mandamentos de Cristos sejam cumpridos pelos fiéis. Representa também o momento da última ceia.

afetadas por Deus, sejam abençoadas, esse é o nosso objetivo (Entrevista concedida em 08/01/19).

As cerimônias e seus ritos demonstraram um certo padrão, que se alteraram de acordo com as cantorias para determinados temas litúrgicos. Tais variações foram testemunhadas, tanto nas missas dominicais, quanto nas procissões da Festa de São Cristóvão e da Festa de Nossa Senhora dos Remédios, bem como, na Via Sacra, empreendida pela comunidade da Igreja Nossa Senhora da Saúde, em parceria com a da Nossa Senhora dos Remédios, nas ruas do bairro Colônia.

As missas serviram para se estabelecer contato com os fiéis, tomar conhecimento do universo católico, e suas liturgias, e compreender a relação dos usuários com a edificação e com seus significados simbólicos. Em 2018 o número de participantes das missas chegou a ter em média 50 pessoas. Já neste ano de 2019, foi possível observar o aumento do público, passando para a média de 80 pessoas. De uma forma geral, nas missas, esse número de fiéis aumentavam quando eram datas mais importantes, como a missa para a padroeira e para a celebração da Páscoa, assim como, batizados, para as celebrações destinadas ao dia de São Cristóvão, padroeiro dos motoristas⁶⁹ e às missas de sétimo dia. Entretanto, o dia da padroeira foi insuperável.

Nas missas, o altar fica repleto de objetos, entre eles castiçais e candelabros que são acesos, imagens de santos, crucifixo e o ostensório⁷⁰ e, obviamente, a imagem da santa. Além do Padre, fez-se presente a ministra, as vezes outra pessoa para auxiliá-la e os coroinhas que auxiliam diretamente o sacerdote⁷¹. Em meio aos leigos, nos acentos da esquerda, próximo ao altar, com suas indumentárias características, encontravam-se os leitores⁷². A estes cabem lerem passagens bíblicas. A respeito das indumentárias, as vestes do padre, dos leitores e enfeites postos em alguns lugares da igreja, são orientadas por cores as quais dependerão do tempo litúrgico e da celebração. As cores estão presentes nos âmbitos das vestes dos leitores, na casula do padre, no véu, que cobre o sacrário, e em ornamentações no púlpito, por exemplo.

69 Segundo a pesquisadora Sigrid Hoppe, a celebração a São Cristóvão é uma tradição desde os anos 50.

70 Este objeto serve para expor o Santíssimo para adoração dos fiéis. No centro há uma parte fixa, chamada de custódia em que se coloca a hóstia consagrada.

71 Ministras, além de auxiliar o padre tem a função de levar a comunhão às pessoas que estão impossibilitada de ir às missas. O nome oficial é MESC – Ministra Extraordinária da Sagrada Comunhão.

72 Como o próprio nome já diz, os leitores tem a função de ler determinadas passagens da bíblia durante a missa. São pessoas capacitadas para cumprir tal função. Já o ministro é um cargo que auxilia os padres em alguns procedimentos durante a missa. Diferente dos coroinhas, o ministro auxilia em procedimentos mais próximos da função dos padres. Por exemplo, lhes é permitido também no rito litúrgico de oferenda, entregar a hóstia aos fiéis, que significa uma distribuição do pão, mas também da carne de cristo.

Figura 13: A Missa.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 06/01/19

Figura 14: Rito de entrada.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 27/01/19.

Cada cor tem significado distinto, segundo a liturgia católica⁷³, em que: o vermelho é usado no Domingo de Ramos e na Sexta-feira Santa, simbolizando o Amor e o Sangue de Cristo; o branco é utilizado no Natal e Quinta-feira Santa, significando a Paz, a Ressurreição e Pureza; o verde, por sua vez, é usado no período litúrgico do Tempo Comum, simbolizando a Esperança; o roxo é utilizado na Quaresma e no Advento, significando a Penitência; o preto é usado em missas destinadas aos mortos em sinal de luto, e por fim, o rosa é utilizado ao terceiro Domingo do Advento e ao quarto Domingo da Quaresma, simbolizando o contentamento com a Chegada de Jesus.

A missa católica é uma cerimônia que em si, conforme explicou um interlocutor, representa o sacrifício de Cristo na Cruz, “é quando se recebe Cristo, é quando ele se faz presente”. Cerimonialmente, a missa se constitui em vinte e dois momentos distribuídos em ritos iniciais, liturgia da palavra, liturgia eucarística e ritos finais. Entre ritos e liturgias, alternam-se, cantorias, sermões, momentos de silêncio. A participação dos fiéis se dá em uma espécie de resposta a algumas falas do padre, estando os participantes ora de joelhos, de pé ou sentados. Estas missas iniciam quando coroinhas, leitores⁷⁴ e padre adentram, enfileirados nesta ordem, à igreja sob o “canto de entrada”⁷⁵. Dentre os coroinhas, o da frente segura a cruz com crucifixo com o intuito, conforme interlocutor, de “abrir caminho para a chegada de Deus à casa”. (Figura 14)

Após a entrada, nos Ritos Iniciais, houve a saudação tradicional “em nome do pai do filho e do espírito santo” em que os fiéis se colocavam em lugar de alguém a ser convidado a seguir os preceitos católicos, numa espécie de troca simbólica, colocando-se em culpa e em pecado para, no fim, ser perdoado. Na liturgia da palavra, há leituras de passagens da Bíblia, do Antigo Testamento, leituras de salmos, de partes do Evangelho. Há, também, o sermão pessoal do padre e o momento das preces. Dessa forma, reforçou-se a presença de Deus “no meio de nós”. Em seguida à Liturgia da Palavra, vem a Liturgia Eucarística, onde ocorre a ocasião das ofertas e dos fiéis se colocarem a disposição da salvação, por meio da comunhão⁷⁶. Já os Ritos Finais, trata-se de uma espécie de resumo da liturgia do dia⁷⁷. Esta celebração expôs a relação sujeito e objeto e sujeito e o intangível, enquanto ponto de análise

73 http://www.ahoradamissa.com/doc_glossario.html#cores. Assim como, conversas de campo.

74 Os leitores são espécies de cargo, cuja função é ler algumas passagens bíblicas durante a missa.

75 Canto de Entrada, assim como outros cantos são efetuados por duas cantoras e violonistas postadas no coro da igreja.

76 Aqui no sentido de união, paz e partilha, de algo com alguém.

77 Conjunto de elementos religiosos, orações e objetos, e as práticas religiosas como os ritos e celebrações católicas.

para compreender os significados atribuídos à igreja e aos objetos e aos símbolos litúrgicos. Sendo assim, em diversos momentos da missa, entre cantos de agradecimento e de devoção, Deus se apresenta enquanto Salvador das mazelas sociais, das angústias, dos pecados dos sujeitos, portanto, salvador da humanidade.

Outro aspecto da relação observado em diversos momentos da missa, de forma efetiva, foram as relações de troca estabelecidas entre sujeito e divindade mediadas pelo padre, como no caso, do rito do ofertório, do rito do lavabo e do rito de comunhão. Esses são tidos como momentos marcantes das missas, incluídos na Liturgia Eucarística, como já mencionado, misturando-se na cerimônia. O rito do lavabo significa um ato de higienização das próprias mãos do padre, secando-as com a toalha chamada de manustérgio. Além da toalha, tem-se a bacia e a jarra. Esse ritual ocorreu na circunstância que antecedeu o rito da comunhão e, simultaneamente, ao do ofertório. O rito do ofertório se iniciou com a entrada na igreja de cinco fiéis em fila, tendo em mãos cálice, âmbula ou cibório, duas galhetas, patenas, pala, corporal. O último trouxe um recipiente de tecido para receber as doações em dinheiro⁷⁸. Esses fiéis foram escolhidos aleatoriamente, pela organizadora da missa, entre adultos e crianças de ambos os sexos. Então, ao entrar, os objetos foram entregues, no altar, à ministra e aos coroinhas, para a organização do rito da comunhão, sendo que o último, ao adentrar, ficou postado entre a nave e o altar segurando uma sacola. Em seguida, os outros presentes na igreja se dirigiram até este último, em fila, e fizeram doações em dinheiro. Após o rito do lavabo e do ofertório, iniciou-se efetivamente o da comunhão. (Figura 15 e Figura 16)

O rito de comunhão é um ato de comungar e de oferecimento do Corpo e Sangue de Cristo por parte do sacerdote, aos fiéis, à humanidade. A aceitação do oferecimento do Corpo e Sangue, enquanto alimento, é a crença na transubstanciação da hóstia (pão) e do vinho em Carne e Sangue de Jesus Cristo em troca da Salvação da alma. Ou seja, o pão e vinho (matéria) tem seu significado quando simbolizados em corpo e sangue de Cristo na missa. Por outro lado, Corpo e Sangue de Cristo (intangível) tem sentido ao materializar-se em Pão e Vinho. Isto é, na doutrina católica, a matéria (pão e vinho) faz sentido quando interpretada, simbolicamente, no Corpo e no Sangue de Jesus Cristo; assim como, a imaterialidade (o Corpo e o Sangue de Cristo) só ganha um significado se materializar no Pão e no Vinho.

78 Respectivamente: recipiente que consagra o vinho; conservação e distribuição da hóstia; recipientes para colocar água e vinho; prato usado para a consagração do pão; cartão quadrado revestido de tecido utilizado para cobrir a patena e o cálice e tecido sobre o qual se colocam o cálice com vinho e a patena com o pão.

Figura 15: Rito da Comunhão / entrega da hóstia.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 27/01/2019

Figura 16: Rito da transubstanciação.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 18/08/2019

Desse modo, matéria e espírito se expressam, no rito, por meio da relação de troca. As pessoas novamente se dirigiram, pelo corredor central, até ao padre ou à ministra, para receber a hóstia, representando o Corpo de Cristo. Ao dar a hóstia, o padre disse: “O Corpo de Cristo”. E ao receber das mãos do padre, o adepto respondeu: “Amém!”. Os presentes

voltaram aos seus lugares, ajoelharam-se em sinal de reflexão e agradecimento. Tem-se aqui um exemplo da máxima de Marcel Mauss (1974) já mencionada: Dar, receber e retribuir. Enquanto isso, o padre procedeu, consumindo a hóstia e bebendo o vinho. Ele elevou a hóstia, e em seguida, o cálice, e bebeu o vinho, representando o Sangue de Cristo, ao mesmo tempo, que enunciou dizeres como parte do rito. Ao fim, o padre limpou os objetos com um pano chamado de sanguíneo e guardou-os no sacrário. Finalizando a cerimônia, o sacerdote aspergeu água benta nos fiéis, por meio do aspersório, alocado em uma caldeirinha.

Nos Ritos Finais, após os avisos paroquiais, tanto no caso da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças, quanto na Capela em estudo, o padre se voltou à entrada da igreja para cumprimentar e agradecer a presença dos fiéis, que se dirigiram à saída da edificação. Quanto aos avisos, esses representam o reforço dos laços que fortalecem a vida comunitária. Neles há a divulgação e o incentivo à participação dos fiéis na vida social/espiritual católica. Por parte da Igreja Matriz, a divulgação poderia se referir desde à excursão para Aparecida do Norte/SP ou até o “Show de Prêmios”, em que se compravam cartelas para sorteios de equipamentos eletrônicos. Na Capela Nossa Senhora dos Remédios, os avisos foram mais direcionados às rifas e doações, com a intenção de também levantar fundos para a manutenção da própria igreja.

A celebração da padroeira Nossa Senhora dos Remédios foi marcada por diversos ritos no mês de outubro. O início ocorreu uma espécie de trezena e finalizou com a Festa, procissão e missa, destinada à Santa. Sobre a trezena, são treze dias em que os fiéis recebem, em suas casas, a imagem da Santa a fim destiná-la às orações. No estudo de caso aqui realizado, quinze fiéis desejaram receber a imagem da Santa, diariamente, em suas residências. Eles fizeram uma inscrição com a organizadora dos festejos à Nossa Senhora, combinando aos dias em que cada um receberia a imagem. A cada dia, foi como se a imagem fosse de casa em casa abençoar esses fiéis. Nos três dias que antecederam o dia da padroeira foram rezadas três missas diárias, denominadas de Tríduo, “em honra a Nossa Senhora dos Remédios”(Anexo 9). No primeiro dia foi celebrada a missa dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe da América Latina. No segundo dia, a missa foi consagrada à Nossa Senhora de Lourdes e, também, ao “chamado a conversão e à penitência”. E no terceiro dia, a missa foi destinada à Imaculada Conceição (Nossa Senhora da Conceição), com o tema “Maria a Arca da nova e eterna Aliança”. A Festa de Nossa Senhora dos Remédios, que se iniciou com a procissão, e em seguida a missa, foi um momento especial para a comunidade da igreja dos Remédios. A

Festa, realizada em todo 21 de outubro, em 2018 contou com a presença de mais de cem pessoas, entre clérigos e leigos. A missa seguiu a ordem dos ritos, já mencionados, fazendo referências à N. S. dos Remédios e tendo alguns ritos específicos à Santa. Para isso, ter-se-á também uma etnografia.

No dia da Festa, manhã de domingo ensolarado, o início dos festejos estavam marcados para as nove horas da manhã de domingo. Ônibus até o centro da Taquara e por meio do “Colônia direto”, seguiu-se o itinerário até a INSR. Iniciando na Estrada Rodrigues Caldas, passou pelo IMASJM e, a partir do cruzamento entre a Av. Adalto Botelho e a rua Sampaio Corrêa, seguiu-se a pé, por baixo da Transolímpica⁷⁹. No Clube Colônia, jogo de futebol acontecendo e no chafariz a recepção foi educada e acolhedora, mas não turística, dessa vez. Por fim, passou-se pelos pavilhões e pelas ruínas, até a INSR. Mais adiante, avistou-se o coroinha chegando de bicicleta, as portas da igreja já estavam abertas. Logo, percebeu-se as movimentações da organização da festa. Em pouco tempo, juntou mais convidados, foram chegando os leitores, a ministra das missas, e diversos outros convidados não identificados dos domingos.

A igreja estava ornamentada de forma diferente de uma missa, de um domingo comum. O fato da missa ser proferida por um bispo, tornava a missa da padroeira um dia especial. Para além de observar as celebrações, decidi registrar a procissão, por meio da fotografia, como atividade que algumas vezes fui incentivado a realizar, com o caráter justamente de registrar. Era importante observar a presença de grande número de fiéis, de moradores próximos ou não, mas também de pessoas ligadas à paróquia de Nossa Senhora das Graças, do bairro de Curicica, onde a Capela de Nossa Senhora dos Remédios está vinculada na estrutura administrativa da arquidiocese. Prestes a começar, a cada minuto chegava mais gente. Os participantes da procissão se formaram em frente à igreja com a ordenação dos participantes.

As 9 horas e 30 minutos a procissão partiu tendo, os coroinhas a frente, seis ao todo, e dentre eles, o primeiro segurava um pedestal com a cruz e outra manuseava o turíbulo, ou incensário, espalhando fumaça durante o trajeto com o intuito este, de energizar, purificar, o caminho dos passantes. Conforme interlocutor, a cruz e o incensário, a frente de todos, representa “a abertura de caminho para a passagem de Deus e dos fiéis”. Momento comum em diversas celebrações católicas. Seguidos dos coroinhas, postou-se a estátua de Nossa

79 Via de 23 Km que liga zona oeste e zona norte ligando dois locais de eventos das olimpíadas de 2016. Obra iniciada em 2012 só foi concluída em 2016 ao custo de 3 bilhões de reais. (site da PCRJ, 1/6/2014).

Senhora dos Remédios carregada por dois membros da paróquia Nossa Senhora das Graças. Atrás, veio o vigário episcopal e o padre, com suas indumentárias religiosas, e, no final do séquito, os leigos. Os leigos são aqueles que não fazem parte do clero, da hierarquia eclesiástica. Dentre estes, estiveram no cortejo o/a ministro/a, os leitores, o músico, a/o cantor/a e, por fim, os leigos comuns; os fiéis.

Figura 17: Procissão em devoção à Nossa Senhora dos Remédios.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 25/10/18

A procissão seguiu pelo NHRC e despertava, em alguns, expressões de surpresa e de lamento ao passar por cada edificação daquela ambiência. Hoje, o Núcleo tem várias edificações caminhando, aceleradamente, para a ruína, principalmente, os imóveis da extinta Colônia, mais do que os do antigo Engenho⁸⁰. O cortejo seguiu em passos moderados. Tanto bispo, quanto o padre, seguiram o rito litúrgico com as falas de pregação e leituras bíblicas, alternando com ladainhas e cânticos episcopais com os leitores da Nossa Senhora dos Remédios e da paróquia da Nossa Senhora das Graças. Dessa forma a procissão seguiu por todo trajeto (Figura 17).

O grupo saiu do NHRC seguindo em sentido ao núcleo Ulysses Viana e ao hospital municipal Jurandyr Manfredini, pela Fernando Palha. Durante a passagem, alguns fiéis se postaram em sinal de devoção, orando e saldando a passagem do cortejo sob a benção do bispo e do padre (Figura 18). O cortejo passou pelo campo de futebol, pela Transolímpica,

⁸⁰ No ano de 2018, quando acompanhei esta procissão, ainda funcionavam cinco pavilhões com pacientes. Em janeiro de 2019, eles foram desativados, sendo os pacientes encaminhados a outros pavilhões mais distantes.

cruzando a Av. Adalto Botelho. A procissão percorreu pelo interior dos prédios do PAC, a começar pela rua Araras Claras, passou por de trás da Escola Municipal Juliano Moreira, até a rua Dandara dos Palmares e retornou à Av. Adalto Botelho. Os caminhantes prosseguiram até a rua Fernando Palha. Daí em diante, seguiu de volta pelo mesmo caminho da ida com cantigas, rezas e orações. Quando a procissão adentrou na igreja, algumas pessoas já se colocavam a espera do cortejo. O templo católico pareceu estar bem mais cheio. Dimensionei que a quantidade chegou perto do triplo a mais do número de pessoas com relação as missas dominicais. Isso significa afirmar a presença de fiéis no entorno de 160 com pessoas em pé aglomeradas na entrada da igreja e no coro. Neste momento, entrou o coroinha portando o pedestal com crucifixo na ponta, seguido dos outros, o clérigo e os leigos, sob cantigas vinda do coro. Teve início a missa, conduzida, dessa vez, pelo bispo. Coube ao padre auxiliá-lo nas tarefas dos ritos litúrgicos. Papel este que normalmente é designado à ministra. A missa, em si, transcorreu como de padrão com os rituais iniciais entre sermões e cânticos, conforme a liturgia. Destaco a fala do bispo a respeito de suas impressões quanto a procissão. O bispo frisou o comportamento comunitário positivo em torno da capela para que as celebrações pudessem acontecer. Assim como, incentivou a continuidade desse compromisso em torno da padroeira, parabenizando a comunidade pela organização da Festa e demonstração de devoção a Nossa Senhora dos Remédios. Outro ponto que assinalo foram as percepções do bispo sobre o estado físico e as condições em que se encontram o Núcleo Histórico. Em tom de lamento e surpresa, ao saber que o núcleo era tombado pela instituição estadual de proteção ao patrimônio (INEPAC), o clérigo mencionou a necessidade de se conservar aqueles bens edificados desde os tempos do antigo engenho e do hospital-colônia, para a “preservação de uma identidade cultural”. Em seguida, parabenizou novamente a comunidade, afirmando que “são as ações comunitárias, que mantém aquela capela em boas condições”. Assim, a missa seguiu ritualisticamente até o momento de Ação de Graça.

Uma das formas de se diferenciar uma missa da outra, com referência a celebração de determinado santo, aparece no momento pós-ação de graça. Dessa forma, a entrada dos anjos, deu-se mais para o final da celebração dominical, ao som do hino destinado a Nossa Senhora dos Remédios entoado pela ministra inicialmente (Anexo 7). Crianças vestidas de anjos adentraram no templo, num ritmo ensaiado, seguindo até o altar, em postura de reza. No altar subiram pelos degraus que dão acesso às tribunas e a parte de cima por atrás do altar, até a balaustrada, onde se encontrava um tecido azul esticado. Então, chegou-se ao ápice da

celebração, fazendo-se presente o rito de coroação da padroeira. Ao som dos cantos ardorosos dos fiéis, o véu foi jogado pelas crianças/anjos por detrás dessa balaustrada, para em seguida outro anjo por a coroa na imagem de Nossa Senhora dos Remédios. Ao mesmo tempo, houve o momento de comoção e de euforia muito marcada nos cantos, pelos tons de voz que se acerbaram, e nos movimentos corporais exaltados e entusiasmados dos fiéis. O ritual foi concluído, após oração à padroeira, o padre seguiu para os Ritos Finais (Figura 19).

A missa é uma atividade principal de uma igreja católica. Nela as trocas simbólicas acontecem em diversas partes dos ritos. As trocas ocorrem menos entre os fiéis, mas sobretudo, entre os atores sociais e sua divindade por meio da matéria, a qual carrega algo do proprietário, como visto. O templo católico se resume num espaço que faz a intermediação entre Pai e filhos, por meio, da fé, crença, agradecimento e paz, sabedoria, para resolver as questões mundanas, e saúde. Desde o tempo do Engenho Novo, seus fiéis utilizam o espaço litúrgico para ter contato com seu Deus.

Figura 18: Devoção à Nossa Senhora dos Remédios.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 21/10/18

Dia 25 de julho é dia de Festa em homenagem a São Cristóvão. Para seus fiéis na Colônia, este santo é o padroeiro protetor dos motoristas. Em 2018, a Festa consistiu em missa, carreata pelos Núcleos da antiga CJM e em seguida em um churrasco. Conforme ditos litúrgicos, São Cristóvão é o santo que protege aqueles que pretendem percorrer um determinado caminho. Conforme explica Hoppe a partir de uma coletânea de santos:

(...) Cristóvão transportou Cristo em forma de criança de uma margem a outra de um rio profundo. À medida que Cristóvão entrava no rio carregando a criança mais fundo ficava o rio e mais pesada a criança. Portanto, foi preciso grande esforço para vencer o perigo de afogamento ao atravessar aquelas águas. Cristóvão carregou Cristo, e junto com ele todo o peso do mundo (HOPPE, 2015, p.214).

Figura 19: Coroação de NSR.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 21/10/2019

No calendário católico este é o dia de São Tiago, um dos apóstolos. Algo a ser observado é que, no livro de ocorrência do padre Joaquim Rodrigues, durante trinta anos, ele jamais mencionou a Festa de São Cristóvão. Segundo relatos informais, essa Festa já acontecia há muito tempo, desde pelo menos a década de 1960. Esses fatos nos traz a ideia dos conflitos existentes entre santos populares e católicos (HOPPE, 2015). Possivelmente, São Cristóvão entra nos chamados “santos populares”⁸¹. Durante a missa, de 2019, o pároco da INSR inseriu São Cristóvão de forma mais efetiva, algo que, ano passado não havia sido feito.

81 Não é objetivo aqui abordar questões referentes aos santos populares e católicos; mas, certamente, seria interessante investigar essa dicotomia, a posteriori, no contexto do valor de mediação.

Numa quinta-feira de manhã, a primeira vista, antes do começo da missa, avistei os santos nos cantos da nave. Os mesmos de outras missas Virgem Maria, São Sebastião e São Antônio. Mais ao centro da nave, na divisa com o altar, encontrava-se a imagem de São Cristóvão já no andor⁸². O início da missa seguiu o rito de entrada, em fila os coroinhas, carregando uma haste com crucifixo na ponta, os leitores e, por último, o padre vestido com a casula vermelha. A missa transcorreu como de costume, com as mesmas ordenações dos Ritos Iniciais e Finais, assim como, com as Liturgias da Palavra e Eucarística. Entretanto, foi possível apontar algumas diferenças entre os santos homenageados em outras missas, assim como nas missas comuns, e o santo devotado nessa data. Durante a missa, observei um número significativo de presentes de mais ou menos 50 pessoas. Destes, talvez um quarto fosse de motoristas e devotos. De cinco a dez eram motoristas da antiga CJM. Hoje estão envolvidos na Festa, seus filhos e filhas, enquanto motoristas-devotos também, ou / e somente enquanto simpatizantes. Um grupo de senhores, entre cinco e dez, chamou a atenção, pois nunca tinha os vistos nas missas dominicais.

Durante a cerimônia, o padre proferiu sermões sobre São Tiago e São Cristóvão, citando-os juntos em momentos similares da missa. São Cristóvão foi assimilado como uma ponte, um caminho para alcançar Jesus, como todos os outros santos. No início da Liturgia Eucarística, no “Canto das Ofertas”, houve o momento em que é depositado a doação em dinheiro em uma sacola de pano. Por conta da data foi o instante em que os motoristas depositaram suas chaves e carteiras de habilitação em um cesto próximo ao altar, junto à imagem de São Cristóvão o (Figura 20).

Após o momento da transubstanciação e distribuição da hóstia, rezou-se oração de São Cristóvão pelos fiéis e que reproduzo aqui:

São Cristóvão, que levaste um dia o fardo preciosíssimo, o Menino Jesus e por isso és venerado e invocado como nosso Patrono Celestial. Abençoa a mim e a meu carro! Dirige minhas mãos, meus pés, meus olhos. Guarda os freios, protegei-me nas curvas fechadas e no asfalto molhado./ Guarda-me das colisões e de pneus estourados. Livra-me das derrapagens. Segura animais soltos, pedestres distraídos e imprudentes. Dá-me cortesia para com os outros motoristas e sobretudo para com os guardas de trânsito. / Que eu seja cauteloso nas ruas movimentadas, atento nos cruzamentos e nunca alcoolizado, para que um dia eu possa ir seguro e diretamente, não antes do prazo, para a garagem do céu. Amém (Anexo 8).

82 Uma estrutura de madeira no formato de caixa com alça, ornamentados em que nos cortejos religiosos são transportados por quatro ou duas pessoas dependendo das dimensões do objeto.

Figura 20: Bênção aos motoristas.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 25/07/19.

Em seguida, o cesto foi direcionado aos fiéis para que estes pegassem suas chaves e carteiras, enquanto o padre benzeu estas oferendas (Figura 21). Num instante, depois, o restante do público foi benzido. Então, a cerimônia, prosseguiu com os Ritos Finais para bênção e despedida. Após saída do padre e cumprimentos de término de missa na saída dos fiéis, alguns ex-motoristas da CJM pegaram o andor, com a imagem de São Cristóvão, e a carregaram até a uma pick-up. Ao mesmo tempo, os motoristas se organizaram para a saída e para dar carona para quem quisesse participar da carreata. Todos organizados em seus carros e caronas, a carreata partiu em alvoroço e animada ao som das diversas buzinas e gritos de “São Cristóvão!”. O padre foi junto com a imagem na pick-up.

O trajeto saiu do NHRC, perpassou os antigos núcleos da CJM, seguiu a direita na rua Sampaio Corrêa e deu a volta no antigo pavilhão agrícola, hoje Campus Fiocruz da Mata Atlântica. O cortejo de carros seguiu de volta pela rua Sampaio Correa, virou a direita na Av. Adalto Botelho e seguiu em sentido ao morro Dois Irmãos. Depois de seguir por um elevador, o qual passa por cima da Transolímpica, a carreata passou pelo pavilhão Nossa Senhora dos Remédios (vulgarmente chamado de Castelo de Grayskull) no Núcleo Teixeira Brandão (Núcleo destinadas às antigas pacientes femininas).

A carreata rompeu com o clima quieto da região, de uma quinta-feira comum, retirando algumas pessoas de suas casas para receberem a bênção do santo. Se algumas pessoas acenaram, por afeição ou devoção, houve expressões de surpresa e de indiferença

explicitadas por alguns dos moradores locais. Por fim, regressou pelo elevado, pela avenida Adauto Botelho, passando pelo Centro Municipal Álvaro Ramos e por templos evangélicos e a casa de umbanda. Saiu da avenida Adauto Botelho e adentrou o Núcleo Ulysses Viana pela rua Sampaio Corrêa, sentido Estrada do Guerenguê. Antes de transitar em frente ao atual Hospital Municipal Jurandyr Manfredini, a carreata virou à esquerda, na praça Adonai, percorrendo o Conjunto Minha Casa Minha Vida, saindo defronte ao IMASJM pela avenida Marisa Letícia Lula da Silva. Por fim, o cortejo de carros, contornou o antigo portão da ex-Colônia e, após serem saudados pelos transeuntes, da antiga sede da CJM, regressou pela avenida Adauto Botelho ao NHRC e à INSR.

Figura 21: Benção aos carros.



Fontes: Rodolfo Lo Bianco, 25/07/19.

Na lateral da igreja os carros enfileirados esperavam o padre pegar o balde com água benta e brocha e abençoar os veículos da carreata (Figura 22). Então, foi possível contabilizar a participação de quinze automóveis de passeio na carreata. Padre posicionado, com uma ajudante, abençoou os carros, um a um, e os veículos passaram buzinando numa espécie de agradecimento. Rito finalizado, algumas pessoas se dispersaram e outros ficaram para a confraternização organizada pelos antigos motoristas e os fiéis da igreja, entre devotos e simpatizantes do santo. O churrasco foi o momento também de contar histórias dos tempos da Colônia, de confraternização entre motoristas de gerações diversas e seus parentes e de simpatizantes com a festa, moradores ou não. O churrasco aconteceu no antigo setor de

transporte do hospital que ainda contém três kombis, duas pick ups e outro automóvel em conserto.

Um aspecto interessante é a devoção ao santo pela profissão de motorista (HOPPE, 2015). Não necessariamente pelo catolicismo, pois “percebe-se que a devoção é transmitida pelo pertencimento profissional, pois um entrevistado mencionou que sua família não era católica, que São Cristóvão era desconhecido para ele até começar a trabalhar na Colônia. Nesta ocasião, passou a ser devoto, porque é uma 'religião de motorista' (...)” (Idem, p. 211). A devoção neste caso ocorreu a partir da ideia de aliança: “No modo de aliança 'o que está em jogo não é uma graça determinada, mas uma relação permanente de devoção e proteção. O fiel se faz devoto do santo, esperando deste que ele seja seu protetor celeste, uma espécie de padrinho do céu” (Ibidem, p.213). Ou seja, espera-se uma troca simbólica.

Não foi possível, nem seria o objetivo aqui desta dissertação, aprofundar a relação dos motoristas antigos com os de hoje ligados a secretaria municipal de saúde, nem descobrir se alguns deles estava na Festa. Mas, sim, propor e instigar a continuidade e aprofundamento da pesquisa sobre as celebrações. Elas também se apresentam com caráter mediador entre a dimensão material e imaterial, objeto e simbólico e signo e significado de forma indissociáveis, bem como, mensurar a mediação entre antigos e novos motoristas. Fato é que nos ritos e nas festas, os bens culturais fazem parte da dimensão humana e da vida social em determinados contextos ao ponto de, como afirma Roy Wagner (2009), nos inventar. Na medida em que a cultura nos inventa nós a reinventamos⁸³. Para Gonçalves (2007, p. 29)

Quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como 'patrimônios culturais', esses objetos estão por sua vez a nos 'inventar', uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente. Por esse prisma, a categoria 'patrimônio cultural' assume uma dimensão universal e não seria apenas um fenômeno ocidental e moderno: na verdade, manifestar-se-ia de formas diversas em toda e qualquer sociedade humana.

83 *A invenção da cultura* de Roy Wagner, 1ª edição Cosac Naify Portátil de 2009, sendo a edição original de 1975. Quanto a essa abordagem ficará para uma outra oportunidade.

CAPÍTULO 3 – A IGREJA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS E A REGIÃO DE JACAREPAGUÁ

A Igreja Nossa Senhora dos Remédios, passou por três momentos históricos marcantes e por algumas intervenções arquitetônicas significativas, que nos ajudam a compreender os significados atribuídos à edificação católica e as contribuições dos grupos sociais na preservação dos bens culturais da capela. Da mesma maneira, esta construção teve ocasiões de fechamento e reabertura de suas funções litúrgicas, por motivos tratados anteriormente, que também foram significativas para se identificar os valores atribuídos à capela.

A igreja é rememorada pelos fiéis, ora como uma capela da ex-Colônia hospitalar, ora enquanto um templo religioso do século XIX e, algumas vezes, como uma construção do século XVII. A edificação de inspiração neoclássica apresenta poucas informações da época dos Engenho e seus escravos, praticamente nenhuma; salvo, outros documentos relevantes, tais como: a pintura de Emil Bauch que se encontra no Museu Imperial de Petrópolis e o Livro de Batismo da INSR, chamado “Batizado da Capella do Engenho Novo de 1816 a 1883” que se encontram na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. No século XX e XXI, a situação mudou significativamente, tanto por conta dos documentos, quanto por iniciativas políticas. O “Relatório Paroquial – Paróquia Nossa Senhora do Loreto, Jacarepaguá – 1870 – 1986”, que também pertence ao acervo da Arquidiocese, aborda a INSR na primeira metade do século XX. A pintura de Emil Bauch, há um destaque a ser feito, que é o da ausência, nos textos, da descrição dos escravos na tela. São atores sociais invisibilizados no fundo da tela e nos textos acerca da história do Engenho Novo. Supõe-se [que os escravos frequentavam a INSR], dando a entender que a igreja, na época da escravidão, era um espaço de mediação entre dois grupos socialmente e juridicamente distintos. Mas isso não foi comprovado pelo fato de existir uma outra capela, de menor dimensão no outro lado da casa-grande do antigo engenho. Na segunda metade do século passado, a conjuntura se alterou amplamente, de acordo com os escritos do pároco da Capela N. S. dos Remédios, também por conta das iniciativas oriundas dos órgãos de proteção do patrimônio cultural com as aberturas de processos de tombamento daquela ambiência. Em contextos diferentes, tais propostas de preservação promoveram a participação conjunta de instituições federais e municipais, enquanto gerenciadores do espaço da Colônia Juliano Moreira.

Acerca do Livro de Batismo se destaca a figura de D. Maria Telles Cosme dos Reis como proprietária de terras e escravos (ARQUIDIOCESE, 1816-1883). Provavelmente,

nesse período, Paschoal Telles, ilustrado na tela de Emil Bauch (1863), já não era mais dono dos escravos, por conta de seu falecimento. O que torna impossível sua presença no lançamento da “pedra fundamental” da INSR. Outro aspecto considerável que se mostrou frustrante e, ao mesmo tempo, compreensível, foi a ausência de informações quanto à construção da nova edificação em 1862.

O Relatório Paroquial apresenta diversos dados das atividades desenvolvidas pelo pároco da Igreja Nossa Senhora do Loreto referente a esta paróquia e às capelas vinculadas ela. Em boa parte, os escritos dispõem de dados conjuntos, no que tange às capelas e, eventualmente, apresentam dados individualizados. Neles verifica-se, que a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, assim como, outras cinco capelas, estavam vinculadas à Igreja Nossa Senhora do Loreto. Em relatório da década de 1940, além da INSR, a configuração das capelas era a seguinte: a de São Gonçalo do Amarante (1625), no Camorim; a de Nossa Senhora da Penna (1664), na Freguesia; a de Nossa Senhora da Conceição (16xx), na [Taquara]; a de Nossa Senhora de Monserrat (1766), em Vargem Pequena; e a de São Sebastião de Vargem Grande (1923).

Alguns dos relatórios mencionam a dificuldade de se chegar à Freguesia de Jacarepaguá. A primeira informação da Capela remonta os anos de 1906. Conforme escrito pelo pároco Climério Correia de Macedo, “foram totalmente reparadas as Capelas da Taquara, Engenho Novo, Rio Grande...”. Apesar de não haver informações exatas dessas intervenções, existem algumas narrativas, que apontam o inverso. Outros escritos, datados de 1909, sinalizam que o proprietário do Engenho Novo não tinha conseguido manter preservada a edificação. Com a decadência do ciclo do açúcar, no final do século XIX, tentou-se, ainda no Engenho, cultivar o café. O que tudo indica, também, não vingou. Ao que parece, a INSR refletia a decadência do Engenho Novo.

No relatório datado de 1º de julho de 1909, o mesmo vigário Climério, desta vez, expôs que: “A do Engenho Novo, que é a mais velha e artística da Freguesia, se acha agora em poder de um Sr. Francisco Arruda, que além de ter fechado suas portas aos cultos, tem deixado de lhe dar o indispensável asseio e conservação” (ARQUIDIOCESE, 1870 – 1986). Mesmo havendo dúvidas quanto às condições da edificação, revelou-se que o pároco na N.S. Do Loreto, destacou valores *históricos* e *estéticos* em referência à INSR.

O padre Joaquim do Carmo Rodrigues, recém-chegado à Colônia, atribuiu alguns significados à INSR, a partir de suas impressões quanto à estética e, no decorrer de sua gestão,

promovendo festas e celebrações nos dias santificados. Sobretudo, no da padroeira, nos diversos pavilhões e, ainda, atribuiu valor quando empreendeu o inventário dos bens da igreja. Inicialmente, o padre foi recepcionado por um funcionário do órgão de proteção federal, que o conduziu até a edificação. O religioso menciona sua primeira impressão sobre a igreja ao avistá-la:

(...) foi para mim uma grata surpresa... sim, pois a Igreja de N. Sra. dos Remédios, na Colônia Juliano Moreira, é uma verdadeira jóia artística! É uma igreja digna de atenção, com suas linhas arquitetônicas e bem elegantes, trazendo, ainda, um tanto do estilo barroco e romano; o frontal da mesma é puramente romano” (RODRIGUES, 1953, p.1).

Além desta experiência, o padre cita dois documentos. Sendo, um deles, alusivo à autorização da celebração da Santa Missa “em oratório particular e rural na fazenda denominada Engenho Novo, Paróquia de Jacarepaguá, em data de dezenove de julho de mil oitocentos e sessenta” (Idem, p. 3). Ele se referia à Capela colonial (INSR). Trata-se de um documento do pároco dirigido aos proprietários da fazenda, D. Maria Paschoal e Francisco Telles Cosme dos Reis, timbrado com a insígnia “do internúncio do Império do Brasil: Mariano Falcinelli Antoniaci” (Ibidem). Há uma relação próxima da família Telles com o Império do Brasil, sendo, mais um dado para compreendermos o valor do Engenho e da INSR naqueles tempos. Segundo o Guia de Arquitetura Colonial, as igrejas marcavam significados culturais de determinadas épocas, assim como, a respeito das disputas de status entre irmandades, a partir dos tipos de talhas e ornatos, “as igrejas materializam os desejos e anseios sociais, a economia e as relações de poder da época, sendo por isso, a maior expressão cultural do período” (CZAJKOWSKI, 2000, p. 17).

O relatório do padre mencionou diversas festas e missas na INSR, mas que em muitas oportunidades foram realizadas nos pavilhões, tais como: Missa festiva para Nossa Senhora da Conceição, missa de Natal de meia-noite, festa comemorativa de Assunção de Maria, Festa de São Sebastião “padroeiro do Núcleo Ulysses Viana”. A pedido do diretor da Colônia, comemorou-se o 50º aniversário do 1º voo de avião. Também a INSR recebeu a peregrinação e imagem de Nossa Senhora de Fátima, junto com as Associações de Paróquias do Tanque e visitou-se a Fazenda da Taquara, conhecida como Fazenda da Baronesa, com a “Cruzada Infantil”, como uma homenagem à Baronesa. Realizou-se, também, a primeira comunhão de 38 crianças da Escola Municipal Juliano Moreira, celebrou-se a Páscoa dos pacientes, comemorou-se o centenário da INSR, com a presença do Vigário e Pároco de Itaipava da Diocese de Petrópolis/RJ. Houve também a Missa Festiva à Nossa Senhora do Rosário, a

solenidade a São Judas Tadeu e a Missa com Festa em Louvor a São José. Deve-se salientar que não existe registro da periodicidade dessas celebrações. Mas há sim o registro de determinadas celebrações em diversos momentos do manuscrito, indicando que tenha ocorrido diversas edições.

A partir de algumas celebrações aqui descrita, destaco uma reflexão. Diversos atores sociais corroboram o discurso existente, quanto a Colônia Juliano Moreira, como uma instituição total, aos moldes de Goffman (2017). Relatos de que a “Colônia se sustentava” ou de que “todos faziam as coisas por aqui”, reforçam tal entendimento:

Nada faltava, tudo tinha aqui. Desentupir o esgoto, elétrica, a Colônia tinha gente para manutenção disso. Fazer obra, a Colônia tinha gente para isso, quebrou móvel não sei onde, a carpintaria da Colônia tinha gente pra isso, furo buraco, a Colônia tinha gente pra isso. Entendeu? (Entrevista cedida em 29/01/19).

A instituição total “pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2017, p. 11) ou “seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída, que muitas vezes estão incluídas no esquema físico (...)” (Idem, p.16). A partir da narrativa do padre Joaquim Rodrigues, observa-se as visitas de outros párocos de outros bairros, e de outras cidades, à INSR, cortejo de crianças em visita à fazenda vizinha e procissão de bairro próximo ao templo católico da CJM. Para a pesquisadora da CFMA, portanto, é preciso relativizar essa ideia totalizadora, pelo menos, em se tratando da INSR e do campo do Clube Colônia, pois estas são duas instituições que dialogavam com o “mundo” externo frequentemente.

Porque esse domínio não significava exclusão dos de fora do hospital. Eu acho isso muito interessante na ideia da igreja ter sido um lugar portal, um lugar de pessoas fora do hospital Essa história de que não tem relação com as pessoas de fora, não é real quando vemos o campo de futebol e vê a igreja. O campo de futebol tinha torneios, festival. Então circulavam pessoas que não tinham nada a ver com psiquiatria. Isso torna, em termos de significado, relevante aquela igreja para várias pessoas da região para além de qualquer circuito de funcionários (Entrevista cedida em 21/03/19).

A INSR funcionou como um canal para o lado externo da instituição hospitalar se apresentando enquanto um espaço de mediação entre os de “dentro” e os de “fora”. Para a pesquisadora seria justamente este um dos valores atribuídos à edificação na época do hospital-colônia. Conforme Goffman (2017), as instituições totais tendem a construir essa

perspectiva controladora de um todo. Hoje, entende-se que essa dicotomia “dentro” e “fora” se desfez quando se municipalizou a CJM. A questão, que se apresenta, é justamente como os moradores compreendem sua realidade, constroem suas relações sociais, sem mais essa perspectiva “dentro” e “fora”, sem uma instituição que proporcionava “tudo”.

Após seu fechamento em 1949, a INSR recebeu o IPHAN para a realização de um inventário coordenado por este órgão federal de proteção do patrimônio. Desse “Inventário” que existe no IPHAN, de 1966, em referência à “Série Inventário”, destacaram-se duas pinturas em tela: uma de São João Batista e outra de Santo Antônio. No inventário há um documento de 1938, emitido por Paulo Barreto, afirmando não ver nenhuma importância na arquitetura da INSR. Somente destaca a tribuna circular por detrás do altar, como sendo “único exemplar existente no Distrito Federal” (IPHAN, s. d.). No processo de tombamento foi destacado, também, o púlpito em balaustrada torneada em madeira. Nesse caso, o IPHAN notabilizou a INSR devido ao valor *excepcional*, de uma tribuna, e o valor artístico de duas telas e dos púlpitos. Em contrapartida, quando o padre Joaquim Rodrigues se acomodou em sua nova morada, no ano seguinte à sua chegada, ele empreendeu o que seria um inventário “dos pertences sacros, bem como de tudo aquilo que poderia ter certo valor” (RODRIGUES, 1953-1985, p.8). Nesse documento, composto por quatro páginas, o padre inventariou os bens da igreja os separando por setores: nave, batistério, capela-mor, altar e sacristia.

No caso um banco que saiu da nave para dar lugar ao confessionário, e um harmônio (...) que apesar de quase novo já começa apresentar alguns defeitos e até cupim. No Campanário dois sinos, o [ilegível] está rachado. Para os atos religiosos e litúrgicos, a igreja possui: um ostensório de metal dourado, um cálice de prata, uma âmbula metal dourado, uma naveta de prata, um turíbulo comum que eu comprei, um relicário pequeno para levar comunhão. (...) os paramentos etc toalhas, alfaia e outras peças, estão em estado satisfatório; com o correr dos tempos, vou ver se consigo alguns paramentos mais novos, [ilegível]. (Idem, p. 11).

Se em princípio o Pe. Joaquim destacou objetos de valor de *uso*, destaca-se também, a partir do uso, o valor *sagrado*. Portanto, atribuiu-lhes valores à matéria dentro de um contexto socio-cultural. Em suma, enquanto que para o IPHAN prevalecia o valor *artístico e excepcional*, para o padre prevalecia o valor de *uso e o sagrado*. O desse padre é bem mais significativo, pois incluiu os paramentos litúrgicos a serem preservados. Assim como, ao citar a realização de diversas celebrações, inventariou, em certa medida, os bens de natureza imaterial. Conforme o IPHAN, os valores se limitavam aos bens tangíveis. O sacerdote

atribuiu valores de uso nos ritos sagrados, expandindo os bens materiais a serem preservados, vinculando-os às atividades litúrgicas como “bens imateriais” (missas e procissões). Ele colocou a matéria associada à imaterialidade dos bens culturais eclesiais. Ou seja, enquanto que o IPHAN reduziu os bens a serem preservados, o padre Joaquim ampliou os bens culturais católicos, levando em conta os valores de dimensão simbólica.

Na década de 1970, o INEPAC indicava essa perspectiva do valor simbólico ao defender e solicitar o tombamento da INSR, associando-o à matéria, mas sem assinalar a imaterialidade dos bens culturais católicos, como as celebrações, as missas e as procissões e seus ritos. A Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHAGB), atual INEPAC, responsável pelo tombamento individual da igreja, em seu ofício, apresentou argumentos de valorização da igreja sob a visão simbólica de seu patrimônio material. A concepção de tombamento e seus valores, exclusivamente dos bens coloniais empreendido pelo IPHAN, nas trocas iniciais de mensagens entre direção do IPHAN e direção da ex-CJM, sinalizou um limitador de outros valores, que pudessem estar associados à INSR. Contrário a isso, o arquiteto, autor do pedido de tombamento da igreja, em tempos do Estado da Guanabara, argumentou que pouco se valorizava o neoclássico dentro desse estilo, como uma releitura, possibilitada pelo ecletismo:

Quem inovou essa coisa toda foi o Estado da Guanabara. Nosso diretor era Marcelo Ipanema e eu era o chefe de tombamento. Para o Iphan, havia realmente uma aversão à arquitetura neoclássica. O valor daquilo não tinha sido ainda entendido por esse grupo que fazia o patrimônio nacional. O fato é que não havia essa concepção. No Rio de Janeiro não havia essa mentalidade. O Rio é eclético, não é colonial, conta-se nos dedos. Da arquitetura [colonial] é muito pouco (Entrevista cedida em 20/03/19).

Pode-se afirmar que, no IPHAN prevaleceu a ótica dos valores *artísticos* e *históricos*, até o final das décadas 1970, quando o CNRC entrou na estrutura do IPHAN. Já no DPHA-GB/INEPAC, essa ampliação de valores ocorreu um pouco antes. No processo de tombamento da INSR, em 1970, foi demonstrado que o valor cultural se ampliara, já se evidenciando a compreensão de uma necessidade de se pensar a relação dos bens materiais com os sujeitos⁸⁴. Ou seja, o valor simbólico também era atribuído às edificações. Segundo o mesmo arquiteto,

O problema não é tomar, o problema é integrar. O tombamento sozinho não tem nenhum significado, pois é um ato formal. O mais importante do tombamento, entre aspas, é a integração do bem na sociedade. Se a pessoa

84 O IPHAN ao determinar a abertura de um processo de tombamento em 1967 mantinha uma percepção valorativa dos bens remetendo aos valores tradicionais daquela época.

não entende aquilo, se você não conhece, você não ama. Se você não ama, você não preserva. Tem que conhecer para poder gostar, respeitar e preservar (Entrevista cedida em 20/03/19).

O tombamento é parte importante do processo de preservação. Entretanto, ele somente não garante a integridade do bem. Como está comprovado no estado atual de alguns patrimônios de nossa cidade e país. Assim, fez-se importante compreender o papel desempenhado pelas instituições públicas e a comunidade de fiéis com relação à preservação da INSR relacionando-a ao NHRC.

Dos anos 1990 até 2008, ano de sua interdição, a igreja recebeu alguma atenção dos órgão de preservação. Apesar dessa atenção, tem-se a impressão de uma incompreensão dos papéis de certas instituições no caso da INSR. Como relatado, em 2001 o INEPAC informou ao IMASJM a necessidade da realização de obra. Em resposta, a direção afirmou que a área não era de sua responsabilidade. Mesmo com vistorias, que denunciavam o estado de conservação da edificação, mesmo com a solicitação de projeto de obra emergencial, os órgãos de proteção não conseguiram evitar os furtos à capela também já apontados aqui. Em 2008 após interdição, as obras ocorreram e para frustração dos fiéis, a parte interna se manteve degradada não sendo possível, por conta disso, a liberação da defesa civil para abertura do templo católico. Conforme relato, um dos fiéis ainda tentou propor a realização das obras por conta própria, para que a edificação pudesse reabrir. Conforme ele explica, o padre e a responsável pela igreja, na época, disseram que, “como a igreja era tombada, não podia mexer”. Neste sentido, o tombamento, para um senso comum, apresenta uma ambiguidade. Pois, a edificação não pode sofrer intervenção com o intuito de modificá-la, ao ponto de perder sua característica temporal. Ao mesmo tempo que impediu que ocorressem intervenções comunitárias, com caráter de preservá-la. Fato é que, por conta disso, as atividades eclesiais passaram a ser realizadas em pavilhões do Núcleo Histórico. De acordo com os relatos coletados sobre essa questão, os pavilhões 4 e 5 foram utilizados pelos fiéis para exercerem suas atividades litúrgicas. A atual ministra das missas, e administradora anterior da igreja, explica a ida para os pavilhões:

Último recurso, ou fazia no pavilhão ou não fazia. O importante era fazer. Eu levava tudo para lá, os paramentos, os preceitos. Então, lá para nós era igreja. Depois que forrei o altar, depois eu coloquei a credência, credência é onde se coloca os preceitos: ambulas, galhetas. Tendo uma mesa forrada, com credência, eu coloco os paramentos ali, pode celebrar aqui ou em no outro lugar, não tem importância (Entrevista cedida em 20/01/19).

Ao mesmo tempo, a igreja se encontrava fechada e com seu estado interno se deteriorando cada vez mais. Segundo interlocutora, nesse tempo, os pavilhões foram recebendo pacientes vindo de outros pavilhões, de outros núcleos, que estavam sendo desativados. Logo, os fiéis se viram sem espaço para suas atividades ecumênicas. Conforme uma das atuais administradoras da igreja expressou em nossa conversa, estando em situação adversa, sem edificação, “pensamos: vamos reabrir!”. Um relato curioso rememorou este momento. Um dos fiéis, morador desde criança da rua Sampaio Corrêa e filho de ex-funcionário da ex- Colônia afirmou que:

No passado quem tomava conta da igreja era uma outra pessoa, (...). Ela estava de frente, mais o padre na época. As pessoas que administravam junto com ela, não permitiram que fossem feitas as obras, as manutenções, porque não tinham curso, dito de propriamente, de restaurador, formado, com documento... aí veio o INEPAC e tombou. Colocou o prédio como tombado. Desde o momento, que ele foi tombado foram proibidas as manutenções normais. E eles é que disseram que iriam fazer, mas não fizeram. Igual aqueles prédios que eram a copa, a cozinha e foram deteriorando. Só que ali ninguém convive, mas lá, na igreja, todo mundo está no dia-a-dia vendo. (...) Eu e as duas (esposa e filha), andando perto da igreja, resolvemos ir lá dentro para mostrar para ela a igreja que tínhamos casado (...). Foi em 2014. Eu entrei lá, alguém já tinha comentado, ele disse que faria esses concertos aí. Eu entrei e mencionaram: - Você uma época quis ajudar? - Sim eu quis, mas disseram que não podia. - Mas e hoje, vc faria? - Faria. O padre disse: - então vocês podem começar a manutenção a hora que vocês quiserem (Entrevista concedida em 29/01/19).

O estado em que se encontrava a igreja chegou a ser documentado pelo INEPAC, assim como, foi relatado os procedimentos empreendidos pelos fiéis sob orientação de um engenheiro. Outra preocupação dos fiéis, quanto a manutenção, foi em manter os originais das peças que compõe a edificação, como prossegue em seu relato, o morador da rua Sampaio Corrêa:

(...) as paredes estavam caindo, os embolsos caídos, foi embolsado algumas paredes. As escadas estavam também caídas. Todas elas. Não existia o degrau, estava tudo caído. A estrutura foi recuperada com a manutenção da própria estrutura antiga, porque foi feito um suporte lateral à ela, para ela permanecer. Nada foi retirado. Nós mantivemos e reforçamos a mesma madeira do passado, tudo que tem direito. A mesma coisa, a escada de acesso onde as moças tocam. Ali foi colocado um macaco hidráulico, foi levantada a antiga estrutura na altura que tinha que ser. E foi feito um trabalho de fortificar, com outras madeiras e outros tipos de material, a mesma coisa do passado para também não tirar nada. A subida para o sino, tinham algumas madeiras que estavam quebradas. Então, o que que foi feito? A mesma coisa, foi reparado de forma a não se trocar a madeira.. O engraçado de lá, o bacana, o que me deixa mais... assim... perplexo é a engenharia do passado (...). E o cálculo que a pessoa usou para uma madeira fininha transportar para

uma outra madeira, para outra madeira. Endendeu? O peso que vai suportar tudo. É uma coisa incrível! Então, eu me sentia trabalhando ali dentro viajando, no tempo próximo de tudo o que é bom. Todo mundo com o mesmo objetivo. Fazer uma coisa grande, uma coisa boa, que todos sabem que é para o bem (Entrevista concedida em 29/01/19).

O mesmo explica o que o motivou a se juntar às pessoas na manutenção da igreja.

Então, para mim, não fazia diferença, eu orar dentro de um pavilhão, dentro de uma casa, dentro de um carro ou dentro da piscina. Porém, cada coisa no seu lugar. Se lá existe a igreja para todos, com pensamento comum de bondade, de encontro com Deus, esteja pra isso. A gente vai fazer com que esse lugar possa receber todos com o mesmo objetivo comum. E o lugar, que é um pavilhão, se é para estar com pacientes internados, que lá estejam os pacientes internados. Mas, assim que pudesse cada um estar de novo onde deveria, que assim fosse. Então, nós resolvemos recuperar a igreja, porque a igreja faz a diferença de um lugar que é para ela existir. E ali, eu fiz minha comunhão, ali eu casei, ali minha filha foi apresentada a Deus, embora ela tenha feito o batismo na Saúde, porque aqui ainda não estava funcionando. Mas se tivesse funcionando aqui, ela iria aqui (Entrevista concedida em 29/01/19).

Mesmo que as atividades litúrgicas fossem realizadas em uma outra edificação, a igreja é o espaço destinado às práticas religiosas. Conforme relatos, por volta de 10 pessoas se juntaram e em quatro meses fizeram intervenções necessárias, sob orientação de um engenheiro. Em seguida, a igreja foi reaberta com parecer do mesmo engenheiro e autorização da defesa civil para desinterdição da edificação (Anexo 6). O momento foi celebrado, no dia de Nossa Senhora dos Remédios, com direito a missa, realizada pelo arcebispo Dom Orani Tempesta, nome máximo da Arquidiocese do Rio de Janeiro.⁸⁵

A capela, como já colocada, foi tombada, individualmente em 1970, e fazendo parte do tombamento do NHRC em 1990. De lá para cá, o que se viu foi uma participação pontual dos órgãos de proteção e promoção do patrimônio estadual e municipal. Ampliando um pouco o contexto da igreja para o Núcleo Histórico, e para a área de toda a ex-Colônia, a respeito das instituições, o professor da Fiocruz membro do Comitê Gestor, na época, expõe que:

Quando vem no governo Lula, a ideia dos planos de aceleração do Crescimento PAC's, houve vários movimentos políticos. E um desses foi a ideia de se conseguir um PAC para aquela região que vem a se chamar PAC-Colônia. Salve engano, venceu como o único, ou um dos únicos, PAC's sob administração direta com a prefeitura. Para isso, cria-se o Comitê Gestor, o qual tem um termo de cooperação [criado em 2008] e a qual fazem parte o Ministério da Cidade, que tinha representação, a Fiocruz, que sempre esteve presente. Eu participei bastante no primeiro momento. A Secretaria Municipal de Habitação, a Secretaria de Urbanismo, a Secretaria de Meio Ambiente também fazia parte. Por diversas vezes, convidamos o Iphan e o

85 Dom Orani é o atual cardeal arcebispo da cidade do Rio de Janeiro, desde 2009.

Inepac para tomarem acento disso. O Iphan, por razões particulares, não participava, não veio em nenhuma reunião, que eu tenha participado; mas o Inepac começou a se fazer presente, por conta dos tombamentos ali, que eram estaduais. Eles tinham uma relação mais próxima com a Colônia. Eles começaram a participar. Era um Comitê bastante ativo que conseguiu fazer muita coisa (Entrevista concedida em 29/03/19).

Em 2014, período da Copa do Mundo, cuja cidade-sede foi o Rio de Janeiro, assim como, já andavam, em curso, os preparativos para as Olimpíadas do Rio, de em 2016, tais grandes eventos trouxeram uma série de expectativas e melhorias para o município. Como prometidos por políticos e gestores das esferas governamentais e empresariais, esses eventos “deixariam um legado” para a cidade. Neste interim, iniciou-se, em 2012, a construção da Transolímpica⁸⁶, inaugurada em 2016 ao custo de 3 bilhões, conforme dados da imprensa e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. A Transolímpica tem, em seu desenho, um trajeto, a qual interfere fortemente na região, sendo Jacarepaguá a mais afetada com desapropriação em torno de 500 propriedades. A construção dessa via, naquele território da Zona Oeste, marcou a forma como a prefeitura e instituições se apresentavam para a região de Jacarepaguá, naquele momento. Durante o processo de licitação, em 2010, e da construção da via, o Comitê Gestor se fez presente, conforme nos relata, de forma emblemática, o mesmo técnico da Fiocruz.

Havia uma expectativa de ter alguns aditivos do PAC, não sei, acho que teve... aí é uma questão difícil de dizer, porque recursos havia. Porque que não foram empregados, fica difícil dizer. Nós não fazíamos parte da gestão de recursos. Acho que passa, ao meu ver, por uma série de descuidos. Houve descuido por parte da prefeitura. Ela tinha noção desse projeto. O que deu para perceber, nessas reuniões do Comitê Gestor do PAC, era que a prefeitura não era um órgão, que funcionava integrado. Apesar desse Comitê ter representações de Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Urbanismo, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio-Ambiente. As coisas aconteciam à revelia até dessas próprias secretarias. Por exemplo, tem um caso muito emblemático, ao meu ver, disso. No andamento do projeto, nós estávamos numa reunião, numa segunda, e ficamos sabendo da obra da transolímpica por uma reportagem do jornal O Globo. Ninguém do comitê gestor sabia do trajeto da transolímpica. Veio uma reportagem do Globo em que mostra esse trajeto. Nesse trajeto, nós vimos que passaria em áreas muito próximas do núcleo, e por numa área, não sei se de vila de idosos, que era da secretaria de habitação. Foi uma pane geral, isso já era gestão de Eduardo Paes. (...) Além disso, enquanto as coisas estavam acontecendo, nós éramos próximos ao superintendente do Iphan, até porque tinha uma proximidade e conhecimento da causa, e com o diretor do Inepac. Nós colocamos a questão para eles por diversas vezes, que eles poderiam fazer um termo de ajuste de conduta com a prefeitura pelo traçado, que não iria embarrear. Ou seja, conseguiria recursos para a revitalização do núcleo em contrapartida. E nada foi feito nem concluído nesse sentido. (...) Não se explica. Aí é mais uma questão mesmo do ministério público.

Denúncia. A sociedade se mobilizar e cobrar porque [o NHRC] vai virar ruína (Entrevista concedida em 29/03/19).

Sabe-se que a manutenção de uma igreja está na permanência dos seus valores afetivos estabelecidos no passado. Essas relações perpetuam a partir da maneira de como os atores sociais se relacionam com o bem cultural. Mauss (1933) e Gonçalves (2009) apontaram essa troca, dar e receber como um dom/dádiva, que alimenta a permanência do fiel à igreja ao fortalecer as relações sociais naquele ambiente. Em geral, isso acontece na vida religiosa. As ações das pessoas, que frequentam a INSR mantêm essa relação de troca, para a manutenção do bem, e, assim, poder “pedir e agradecer” e “fazer para Deus, para que ele o veja”, ao contrário do abandono das instituições de proteção em relação aos outros bens do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, cujas relações sociais hoje praticamente inexistem. E de certa forma explica o estado de decadência de algumas edificações. As relações sociais empreendidas na igreja são também uma forma de se remeter ao passado mantendo o vínculo e o valor *afetivo*, de *troca*, *estético* e *histórico* do bem. Esta pesquisa tenta mostrar que o valor de *troca* se constitui num elemento relevante para a manutenção da conexão entre sujeito e objeto, comunidade e igreja. Esse valor de troca está associado ao valor histórico e afetivo, remetendo ao passado da Colônia e ao “lugar de memória”, em que as pessoas participaram de grupos de jovens, casaram-se, casaram seus filhos, foram batizadas e onde batizaram seus filhos e netos. A relação das pessoas com a edificação se dá através do modo como a edificação é apropriada, reapropriada, significada e ressignificada pelos fiéis, a partir dos valores que eles atribuem a ela. Quanto ao significado da INSR, a ministra da missa, moradora próxima ao antigo Núcleo Ulysses Viana, diz:

É um lugar para pode pedir e agradecer por você pelos seus, por pessoas que pedem, 'ah, se você for a igreja reze por mim', aqui é o lugar de todos nós rezarmos. Aqui é um lugar perfeito para que as pessoas peçam e agradeçam, é seu lugar santo, é o seu silêncio, é a sua intimidade (Entrevista concedida em 20/01/19).

Assim fica evidente que pedir e agradecer é um ato de dádiva estabelecida numa relação de *troca*. Para o entrevistado, o qual participou do trabalho de manutenção, a INSR possui um valor de *troca*, numa perspectiva não utilitarista, em que não se faz para ganhar *status*, mas sim pela divindade e por todos os fiéis, sem vislumbrar algo em troca, por mero interesse utilitarista. Ou seja, não se faz por uma obrigação contratual⁸⁷.

87 Essa é uma discussão de Alain Caillé que diferencia a “troca pela dádiva” da “troca mercadológica” e “de contrato”, onde prevalece o “toma lá, dá cá”. Para este autor, “o laço social é mais importante que o bem, eis o que o dom afirma” (CAILLÉ, 2002, p. 8).

Entendo como uma doação para a igreja, porque eu coloco que lá é um lugar que eu me sinto bem, que eu quero estar lá. Eu tenho que fazer um lugar legal pra mim, pra todos. E eu fazendo por Deus, para a igreja e pra mim. Eu estou fazendo também para que Deus me veja mais próximo dele e é bom pra mim. Agora, no dia da reinauguração foram citados vários nomes, de quem deu tinta, de quem emboçou, de quem isso, de quem aquilo. Teve uma cerimônia. Pergunto eu ao senhor, o meu nome foi citado? Eu não quis, porque não precisa. Eu fiz porque eu quis fazer. Eu não fiz para que vissem o que eu fiz. Eu fiz para que aquilo fosse usado da forma que deveria ser usado (Entrevista concedida em 29/01/19).

A obra de manutenção foi realizada com o intuito de trazer de volta um espaço, com valor *histórico* e valor *afetivo*, em que pudesse ser exercido valores de *troca* entre sujeitos e divindade. A intervenção de atores sociais não especialistas fez retomar o valor de *uso* da igreja e de sua função social. Enquanto as instituições tentam negociar as responsabilidades quanto à preservação, com o tempo, os bens se deterioraram. Nas obras emergenciais implementadas pela Prefeitura do Rio, optou-se pela cor amarela para pintar a fachada da igreja, buscando recuperar sua autenticidade (Figura 23).

Figura 22. INSR atualmente.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 25/07/18

Na ocasião, não foi considerado que, no imaginário dos atores sociais (fiéis da INSR), a referência ao período imperial é apenas histórica. No pensamento de alguns informantes e interlocutores, a fachada branca, que se refere ao hospital-colônia, pareceu estar mais ligada ao valor *afetivo*. Nesse sentido, os conhecimentos especializados não priorizaram as relações estabelecidas entre comunidade local e seus bens.

Um bom exemplo de técnicos que valorizaram o significado identitário de um bem cultural atribuído por um grupo social local é o caso do coreto da cidade de Moragojipe, no Recôncavo Baiano, abordado por Nivaldo de Andrade (2013) enquanto técnico do IPHAN da Bahia. Ao empreender a realização de um plano de requalificação do Largo da Matriz, a equipe do IPHAN considerou demolir as três edificações do século XX, visando recuperar “a ambiência a primitiva” do Largo. Ou seja, buscava-se uma temporalidade original, uma autenticidade da praça por conta da Igreja da Matriz construída no século XVIII. Uma dessas edificações era justamente um coreto de estilo eclético. Por estar no dia-dia observando a relação da população local com o coreto, os técnicos perceberam que este era um símbolo identitário da cidade. Quer dizer, atentou-se ao significado atribuído ao bem pelos habitantes, gerando um pedido de tombamento municipal. Nessa situação, o valor simbólico do coreto prevaleceu sob a análise puramente tecnicista da matéria, o coreto (ANDRADE, 2013). Nesse ponto de vista é que Viñas (2003) refletiu no sentido de deslocar o foco das intervenções na matéria para os sujeitos, que atribuem valores culturais aos objetos. Já apontado no final do subcapítulo 2.2. O cerne da questão é que os usuários dos objetos são os que dão significado ao objeto (matéria) de forma mais efetiva, por intermédio de sua função social e simbólica. Algo que não aconteceu no caso da INSR e a sua cor de fachada amarela. Em algumas oportunidades pude escutar alguns moradores afirmarem preferirem a cor branca, pois a relação afetiva e simbólica com a igreja, advém do período hospitalar em que a cor característica era branca. Ou seja, a concepção de patrimônio passa muito mais pela relação da sociedade com a edificação no contexto social cultural que ela está inerida, do que exatamente na busca pela autenticidade da matéria em si, cujos valores são meramente técnicos.

Os significados atribuídos à Igreja Nossa Senhora dos Remédios estão também nas procissões. A atividade de devoção à Nossa Senhora, na procissão, contribui para que a igreja seja também lembrada. Ou seja, a Santa é valorada tanto na igreja, quanto “fora” dela. Na procissão, a Nossa Senhora abençoa a todos por onde passa em determinado momento do ano (mês de outubro). Por outro lado, é de extrema importância sua passagem pelas ruas da Colônia, pois é uma forma de externar a Palavra de Deus e divulgar aquela devoção mariana (Figuras 24 e 25). Quando foi possível fotografar a procissão, observou-se que, ao passar, alguns moradores reverenciavam a Santa na postura corporal tradicional, com as duas palmas das mãos juntas e cabeça abaixada.

Figura 23: Procissão no NHRC.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 21/10/18.

Figura 24: Procissão no Minha Casa, Minha Vida.



Fonte: Rodolfo Lo Bianco, 21/10/18.

A procissão é um acontecimento que representa a externalização da cultura católica, da igreja para a comunidade. Seria como se algo da igreja, seu significado, e de Nossa Senhora, saíssem e fossem abençoar o bairro e divulgar a fé católica aos moradores do bairro Colônia. Para o pároco “isso é testemunhar publicamente nossa fé, levar a crença em Deus para as

peças, as palavras da eucaristia. Procissão é contagiar as pessoas com a presença de Deus. Nossa missão é fazer com que, na procissão, as pessoas sejam afetadas por Deus, sejam abençoadas” (Entrevista concedida em 08/01/2019). Reverenciar e receber a bênção nada mais são do que atos de trocas simbólicas. Não se pode esquecer que o bairro Colônia passa por processos acelerados de urbanização ao mesmo tempo que se vê o catolicismo passando por um processo histórico de perda de fiéis para grupos evangélicos.

Próximo a igreja, há o IMASJM/SMS e no mesmo prédio o Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea (MBRAC). O Instituto representa hoje, o que foi a instituição hospitalar CJM antes da municipalização, no que tange ao serviço de saúde mental. Como consequência do processo de municipalização, cabe ao IMASJM, a administração do setor 2 que compreende o NHRC. O Museu Nise da Silveira, criado em 1982, transformou-se em Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea em 2000, assumindo as obras do Bispo, falecido em 1989. As duas instituições estão localizadas logo na entrada da ex-CJM, na rua Rodrigues Caldas, cujo itinerário é o mesmo para se chegar no NHRC e a INSR. Se havia esse trajeto histórico que ligava os dois pontos, por meio de transporte público, a Transolímpica interrompeu este processo. Dessa forma, a relação do MBRAC e a INSR passou a ocorrer a partir das visitas guiadas ao Núcleo. Esta, de certa forma, é a maneira como a instituição museal enxerga e significa a edificação católica e o NHRC.

Nós fazemos visitas que envolvem a galeria [do Museu], a cela no Bispo, no Ulysses Viana, e também faz a parte visitar o Núcleo H. Rodrigues Caldas. Nós passamos pela igreja, pelos arcos, falando do início da Colônia, enquanto instituição que começa ali no Núcleo Histórico. Em relação a igreja em si,(...) nós chegamos a acompanhar o trabalho que as moradoras fizeram da restauração da igreja. Nós achamos incrível, falamos com elas de pensarmos em fotos e numa exposição sobre isso, no processo....A gente reconhece a importância que a igreja tem para a comunidade (...). Nós fizemos duas festas juninas juntas, na época era o centro de convivência, (...) a igreja participou como mais um ator, pois o Museu tentou envolver todos os serviços. Mas ainda não é uma integração, que eu possa dizer, forte (...). Então, pra gente funciona muito mais como uma edificação. Então nós apresentamos a igreja como um resquício do período colonial. Onde que a fazenda tinha uma igreja, uma sede. A igreja como parte disso que a gente chama de uma instituição de engenho (Entrevista concedida em 24/04/19).

Em determinada semana, do mês de maio, em que foi possível estar em alguns dias seguidos, visitando algumas instituições próxima à igreja, notei algumas movimentações importantes no âmbito da INSR. Os últimos pavilhões, inseridos no NHRC, foram desativados em dezembro de 2018. Ao que parece hoje, aos poucos, alguns pavilhões vão

ganhando novos usos. O Pavilhão 6 foi ocupado pela Secretaria Municipal de Saúde. Algumas pessoas que chegaram pela Estrada Rodrigues Caldas, passavam, vindo provavelmente do IMASJM, perguntando onde era o “pavilhão de pedra”. No dia seguinte de manhã cedo, apareceu uma mulher de meia idade, a qual se identificou como funcionária desse referido pavilhão, querendo conhecer a igreja. Prontamente foi convidada a entrar e em seguida se acomodou no acento e acompanhou a reza do terço junto com mais duas fiéis. No mesmo dia, à tarde, ela veio com mais pessoas, as quais trabalhavam também nesse pavilhão, com o intuito de também conhecer a capela. Em outro dia apareceu um grupo, com guia, para conhecer o NHRC numa espécie de visita guiada, que o MBRAC promove.

O reuso de um dos pavilhões traz a ideia de ocupar o Núcleo com o intuito de integrá-lo à cidade através da prestação de serviços à população, simultaneamente, promovendo, a ocupação no entorno da igreja. Essa foi uma das ações propostas no Projeto de Requalificação do NHRC, criado pela Fiocruz. Com isso, instituições começaram a reocupar aquele espaço e, assim, mais pessoas passaram pela Igreja N. S. dos Remédios. Com a Transolímpica “cortando” a estrada Rodrigues Caldas, “cortou-se” uma passagem histórica e de acesso mais rápido ao NHRC para quem vem do IMASJM e do centro da Taquara. Antes da Transolímpica, a estrada Rodrigues Caldas era itinerário de ônibus que vinham da Taquara enquanto um centro comercial importante de Jacarepaguá. Ou seja, a reocupação dos pavilhões é uma tentativa de reconectar o NHRC ao IMASJM/ MBRAC e à cidade.

Outro viés, para compreender o significado atribuídos à igreja, foi identificar o que chamei de valores “negativos”. Valores estes enquanto uma maneira de classificar atribuições dadas por grupos sociais não simpatizantes ao catolicismo, por exemplo. Num determinado domingo, dia de batismo, a missa estava relativamente cheia. Isso significou um número maior de carros estacionados no entorno da igreja. Alguns, muito próximos as casas dos antigos funcionários, localizadas de frente para a igreja e ao lado do antigo setor de transporte da antiga Colônia. Como consequência disso, uma moradora reclamou, efusivamente, dessa proximidade entre um carro e sua porta de casa. Em um certo sentido, isto não significa efetivamente uma atribuição negativa a igreja, mas faz perceber, que nem todos ali atribuem valores positivos a ela. Seria como se as atividades da igreja significassem perda de sossego num domingo de manhã. O relato da diretora do Museu Bispo do Rosário explicita que, em determinada ocasião, onde se pretendia agregar a participação da igreja, a ação cultural não

ocorreu por conta da não aceitação de um grupo evangélico, o qual participaria também da iniciativa.

Nós entendemos que são atores que a igreja é um ator importante. Por exemplo, uma das coisas que dificultaram chamarmos a igreja, foi ser igreja católica. Ao mesmo tempo, tem-se uma crescente de outras igrejas, como as evangélicas. Então, para gente a igreja católica está mais instituída. As outras estão mais difusas. Para nós foi muito mais difícil da gente lidar. Mas isso criou um certo mal-estar para algumas pessoas. “- ah mais é um evento da igreja católica, então a gente não vai participar. Nós queríamos fazer um evento que chamasse os moradores da Colônia. “- Ah mais você está fazendo com a igreja católica”. Então, nós ficamos numa situação de como lidar com isso. Nós não vamos privilegiar um ou outro. Para gente aparece mais a instituição católica, igreja aqui como instituição mais constituída. As outras nós não sabemos onde estão. Nós queremos envolver também os terreiros e todos os atores (Entrevista concedida em 24/04/19).

Portanto, grupos evangélicos atribuíram valores negativos à INSR e aos católicos. Outro episódio foi o de uma família moradora do “Caminho da Cachoeira”, comunidade vizinha à capela, cujo lugar é de residência de uma das administradoras da igreja, preferir frequentar a Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Curicica, ao invés, da Igreja Nossa Senhora dos Remédios a cem metros de distância. Na conversa que tive com membro do conselho e ex-diretora do INEPAC, no período de tombamento do Núcleo Histórico, esta afirmou que o contato com os pacientes foi uma experiência marcante no prédio da direção da Colônia, hoje, IMASJM. As edificações hospitalares e as construções da época do Engenho Novo chamaram mais atenção da esfera governamental do que, exatamente, a igreja.

Em certa medida, entre os atores sociais, que conhecem a igreja mas não são fiéis e nem católicos, eles tendem a ressaltar os valores *artísticos*, *históricos* e de *excepcionalidade* atribuídos à INSR. Em uma conversa com o guia-turístico, cuja atividade é “apresentar” a Zona Oeste para quem não conhece, e tem a Colônia enquanto um roteiro importante, o hospital-colônia era percebido na infância como um lugar “místico”.

A Colônia era um lugar a ser evitado, eu estudava na Taquara e [meu colega] no Tanque e nossas mães tinham essa preocupação de subirmos a Rodrigues Caldas, “não quero vocês indo para a Colônia”. Então, criou-se, na infância, uma mística de não irmos para a Colônia. Isso já em 1990. Então, tinha a mística do lugar a ser evitado. (...) No dia em que eu resolvi fazer uma travessia do Pau da Fome para a Colônia, acabei passando por aquele centro histórico ali, Eu ainda não tinha a noção da história daquilo. Você tinha uns galpões enormes com estruturas coloniais, você tinha a casa grande, a igreja. A INSR tem uma coisa... é diferente. Acho que é meio sintiosa, a fachada da igreja é a mais detalhada daqui da região. Aquela riqueza de detalhes, eu não tinha noção que era aquilo. Isso ficou como uma semente na cabeça.

Conversando com o outro guia, “Vamos fazer um roteiro na Colônia!
(Entrevista concedida em 29/01/19).

Além desses valores atribuídos, a percepção da edificação católica está atrelada como parte da ex-Colônia Juliano Moreira. Os grupos sociais, que se comportam de forma mais ligada à INSR, os fiéis, por exemplo, atribuem outros valores, somados aos valores *estéticos* e *históricos*. As ações desses grupos marcam uma ideia de patrimônio como um campo de “disputa social” (SERRES, 2015). São disputas sociais entre grupos, que usam e reforçam conceitos clássicos de patrimônio com seus valores tradicionais; ou que contribuem para a construção de sua identidade, buscando reconhecimento frente as instituições de preservação. Desde o processo de municipalização, várias correspondências e ofícios foram trocados entre instituições, como o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, a Fundação Oswaldo Cruz e as secretarias municipais, a fim de tratar da preservação da igreja, incluindo a da casa-sede da antiga Colônia Juliano Moreira e do Engenho Novo. De lá para cá, isso não mudou. A igreja e casa ficaram abandonadas de certa forma pela SMS. Vide que em 2008, somente a edificação religiosa foi interditada, passando por obras estruturais. Em 2014 foi necessário uma manutenção urgente para sua abertura. As ações institucionais de preservação não foram suficientes para manter a igreja preservada, assim como, não foram suficientes para manter preservada as edificações coloniais e hospitalares do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas no entorno da igreja, inclusive a casa-sede.

Como já descrito desde o processo de municipalização e o processo de abandono dos equipamentos do NHRC, as instituições pareceriam não reconhecer suas responsabilidades perante a INSR e ao NHRC. A reivindicação solicitada pelo INEPAC, em 13 de junho de 2001, através do Ofício nº 128/01, encaminhado à direção do IMASJM, apontava a urgência de obras, devido ao estado precário de conservação das construções, a partir da vistoria realizada pela arquiteta do próprio INEPAC. Um mês depois, a instituição estadual obteve uma resposta constrangedora. A direção municipal afirmou que a área era de “responsabilidade da União Federal”. Em julho de 2006 um vereador carioca chegou a solicitar ao SEDREPAHC uma possível viabilidade de um projeto emergencial para igreja. Contudo, dia 26 de julho ocorre o furto dos castiçais e dos dois quadros. As obras emergenciais iniciaram apenas em 2008. No Acordo de Cooperação Técnica de 2008, por meio da Resolução nº 8 (2010), o Comitê Gestor do PAC-Colônia sugeriu a transferência da administração da igreja para a Arquidiocese. O que ainda não ocorreu.

É interessante pensar o valor atribuído à igreja, mas também ao Núcleo Histórico, pelo IMASJM, através das tratativas a respeito da casa-grande do antigo Engenho e da casa sede da extinta CJM. Deve-se destacar que esta edificação ganhou uma certa importância perante a igreja, porque seu estado precário de preservação já colocava na época em risco a edificação religiosa, a qual, encontra-se muito próxima. Para ser mais exato, a casa, em arruinamento, já apresentava uma vasta vegetação, embrenhando em toda a estrutura do antigo casario. A questão é que a parede lateral dessa casa está na direção do altar da INSR. A partir de 2011, entrou em cena o Ministério Público Estadual com o inquérito civil nº 2011.00073205 (MA nº5918), o qual, referia-se a apuração de uma notícia do risco de desabamento do Casarão-sede, solicitando “providências cabíveis” ao INEPAC. Este, então, enviou um relatório de vistoria realizado pela mesma instituição no início do mesmo ano. Neste mesmo ano a RioUrbe recebeu uma resposta mais constrangedora ainda do diretor do IMASJM:

(...) ao IMASJM, unidade assistencial da SMSDC, cabe a responsabilidade pela gestão dos pavilhões hospitalares que não compreendem o Núcleo Histórico da antiga fazenda do Engenho Novo (...) a manutenção é de caráter hospitalar, realizando manutenção (...) nas unidades médico hospitalares, não realizando obras de restauro. (INEPAC, 2019).

Vale ressaltar que se a casa-sede já se encontrava em estado precário, o que dirá hoje. E, mais, aponta que no NHRC não haveria pacientes em atividades de suporte aos setores, desde a municipalização da unidade no ano de 1996. O que aponta que, com o processo de municipalização, os pavilhões foram desativados nesse momento e somente no decorrer dos anos, alguns deles foram ganhando uso novamente. Como consequência disso, em 2014, a SMS solicitou dos fiéis, a reutilização do pavilhão 5 para uso hospitalar e não mais litúrgico. Outro ponto explícito é o desconhecimento quanto ao próprio processo de municipalização e as atribuições institucionais determinadas quanto a responsabilidade sob o NHRC. Em certa medida este desconhecimento continua nos dias de hoje. O argumento de que não há pacientes e que a destinação do Núcleo Histórico, assim como, do prédio sede da fazenda “são eminentes culturais em suas projeções de utilização” (Ibdem) e, por isso, não caberia ao IMASJM sua administração, pode ser perfeitamente pensado no valor que a instituição municipal hospitalar atribuiu ao NHRC, mas também à igreja de caráter “cultural”.

A Mitra, a partir de seu arcebispo, em carta enviada ao prefeito na época, solicitou a disponibilização do prédio da capela com o objetivo de manter as atividades pastorais à comunidade lá desenvolvida (Gab / 0706 / 2013). Em 2015 entraram em cena o Campus Fiocruz da Mata Atlântica e a RioUrbe. O coordenador executivo da CFMA informou, ao

INEPAC, não disponibilizar de recursos para a obra de restauro da Casa-sede. O mesmo diretor do INEPAC pareceu apelar também para outros órgãos quanto a iniciativas de liberação de recurso para o restauro da Casa. Assim foi com a SMS e com a Secretaria de Habitação e Cidadania. A história parecia retomar em 2018 a partir de outra denúncia, agora de invasão e construção irregular em imóveis tombados referente ao inquérito civil MA8603.

A partir da denúncia com relação a invasão, o MPERJ convocou uma vistoria conjunta com as diversas instituições. No dia 24 de janeiro de 2019, estiveram presentes representantes da FIOCRUZ, IRPH, INEPAC, IMASJM e MBRAC as quais estabeleceram relações com o NHRC. O objetivo da reunião, conforme ofício nº 134 / 2019, foi registrar a atual situação, assim como, para esclarecer as medidas que estariam sendo adotadas para a preservação das edificações tombadas do NHRC. A partir do relatório de vistoria técnica elaborado em conjunto pelo INEPAC, foram apontados duas classificações quanto ao estado de preservação dos bens culturais vistoriados: estado de conservação precário e estado de conservação razoável.

Estado de conservação	Razoável	Precário (arruinamento)
Edificações		
Portal e muro do antigo engenho		X
INSR	X	
Casa sede do antigo engenho		X
Antiga casa dos funcionários	X	
Chafariz	X	
Pavilhão 1		X
Pavilhões 2, 3, 4, 5, 6, 7	X	
Aqueduto	X	
Pavilhão-refeitório (cozinha)		X

Em conclusão da reunião, no mês seguinte foi publicado pelo Ministério Público Estadual a resolução.

o Ministério Público Estadual, através da 4ª promotoria de justiça de tutela coletiva do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Capital, recomendar ao chefe do Executivo do Município do Rio de Janeiro que promova ações necessárias a recuperação, conservação e preservação dos bens tombados do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas (...) (INEPAC, of. 134/2019).

Portanto, o tombamento, sozinho, não significa a preservação integral dos bens culturais. A preservação apenas tem eficácia através das ações comunitárias associadas às instituições de preservação do patrimônio cultural. Cabe compreender e reconhecer a participação dos grupos sociais mais envolvidos com determinados bens no processo de preservação dos mesmos. Ao juntar especialistas e não-especialistas, poderá ocorrer uma ação de instrumentalização dos atores sociais para o exercício técnico da preservação, bem como, estimular a realização de um inventário prévio dos bens culturais existentes no âmbito da edificação. É importante compreender como as pessoas constroem essa significação dos bens, para identificarmos como elas elaboram sua percepção de preservação cultural. Nesse sentido, as edificações do NHRC estão sendo reajustadas nos seus usos e nas suas tutelas, ou responsabilidades administrativas, para que se faça algo, efetivamente, no sentido da salvaguarda daqueles bens culturais tombados pelo poder público federal e estadual. Espera-se que este trabalho, de alguma forma, também, possa contribuir para sua preservação.

CONCLUSÃO

A identificação de valores atribuídos aparecem como norteadora para a preservação dos bens culturais. Preservar significa manter os valores eleitos, pelos grupos sociais, relacionado-os aos bens culturais. Dessa forma, a determinação do significado cultural poderá contribuir para se compreender como se relacionam os múltiplos valores atribuídos às coisas por meio dos indivíduos. Nessa perspectiva de identificação dos valores e significados e da associação dos objetos com as coisas, a concepção antropológica é fundamental. Pensar a relação entre a sociedade e as coisas é igualmente relevante, pois, assim, demonstrará como o corpo social valora e significa as coisas. Isso ocorreu com o desenvolvimento do conceito de cultura, que passou a interpretar a matéria inserida no contexto cultural. Os estudos de Mauss e Malinowski foram importantes para essa percepção dos valores simbólicos atribuídos à matéria⁸⁸. A matéria fora do seu contexto social cultural, perde seus significados. Como consequência, isso faz com que a sociedade justamente não valoriza, pois se algo está fora de contexto da comunidade local, passa a não fazer sentido para esta⁸⁹.

Uma possibilidade que a teoria maussiana apresenta para isso é observar as relações de troca a partir de sistemas totalizantes. Assim, o sistema de troca entre divindade e os fiéis, por exemplo, coloca a matéria e o simbólico no mesmo grau de importância para o campo da preservação. A matéria tem sua dimensão simbólica, ao mesmo tempo que o simbólico tem a dimensão material. Por isso, no campo do patrimônio, a matéria e a imaterialidade são duas dimensões indissociáveis, fazendo sentido somente estando juntas. Outro valor importante, dessa relação de troca, é o de mediação que funciona como um canal em que ocorrem as trocas entre as dicotomias, como: as dimensões material e imaterial, “de dentro” e “de fora”, fiéis e Deus. Portanto, a igreja apresenta valores de *troca* e de *mediação*. Ou melhor, o *valor simbólico* também é fundamental para a vida social, pois essas relações de troca organizam a cultura (MARTINS, 2005).

Nos primeiros anos de atuação, o IPHAN o grupo de modernistas, inseridos na estrutura do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, renegou a arquitetura neoclássica da INSR e da casa-grande do antigo Engenho Novo. Até então, os valores apresentados estavam ligados aos bens materiais de valores *artísticos*,

88 Valores atribuídos pela sociedade, não somente pelos técnicos de outrora. Vide trabalhos de Mauss e Malinowski os quais observam e analisam a inserção dos objetos em contextos culturais, nos ritos e nas celebrações.

89 Vide os diversos bens do NHRC.

históricos e de *excepcionalidade*. Todavia, nos anos 1950, o padre Joaquim Rodrigues já identificou outros valores para além dos consagrados, atrelados ao uso dos artefatos nas celebrações católicas. Isso significa que a visão da instituição não considerava os grupos sociais aos quais os artefatos estavam associados. Como visto, uma sinalização para este caminho só ocorreu com os processos de tombamento.

A presente pesquisa observou que, somado aos objetos ou à matéria, a imaterialidade também constitui significado à INSR, consolidando-a como um bem cultural. Identificar significados a partir de como os grupos sociais atribuem valores à matéria (edificação e artefatos) revelam parte da identidade católica, assim como, coloca o templo religioso na vida sociocultural de determinado grupo. A igreja, enquanto matéria, não está desconectada do seu contexto. O anteprojeto de Mário de Andrade levava em conta as manifestações populares considerando tanto a dimensão material quanto a imaterial, como parte de uma identidade nacional em construção. Inclusive, o Decreto de criação do SPHAN seguiu a ideia de valorização da cultura popular, que constava no anteprojeto. O que se viu foi o privilégio da dimensão material, restrita à elite cultural brasileira. Isso tem relação, com a maneira, como o campo do patrimônio abordava os objetos, as coisas. A perspectiva museológica etnográfica apresentada aqui brevemente, demonstrou que a matéria era observada por si só, fora do contexto social. Assim, relacionou à matéria, os valores como o *estético*, *excepcional* e *histórico* por meio do tombamento⁹⁰. Essa concentração na materialidade foi fortalecida quando o tombamento foi apresentado enquanto único instrumento jurídico de proteção dos bens materiais. Na esfera da política pública do patrimônio, a opção institucional pela dimensão material, só começou a ser questionada com o caso do Terreiro da Casa Branca, localizado em Salvador/BA, em que o tombamento, uma ferramenta para proteção de bem material, serviu para a preservação da dimensão imaterial contraditoriamente e com o Centro Nacional de Referências Culturais, de Aloísio Magalhães (VELHO 2015; FONSECA, 2009). O CNRC já absorvia, nesse momento, a transformação do conceito de cultura, que como se sabe, ampliou o conceito de patrimônio. Nesse momento, “engessou” a dimensão imaterial, que tem característica cultural de ser mutável. Com o tempo, o tombamento demonstrou-se uma ferramenta limitada para dar conta da dimensão integrada (material e imaterial) dos bens culturais.

90 Histórico aqui dentro dessa perspectiva museológica etnográfica evolutiva, a qual tratava a matéria fora do seu contexto cultural. Assim como, os valores estético e excepcional eram associados a matéria fora de seu contexto cultural.

A demanda da sociedade, pela valorização dos bens culturais que as identificam, forçaram a ampliação dessa mesma participação no poder de decidir o que preservar. Isto se deu a partir dos valores que eles atribuem aos bens, os quais são significativos para um determinado grupo social. Neste sentido, os valores de *uso*, de *mediação* e de *troca* são importantes para a manutenção das relações sociais estabelecidas no âmbito das construções religiosas, como é o caso de nosso objeto de estudo. Mesmo que uma maior participação da sociedade seja algo ainda em construção, isto é um processo sem volta. Aqui, vale notar os escritos de Viñas (2003) que aponta o deslocamento, no campo da preservação, do foco na matéria para o sujeito. Isto não significa que a matéria seja esquecida. Mas sim, que se deve levar em conta os grupos sociais, de não especialistas, os quais, abordam os bens culturais, na sua relação material e imaterial, de forma distinta muito das vezes. Contudo, para que essa interlocução entre técnicos e não especialistas ocorra é preciso que os órgãos de preservação e instituições religiosas se aproximem da comunidade. No contexto do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, deve-se reconhecer a função e as contribuições possíveis da sociedade que frequenta e convive com a INSR. Uma forma seria instrumentalizando, tecnicamente, os atores em determinados processos da preservação, junto com os técnicos-especialistas, valorizando os atores sociais interessados em participar.

Se o inventário empreendido pelo IPHAN abrangeu poucos bens materiais, o do padre Joaquim considerou bens a partir do valor de uso. Hoje a dimensão integrada, entre material e imaterial, solicita que se inventarie também os bens imateriais. Não é o objetivo aqui inventariar, entretanto é plausível citar as atividades simbólicas organizadas no âmbito da INSR. As celebrações, além das missas dominicais e missas específicas como a da Páscoa⁹¹, são as Festas em devoção aos santos. A Festa da padroeira da INSR não se reduz ao dia da missa e procissão, pois há atividades do início do mês até o dia da padroeira. E quanto a Festa de São Cristóvão, de cunho popular, a procissão vira uma carreata. As Festas e missas ganham ares simbólicos, além dos valores de *excepcionalidade*, de *arte* e de *história*.

Em certa medida a administração da Colônia Juliano Moreira e a atribuição pastoral do pároco, mesmo com altos e baixos, cumpriram o papel fundamental e significativo para a preservação da edificação católica. A função social da INSR, sob auxílio do padre e das práticas médico-assistenciais oriundas da CJM, como a praxiterapia, seguiram preceitos

91 Para alguns fiéis a Páscoa é uma data mais importante do que o Natal. Pois conforme conversas, se o Natal é o nascimento, a Páscoa é o renascimento, momento pós-morte de Jesus. Fatos estes, morte e renascimento, compreendidos para salvar a humanidade dos males e levá-la ao caminho da salvação.

asilares. A presença de uma igreja em terras distantes dos centros urbanos, associada a presença de algumas edificações, determinou a presença de uma instituição asilar no Sertão Carioca. Na mesma medida, a presença de uma instituição asilar e hospitalar foram determinantes para a preservação da INSR e do NHRC. O padre Joaquim Rodrigues teve uma percepção visionária no campo da participação comunitária e da preservação dos bens culturais. Mesmo que ele não tivesse imbuído dessa visão preservacionista, o investimento na formação de grupos de jovens desde os anos 1970, cuja prática é comum na Igreja Católica Apostólica Romana, com o objetivo de propagar preceitos cristãos, contribuiu para construção de uma relação afetiva com a edificação nos dias atuais. Essa iniciativa de outrora do padre teve como consequência a formação de parte do grupo de fiéis, que fortalecem a vida comunitária e social no entorno da Igreja Nossa Senhora dos Remédios nos dias de hoje. Este grupo foi o responsável em liderar as ações de preservação da igreja enquanto bem cultural católico, na época de suas interdições. Ou seja, jovens de ontem, e seus filhos hoje, são os que desenvolvem tais comportamentos preservacionistas no âmbito da capela do bairro Colônia. Algo que não acontece no âmbito do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas.

Os valores atribuídos identificados, na contemporaneidade, estão para além dos consagrados (valor histórico, valor estético e valor de excepcionalidade), e daqueles valores associados, normalmente, a qualquer igreja (valor religioso e valor educacional). Os valores de troca e de mediação se juntam aos já conhecidos, e mais evidentes, para expressar determinados significados vinculados à edificação religiosa, pois são valores e significados que fazem a vida social, comunitária e religiosa se organizarem culturalmente. A respeito do valor de *mediação*, as relações sociais entre grupos distintos existentes na época do Engenho e no asilo hospitalar (CJM), não ocorre mais de forma tão explícita no âmbito da INSR. Essa mediação existe no campo da religiosidade, onde sujeito e divindade, e outras dicotomias, fazem com que a função social da igreja da Colônia permaneça. A função social permanecendo, tem-se, conseqüentemente, a preservação, já que essa relação de mediação pode ser vista como um valor, assim como, as relações de troca inseridas nessa mesma mediação. Dessa forma, há como relacionar uma certa gradação de valor e a temporalidade da igreja. No período hospitalar, a mediação tinha um valor mais intenso. Hoje, restringe-se ao aspecto religioso. Contudo é possível que novas mediações possam surgir através de novos valores presentes no contexto da Colônia, pois esta, encontra-se num momento de transição e transformação urbanas e culturais.

Com a municipalização da CJM e adjacências nos anos 1990, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios permaneceu sem o suporte administrativo de uma “instituição total” que providenciava emprego, moradia e prestação de serviços básicos. Tanto a INSR, quanto os moradores antigos, vem buscando seu incersão numa “nova” Colônia, já não mais sob tutela de um hospital federal, mas entrando no circuito da administração municipal, como o restante da cidade. O bairro passou a fazer parte da complexidade do município carioca e, por exemplo, da atual carência de prestação de serviços públicos. Com essa mudança, a relação com a Arquidiocese do Rio de Janeiro se estreitou e a edificação entrou mais, efetivamente, nas redes de paróquias e capelas da região. Hoje, a INSR se encontra mais integrada à estrutura da Arquidiocese do que da Secretaria Municipal de Saúde, que seria via Instituto Municipal de Assistência Social Juliano Moreira. Sem suporte financeiro institucional governamental para realizar qualquer tipo de obra ou manutenção, as iniciativas, visando a preservação, são realizadas com as doações da comunidade de fiéis. Nota-se que, o crescimento do número de participantes das missas dominicais indica um possível aumento de moradores no bairro Colônia, possibilitando que a INSR volte a mediar a relação entre antigos e novos moradores. Isso será algo a se acompanhar, pois, conforme esta pesquisa, a cultura e a sociedade são dinâmicas e mutáveis na sua trajetória temporal.

A INSR, além do valor *religioso*, valor *educativo*, valor de *troca*, valor de *mediação*, tem demonstrado um valor político atribuído à ela, se compararmos com o estado físico das demais edificações do NHRC⁹², como o antigo refeitório, a casa-sede da Fazenda, somado a antiga cozinha, e outras edificações, que só tem amparo da ferramenta jurídica para a preservação. Fica evidente o limite do alcance da funcionalidade do tombamento na preservação. Os órgãos públicos de preservação, no cenário da Colônia Juliano Moreira, caem numa difícil situação, quando demonstram que suas funções principais parecem ser a preservação somente via tombamento. Tombar está longe de reduzir a falta de preservação. Isso significa que, argumentar, por exemplo, que a sociedade não poder invadir ou modificar determinada edificação é importante, porém nos parece insuficiente para pensar a preservação. Pode-se punir o infrator, mas, é necessário que haja outros esforços paralelos ao tombamento, como medidas de educação patrimonial e da valorização dos grupos sociais, que mantêm esforços pessoais/comunitários para proteger e usufruir daquela ambiência. Só o

92 Numa conversa informal com um técnico do CFMA, ele apresentou um valor possível, não tratado aqui, que é o turístico. O potencial turístico que contém o NHRC é imensurável, pois há possibilidade de abordar diversos tipos de turismo, tais como: do urbano ao ambiental, passando pelo histórico e o religioso.

tempo determinará o estado de ruína dos bens culturais edificados ou não. O tempo das instituições de preservação para abordarem problemas no campo parecem não alcançar as demandas surgidas dos grupos sociais, que reivindicam soluções efetivas e urgentes. Como resultado, a partir da ausência e desinformação a respeito das responsabilidades institucionais, o MPERJ obrigou a Prefeitura, por meio do IMASJM/SMS, a se responsabilizar pela preservação dos bens tombados localizados no NHRC.

Portanto, a INSR só está preservada nas suas condições atuais de uso por conta das ações comunitárias que exercem a manutenção da edificação. A constatação da igreja estar em atividade, aponta que o valor de uso é significativo para sua preservação. Um possível questionamento não está nas ações da comunidade, mas sim, no instrumento jurídico, que não dá mais conta desse movimento da sociedade, que vem se inserindo nas políticas públicas de preservação dos bens culturais. Nesse sentido, os fiéis resolveram agir por si mesmos e recolocar a igreja na vida social da comunidade, dando-lhes significado simbólico novamente; pois, são nos objetos e nos ritos que os bens católicos são expressados, inclusive a Igreja Nossa Senhora dos Remédios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

ARQUIDIOCESE da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. **Batizado da Capella do Engenho Novo (N.S. dos Remédios)**, 1816-1883.

ARQUIDIOCESE da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Inventário série: **Relatório Paroquial**, notação: 236. Paróquia Nossa Senhora do Loreto, Jacarepaguá, 1870 – 1986.

BAUCH, Emil. **Lançamento da pedra fundamental da Capela de N. S. dos Remédios**, óleo s/ tela, Museu Imperial, Petrópolis, RJ, 1863.

BRASIL. Comitê Gestor do PAC-Colônia. Resolução nº 8 de 15 de dezembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº28, 9 de fevereiro de 2011. Seção 1, p. 52.

BRASIL. Conselho Gestor do PAC-Colônia. Resolução nº 1, de 15 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 119, 25 de junho de 2009. Seção 1, p.134-135.

BRASIL. Conselho Gestor do PAC-Colônia. Resolução nº 2 de 15 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 119, 25 de junho de 2009, seção 1, p. 135.

BRASIL. Conselho Gestor do PAC-Colônia. Resolução nº 3 de 19 de maio de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 119, 25 de junho de 2009, seção 1, p. 135-136.

Igreja tombada pelo Inepac está em reforma. Caderno Barra, **O Globo**. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Capela de Nossa Senhora dos Remédios**, Colônia Juliano Moreira, Município do Rio de Janeiro. Processo de tombamento nº 0798-T-67.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Casa da Fazenda Taquara, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro**. Processo de Tombamento nº 0062-T-38.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Série Inventário** – Igreja Nossa Senhora dos Remédios, Histórico e descrição do bem. Notação: LRJ-1805.01

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Igreja Nossa Senhora dos Remédios Jacarepaguá**. Processo de Tombamento nº 03-300005-72.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Tombamento provisório da Colônia Juliano Moreira Rio de Janeiro**. Processo de Tombamento nº E-18.001.178-90.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. Relatório de visita de inspeção de 28 de agosto de 2008.

INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. Relatório de visita e inspeção de 16 de outubro de 2008.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Decreto municipal nº 23730 de 27 de novembro de 2003.

RODRIGUES, Joaquim do Carmo. **Livro de Ocorrência**, manuscrito, 1953 a 1985.

Fontes secundárias

ANDRADE, Inês El-Jaick. **Ruínas do Antigo Engenho Novo no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas da Colônia Juliano Moreira**: pesquisa histórica e iconográfica. nº.13 RHAA, 2010.

ARAÚJO, Carlos Francisco Correia de. **Jacarepaguá de antigamente**, Carlos Borges Editora, Belo Horizonte, 1995.

AZEVEDO, Gabriela, PONTUAL, Virgínia, ZANCHETI, Silvio. **Declaração de Significância**: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico. *XIII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado*. A dimensão cotidiana do patrimônio e desafios para sua preservação. 21-24 de outubro de 2014, Bauru (SP), Brasil.

BASTOS, Rossano Lopes. Patrimônio, memória, direito cultural e território. In: NOGUEIRA, João Carlos, NASCIMENTO, Tânia Tomázia (Orgs.). **Patrimônio cultural, territórios e identidades**. Florianópolis, Atilênde, 2012, pp. 85 – 104.

BLUESTONE, Daniel. Challenges for Heritage Conservation and the Role of Research on Values. AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRE, Marta de la. (Org.). **Values and Heritage Conservation**. Research Report. The Getty Conservation Institute, Los Angeles, 2000.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom**: O terceiro paradigma. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff de. **Ramos de Azevedo** (Artistas Brasileiros: 14)– São Paulo, editora Universidade de São Paulo, 2000.

CASSÍLIA, Janis Alessandra; VENANCIO, Ana Teresa A.. História da Política assistencial a saúde mental (1941-1956): O caso da Colônia Juliano Moreira no Rio de Janeiro. **Simpósio Nacional de História - ANPUH**, 24, São Leopoldo. Anais. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. CHUVA, Marcia, (org.). **IPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n.34, 2012.p.147-165.
- COELHO, Carla Maria Teixeira. **Gestão de riscos para sítios históricos: uma discussão sobre valor**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, (PPGAU/UFF) – Niterói, 2018.
- COSTA, Renato Gama-Rosa e GONÇALVES, Ana Paula Casassola. Evolução urbana da Colônia Juliano Moreira. VENÂNCIO, Ana Teresa A., POTENGY, Gisélia Franco. (org.). **O asilo e a cidade: Histórias da Colônia Juliano Moreira**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- COSTA, Renato Gama-Rosa; AMORA Ana Albano; FILGUEIRAS, Sara Cabral. A saúde e a cidade: o bairro de Jacarepaguá e os hospitais de isolamento. In: SANGLARD, Gisele, ARAÚJO, Carlos Eduardo M. de, SIQUEIRA, José Jorge. (org.) **História Urbana: Memória, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.279-300.
- CZAJKOWSKI, Jorge. **Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. Casa Palavra - PCRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1987.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FRONDIZI, Risieri. **Qué son los valores?: introducción a la axiología**. México, Fondo de Cultura Económica, 1958.
- GALVÃO e ALMEIDA. **A construção do patrimônio**. Instituto Pedra (Org.), São Paulo, 2017.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC editora S. A.,1989.
- GOFFMAN, Irving. **Manicômios, prisões e conventos**. Perspectiva, 9ªed., São Paulo, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Coleção Museu, Memória e Cidadania, Rio de Janeiro, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. ABREU, Regina e CHAGAS, Mario. (Org.) – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.23, p.15-36, jan/jun, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias Antropológicas e Objetos Materiais. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Coleção Museu, Memória e Cidadania, Rio de Janeiro, 2007.

HOPPE, Sigrid. Práticas católicas na Colônia Juliano Moreira: a igreja da instituição e a festa de São Cristóvão. In: VENÂNCIO, Ana Teresa A. e POTENGY, Gisélia Franco (org.). **O asilo e a cidade**: histórias da Colônia Juliano Moreira. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In ____: **Antropologia Estrutural dois**. – 4ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1993, p. 328-366.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 17, n. 49 – São Paulo, junho de 2002.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 73, dezembro de 2005, pp.45-66.

MASON, Randall. Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. TORRE, Marta de la. (Org.) **Assessing the Values of Cultural Heritage**. Research Report. The Getty Conservation Institute, Los Angeles, 2002.

MENEZES, Renata de Castro. **A dinâmica do sagrado**: Rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Colônia Juliano Moreira**: Ações Conclusivas do Processo de Municipalização e Redefinição da Área. Relatório Final. Série C: Projetos, Programas e Relatórios, n.º 64. Brasília-DF, 2001.

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Colônia Juliano Moreira: Relatório Final, Anexos.** Brasília-DF, s/d.
- PCRJ. **Guia do Patrimônio Cultural Carioca: bens tombados 2014 – 5^a ed.** - Rio de Janeiro: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, 2014.
- PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro, Dumará, 1995.
- PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.
- PIMENTEL, Elam de Almeida. **Nossa Senhora dos Remédios: Invocada em nossas enfermidades corporais e espirituais: novena e ladainha.** Editora Vozes, Petrópolis, 2013.
- POTENGY, Gisélia Franco e HOPPE, Sigrid. Identidade e apropriações do espaço no bairro Colônia. In: VENÂNCIO, Ana Teresa A. e POTENGY, Gisélia Franco (org.). **O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira.** Rio de Janeiro: Garamond, 2015. pp. 273-308.
- RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** Goiânia, Editora UFG, 2006.
- RUDGE, Raul Telles. **As sesmarias de Jacarepaguá.** Livraria Kosmos editora, São Paulo, 1983.
- SÁ, Bruno Teixeira de. **Colônia Juliano Moreira: um estudo de paisagem e patrimônio cultural / Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense. – Niterói, 2011. 130f.**
- SANTOS, Noronha. **As freguesias do Rio Antigo / vistas por Noronha Santos: introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger.** Ed. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1965.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SERRES, Juliane Conceição Primon. Preservação do patrimônio cultural da saúde no Brasil. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos,** Rio de Janeiro, v.22, n.4, out-dez, 2015, p.1411-1426.
- TAROT, Camille. Pistas para uma história do nascimento da Graça. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). **A dádiva entre os modernos: Discussão sobre os fundamentos e as regras do social.** Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.
- VELHO, Gilberto. Memória, Patrimônio e identidades: uma perspectiva antropológica. In: MACHADO, Carmen (org.). **Olhares sobre o patrimônio fluminense.** Rio de Janeiro, Ed. In-fólio, 2015.

VENÂNCIO, Ana Teresa A., POTENGY, Gisélia Franco. (org.). **O asilo e a cidade**: Histórias da Colônia Juliano Moreira. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

VENÂNCIO, Ana Teresa A.; MACIEL, Laurinda Rosa; ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá; ZILLI, Bruno Dallacort; MONNERAT, Silvia. Memórias coletivas e identidades sociais na história do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios. In: VENÂNCIO, Ana Teresa A. e POTENGY, Gisélia Franco (org.). **O asilo e a cidade**: histórias da Colônia Juliano Moreira. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. pp. 127-164.

VIANA, Gláucia Souza Brito. **Perspectivas e limites nos programas de regularização fundiária em terras públicas da União no Rio de Janeiro**: o caso do Setor 1 da Colônia Juliano Moreira. Tese de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, 2012.

VIÑAS, Salvador **Muñoz**. **Teoría contemporánea de la Restauración**. Editorial Síntesis, Madrid, 2003.

Fontes digitais

A CRUZ. **Allocução**, Anno II, n. 56, 7.9.1862, p.4. Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em: (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>). (Consultado em: 19/03/2019).

A CRUZ. **Noticiário**. Anno I, n.16,1.12.1861, p.4. Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em: (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>). (Consultado em: 19/03/2019).

A CRUZ. **Noticiário**. Primeira Pedra para a nova igreja, Anno II, n.66, 16.11.1862, p.4. Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em: (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>). (Consultado em: 19/03/2019).

A HORA DA MISSA. Disponível em: http://www.ahoradamissa.com/doc_glossario.html#cores. Consultado em: 10/05/2019.

ALTINO, Lucas. Patrimônio histórico da colônia juliano moreira, antigo hospital psiquiátrico no rio, está em risco. **O Globo**. 27/08/2015. (consultado em: 15/10/18). Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/bairros/patrimonio-historico-da-colonia-juliano-moreira-antigo-hospital-psiquiatrico-no-rio-esta-em-risco-17300752?fbclid=iwar2zsh-btjv8qyutl21r8aozcwetyjytqquu217_1e5yaqgt3hglydbtq

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. “Novas” questões na teoria da restauração do patrimônio urbano: identidades culturais, função social e participação dos usuários. **Revista**

PARC: Pesquisa em arquitetura e construção, 4(1), 59-72, 2013. (Consultado em: 17/10/18) (<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8634559>)

AUSTRALIA ICOMOS (Internacional Council on Monuments and Sites), **Carta de Burra**, 1999. Tradução de Antônio Borja Araújo, 2006. (Consultado em 27 de janeiro de 2018). Disponível em: <http://www.icomos.org/australia/burra.htm> .

CANDIDA, Simone; LIMA, LUDMILLA DE e BERTOLUCCI, Rodrigo. Colônia Juliano Moreira: descaso ameaça acervo arquitetônico eclético: Voluntários reformaram por conta própria a Igreja Nossa Senhora dos Remédios. **O Globo**. 07/09/2014. (Consultado em: 15/10/18). Disponível em: [https://oglobo.globo.com/rio/design-rio/colonia-juliano-moreira-descaso-ameaca-acervo-arquitetonico-eclético-13857976?](https://oglobo.globo.com/rio/design-rio/colonia-juliano-moreira-descaso-ameaca-acervo-arquitetonico-eclético-13857976?fbclid=IwAR2XBsL83NTzjOa4R_DL0uM5lSS5FCP2OWF6hHU_2MH2_vFp-cuf-l1JC9A)

CONSELHO DA EUROPA. **Declaração de Amsterdã**. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu de outubro de 1975. Disponível em: portal.iphan.gov.br. (Consultado em 29/05/2018).

FEILDEN, Bernard M., JOKILEHTO, Jukka. **Manual para el manejo de los sitios del Patrimonio Cultural Mundial**, ICCROM, 2003. Disponível em www.iccrom.org (Consultado em 03 de junho de 2018).

HOPPE, Sigrid. Igreja e a festa de São Cristóvão na Colônia Juliano Moreira. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas**, ANPUH-RIO, 28 de julho a 1º de agosto de 2014. Disponível em: www.encontro2014.rj.anpuh.org/ (Consultado em 17/03/18).

Ladrões roubam igreja na Colônia Juliano Moreira. **O Globo**. Rio de Janeiro, 02/08/2006 - 00:00 / Atualizado em 10/04/2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/ladros-roubam-igreja-na-colonia-juliano-moreira-4570463>. Consultado em: 02/12/2018.

PREFEITURA RIO DE JANEIRO. Decreto municipal número 23730, de 27 de novembro de 2003. Disponível em: wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/ (Consultado em 20 março de 2018).



SAIBA MAIS



**Colônia Juliano
Moreira: um reduto
histórico em ruínas**

História em ruínas

Após a desinterdição pela Defesa Civil e a autorização dos serviços de conservação, as moradoras, cansadas de esperar por uma ação do poder público, resolveram colocar a mão na massa. Aos poucos, fizeram reparos e pintaram as paredes dando, novamente, vida ao santuário, que retoma suas atividades no próximo domingo, dia 14.

— A igreja representa a nossa fé. Sou moradora da região há 20 anos, mas desde criança frequento o santuário. Tivemos a iniciativa de fazer esse trabalho voluntário por receio de ver as nossas origens serem perdidas pelo abandono e a ação do tempo — conta Eliete, ressaltando que ela e as amigas cuidam apenas da manutenção do templo.



Apesar de estar em bom estado, vegetação cresce sobre o aqueduto da colônia, construído no século XVIII Foto: ANTONIO SCORZA / Agência O Globo

O GLOBO RIO

90% off
no 1º mês APROVEITE

BUSCAR

ACESSE NO



CASARÕES OFERECEM RISCO

Com o processo de ocupação da localidade, quem anda pelas ruas observa uma grande expansão imobiliária, com a construção de condomínios e conjuntos habitacionais. Porém, prédios como o da antiga sede da Fazenda do Engenho Novo e os dois casarões vizinhos, todos datados do século XIX e tombados pelo Inepac, encontram-se em ruínas.

Exemplo da degradação do patrimônio arquitetônico da colônia, o edifício-sede é uma construção simples, de feição neoclássica, com dois pavimentos e planta em U. Na fachada, a modulação é ditada pela repetição regular de vãos. Parte da sede, muito desgastada e tomada pela vegetação, está protegida por cercas.

— São construções que oferecem risco aos moradores devido ao mato alto e à quantidade de ratos e animais peçonhentos, como lacraias, escorpiões e cobras. Não podemos, de forma alguma, deixar as crianças brincarem perto desses prédios, que estão prestes a desabar — lamenta Eliete.

O arquiteto e urbanista João Calafate, professor da PUC-Rio, conhece bem os problemas da Colônia Juliano Moreira. Há cinco anos, o escritório de Calafate foi autorizado, por meio de um concurso público promovido pela Secretaria municipal de Habitação, a realizar um projeto de arquitetura e urbanismo na área da antiga colônia. Suas intervenções previam a construção de creches e unidades habitacionais, além da revisão urbanística da localidade. Mas Calafate, que há 15 anos estuda a região, lamenta o fato de o concurso não ter contemplado o núcleo histórico.

— É o maior acervo de arquitetura eclética na Zona Oeste da cidade. Sem falar no aqueduto, que é ainda mais antigo: data do século XVIII. Há muitos anos tudo está abandonado. Fizemos vários projetos de revitalização na parte histórica, sempre no âmbito acadêmico, por isso nunca foram levados para frente — diz o arquiteto, reforçando que a parte histórica da colônia encontra-se em estado deplorável.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

O GLOBO RIO

90% off no 1º mês APROVEITE

BUSCAR

ACESSE NO



localizado próximo ao Maciço da Pedra Branca, em área que anteriormente pertencia à Colônia Juliano Moreira, elaborou o Plano de Requalificação do Núcleo Histórico. Já aprovado pelo Inepac, o projeto tem como objetivo superar as ameaças decorrentes do estado de abandono, desde que a colônia para alienados foi extinta pelo Ministério da Saúde, bem como apropriar-se das oportunidades que surgirem após a requalificação da área, com a realização de eventos e campanhas.

TOMBAMENTO EM 1990

O tombamento do núcleo histórico da Colônia Juliano Moreira pelo governo do Rio, em 1990, foi resultado de estudos realizados pelo Inepac. Fazem parte das construções preservadas o aqueduto do século XVIII, a sede da fazenda, os casarões vizinhos e a igreja, construídos no século XIX. Embora mais recentes, os sete pavilhões hospitalares, erguidos na década de 1920 para abrigar os pacientes transferidos das colônias psiquiátricas da Ilha do Governador, também estão protegidos.

A importância do conjunto deve-se à variedade e à qualidade arquitetônicas de cada um de seus elementos, com interessante disposição urbanística no sítio, bem como ao seu valor histórico e cultural. Além disso, foi uma referência em medicina psiquiátrica no Brasil.

Mesmo estando protegido pela legislação, cabe ao proprietário do bem tombado cuidar de sua manutenção, lembra o Inepac. Originalmente, a colônia pertencia à União, mas, hoje, está sob a responsabilidade do município.

Apesar do mau estado dos prédios, o instituto garante que tem realizado fiscalizações. Desde 1990, informa, foram enviados à prefeitura diversos pedidos de recuperação dos bens tombados, por meio de ofícios. O Inepac destaca entre as realizações recentes as obras emergenciais na fachada e no telhado da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios — que agora conta com o mutirão das donas de casa só para a manutenção.

DESPREZO PELA HISTÓRIA

Para a arquiteta especializada em patrimônio e vice-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Cêça Guimaraens, à exceção da igreja e do aqueduto, que precisam apenas de manutenção, os demais prédios demandam uma intervenção profunda:

— São problemas seriíssimos de estrutura que comprometem essas construções. Vemos as ferragens aparecendo e os telhados sem conservação. Estão em estado de arruinamento, sem falar no risco que oferecem.

Cêça destaca que os prédios são representativos de uma fase importante da arquitetura brasileira do século XIX. Esse abandono, para ela, significa um desprezo pela história, pois o tombamento dá um respaldo legal para que não se deteriorem.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O GLOBO RIO

NEW VITARA

A partir de R\$ 96.490,00

90% off no 1º mês APROVEITE

BUSCAR Q ACESSE NO

SUZUKI YUKI

PUBLICIDADE

— Por que os diferentes agentes públicos (Iphan, Inepac e a Prefeitura) não se articulam para que a história da arquitetura brasileira seja preservada? — questiona.

Ela enumera os detalhes nas varandas, janelas, escadas e na distribuição dos prédios como exemplos de contribuições.

— Os elementos de arquitetura e de composição desses pavilhões são muito sugestivos e importantes para um laboratório de experiências arquitetônicas. Sem falar nas linguagens e estilos diferenciados que apresentam — comenta a especialista.

Anexo 2 - Resolução D.O. n. 8 de 15 de dezembro de 2010.



Na Portaria nº 036, de 04 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2010, seção 3, página 129, no parágrafo único do artigo 2º, onde se lê "O prazo para a implementação do projeto será de vinte e quatro meses" leia-se "O prazo para a execução dos objetivos do projeto será de três anos". Foi revogado o art. 3º.

COMITÊ GESTOR DO PAC-COLÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Depois sobre recomendações sobre diretrizes para o Plano de Uso e Ocupação do NEHC e a definição de compromissos em um conjunto visando a consolidação de projetos de preservação e gestão que tem como finalidade as diretrizes pactuadas, bem como a execução de ações emergenciais.

O Comitê Gestor do PAC-COLÔNIA, instituído por força do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) celebrado em Agosto de 2008 envolvendo União Federal, representada pela Secretaria do Patrimônio do Estado do Município de Medellín, o Ministério do Planejamento e Ministério das Cidades, Prefeitura do Rio de Janeiro e Fundação Getúlio Vargas (FIOCRUZ).

CONSIDERANDO as atribuições que lhe foram conferidas pelo Pacto de União, da Comissão Técnica do referido ACT, que lhe deu a aprovação Resoluções dispostas, dentre outros aspectos, sobre temas a serem regulamentados, áreas onde deverão ser desenvolvidos projetos de preservação, bem como diretrizes pactuadas em conjunto com os equipamentos urbanos, procedimentos a serem adotados, atribuições e responsabilidades dos envolvidos, respeitadas as normas da legislação aplicável;

CONSIDERANDO que os membros do ACT se comprometeram a desenvolver ações conjuntas e cooperação técnica, entre outras, para o plano desenvolvimento de programas e ações de regulamentação fundiária, previsto institucional e de equipamentos urbanos em imóveis da União situados na Colônia Julião Moreira (Colônia 17);

CONSIDERANDO que o Contrato de cessão, sob o regime de afecção gratuito, do setor 2 da Colônia Julião Moreira, à União/SU, à Prefeitura do Rio de Janeiro, de outubro de 2008, define que em sua cláusula sétima, inciso III, que a Prefeitura deverá, sob o nome de Comitê Gestor do PAC, criar e manter em funcionamento de um grupo a nível local no posto dela, sob previsão no contrato;

CONSIDERANDO a necessidade de dar efetividade e garantir a execução das ações no âmbito do Comitê Gestor;

CONSIDERANDO o disposto no Plano de Trabalho, para integrantes do ACT, em sua seção III sobre a formação do Grupo de Trabalho, aprovação e implantação do Plano de Ação com base em reuniões e parcerias dos Grupos de Trabalho;

CONSIDERANDO os Artigos 10 e 12 da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2008, que trata das responsabilidades e atribuições do desenvolvimento do grupo de trabalho, do Plano Diretor e do Plano de Gestão do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas.

Resolve aprovar a presente Resolução, nos seguintes termos:

DO OBJETIVO:

Art. 1º - A presente Resolução visa recomendar diretrizes para o Plano de Uso e Ocupação do NEHC e compromissos entre os parceiros visando a consolidação de propostas de preservação e gestão que tenham finalidade as diretrizes pactuadas, bem como a execução de ações emergenciais.

DO NÚCLEO HISTÓRICO RODRIGUES CALDAS:

Art. 2º - Com vistas à preservação dos bens de interesse cultural existentes no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas (NHRC) situado no Setor 2 da Colônia 17, o Comitê Gestor do PAC Colônia resolve que seu Plano de Uso e Ocupação possua como diretrizes:

A) Carta Patrimonial, em especial o conceito de Com Narrativa Integrada para recuperação de centros históricos degradados constantes da Declaração de Amsterdã de 1975;

B) plano de Grupo de Trabalho Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, em versão realizada em 05 de abril de 2010, que apresente a consolidação de seus representantes nos seguintes pontos:

C) projeto apresentado pela Financas foi aprovado pelo grupo de trabalho sendo incorporado ao plano diretor para o setor;

E) importância a formalização do grupo de trabalho para o NHRC com a qualificação das fontes de trabalho e que haja uma gestão compartilhada dos espaços;

F) conceito de Sustentável, cujos objetivos são:

A) melhoria da qualidade de vida dos moradores da região;

A) valorização do patrimônio cultural e natural;

A) melhoria da coesão social com o fomento da vida cidadã e da diversidade cultural e étnica;

A) promoção de atividades esportivas;

A) preservação de recursos naturais e a diminuição no impacto ambiental;

Art. 3º - O projeto que está subsidiado pelos incisos I, II e III do Art. 2º, subdividido em três setores com interesses distintos do Parque e ocupação, sendo os seguintes:

Um setor destinado às atividades socio-culturais, sendo como decorre o Museu Diego de Rosário de Arte Contemporânea, a ser implantado no Pavilhão 01; e o Museu do Sítio da Colônia Julião Moreira, a ser instalado nas antigas Sede da Fazenda, com destaque em outros edifícios existentes, como nos dois edifícios nº 01 e 02, e nos demais das antigas oficinas, localizada na parte posterior da Praça de Artes e Oficinas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.prem.gov.br> pelo código 00012011000000012.

Anexo 3 – Primeira pedra para a nova igreja

tremendo visivelmente, e ao mesmo tempo procurando penetrar com a vista a espessura da matta.

— Medo ! replicou o velho, esforçando-se para descobrir a causa do espanto de sua neta.

— Sim, sim ! disse Catharina soluçando e abrindo os olhos com o avental ; sim, está tu acabado, nós somos desgraçados : elle foi iluzido no sorteio.

— Como podes sabel-o ? Ah ! tu me fazes lembrar tambem ! disse o velho com anxiedade.

A joven apontou com o dedo para o lado do caminho, além das arvores.

— Ali em baixo ! por traz da matta... cutai !

— Nada ouço... Vem, apressemo-nos mais são os conscriptos. Tanto melhor !

— Meu Deus, meu Deus ! exclamou a joven eu ouço uma voz... tão triste, tão triste !... como um grito lugubre, que fere meus ouvidos.

Por um instante e com inquieta admiração o velho contemplou sua neta, que parecia estar sons longinquos. Elle tambem presto os ouvidos para comprehender o ruido que parecia perturbar o silencio da floresta. De repente um sorriso esclareceu seu semblante.

— Innocente ! diz elle. E' o vento que louça as arvores.

— Não, não, respondeu a joven, mais longe, mais longe, além da matta... Não ouves tu a voz, que se lastima ?

Após um instante de attenção, tornou a ouvir a voz :

— Eu comprehendo agora o que queres dizer. E' o cão do bom Nicoláo que pede por uma morte ; sua mulher decerto, que morreu de noite, depois de prevenida com os necessarios Sacramentos. Deus a receba em sua santissima gloria.

Catharina que, pela exaltação de su' alma, mára o funebre lamento pelo mensageiro, uma desgraça inevitavel, reconheceu o seu sempre enchugando as copiosas lagrimas que cahião de seus olhos, ella adiantou seus passos e seguia em silencio o velho, até que elle disse :

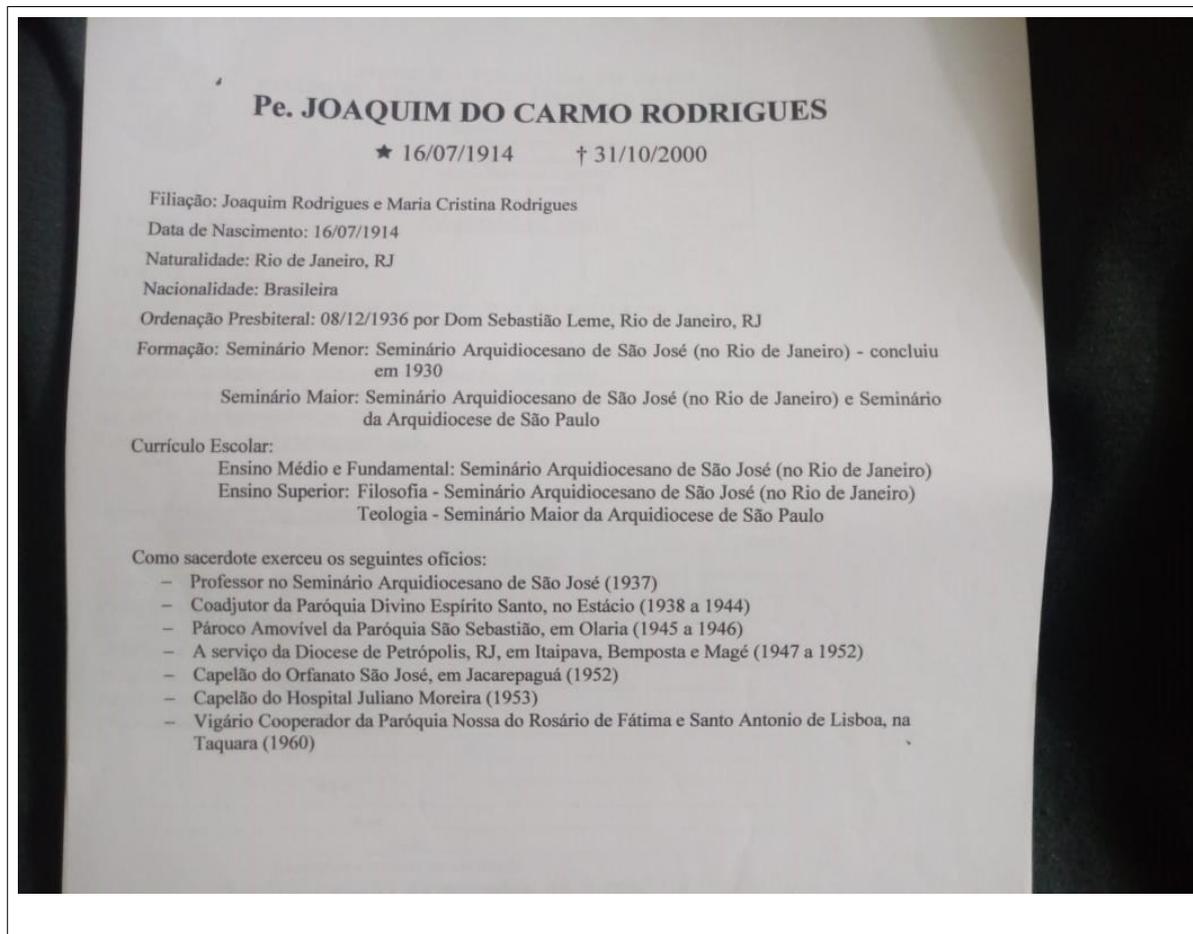
— Catharina, se tu estás tão inconsolavel, que se dirá então de sua mãe ? Que dirá o mesmo, seu avô ? Nós o criamos á custa de nosso suor, amamol-o como á menina dos olhos. Agora que estamos velhos e cansados, elle nos sustentar e consolar... e se Deus, mim, não enviar seu bom anjo para o cuidar pela mão... será soldado, deixar-nos-nos nossa miseria...

Estas palavras produzirão abundantes lagrimas em Catharina, que respondeu com uma saustosa queixa :

— Isto nada é, meu avô ; tambem não tenho braços, e se não podeis, eu mesmo correi o boi aos campos, e sosinha darei com todo o trabalho ; mas elle ! mas João ! o pobre môço ! Só ouvir juras e blasfemias, ser pancado, preso, ter fome e soffrer tanto ! ver mais aquelles que o amão sobre a terra e não vós, nem sua mãe, nem seu irmãosinho, e ninguem á excepção desses grosseiros e soldados !

— Não falles assim, Catharina, disse o velho com a voz alterada, tuas palavras me fazem mal. Porque te lamentas com tanta amariedade ? Tu te desolavas e tremes como se não ducesses de sua desgraça ; eu pelo contrario tenho um presentimento que me faz pensar que tirou um bom numero ; eu tenho confiança na bondade de Deus.

Um imperceptivel sorriso appareceu a face das lagrimas de Catharina ; entretanto não respondeu, e todos dous silenciosos continuaram seu caminho até a aldeia.

Anexo 4 – Biografia do Pe. Joaquim do C. Rodrigues

Anexo 5 - Interdição pela Defesa Civil.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA

GOVERNO DEFESA CIVIL

Coordenação Geral do Sistema de Defesa Civil
15 G/COSIDEC

AUTO DE INTERDIÇÃO: 0736, 2008,

Nos termos do artigo 8º e 10º da Lei nº 1.574 de 11 de dezembro de 1967 e do § 1º do artigo 3º do Decreto nº 26.966, de 31 de agosto de 2006, e, por ter sido constatada a existência de indícios de ameaça à integridade física de pessoas e bens, lavrei o presente AUTO DE INTERDIÇÃO do (a)

IGREJA NUNTA SENHORA DAS PENEDAS

Sito no LT. RODRIGUES CALDAS 3400 - ELLENIA JULIANO MOURA - TABOADA - JACARETANGA

OBS. _____

Rio de Janeiro, 01 de JULHO de 2008

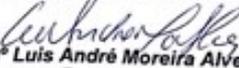
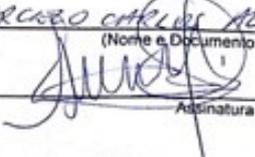
[Assinatura]
Assinatura (Funcionário)

Nome: ANTONIO JOSE SILVA MOURA Matrícula: 10/242514-3

Recebido por: ZILETE TEIXEIRA GITAHY (ARQUISTA)
[Assinatura]
Assinatura

DATA DE NASCIMENTO 21/02/64
Nome e Identificação Documental
SEM DOCUMENTO NO MOMENTO

Anexo 6 – Desinterdição

	<p>PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos Subsecretaria de Defesa Civil</p>	 
<h2 style="margin: 0;">DESINTERDIÇÃO PARA OBRAS</h2>		
<p>A Subsecretaria de Defesa Civil – SC/SUBDEC, com base nos termos do Artigo 62 da Lei Complementar nº 111 de 01 de fevereiro de 2011, e do Artigo 8º, Inciso VII da Lei 12.608, de 10 de abril de 2012, faz saber que a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, localizada na Colônia Juliano Moreira, sito à Estrada Rodrigues Caldas nº 3400 - Taquara - Jacarepaguá, objeto do Boletim de Ocorrência nº 9698/08, quando foi efetivado o Auto de Interdição nº 0736/2008, e do Boletim de Ocorrência nº 10012/14, datado de 18/06/2014, encontra-se desinterditada para obras, tendo em vista que o engenheiro civil, Marcos Antonio Bezerra, CREA nº 1986103574, assumiu a responsabilidade técnica para consultoria e acompanhamento dos serviços de restauração interna na citada Igreja, tendo para tal retirada a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº IN01261850, ficando a desinterdição, de forma total ao uso e habitabilidade, a critério do citado profissional que a efetivará após a conclusão dos mencionados serviços ou, se julgar pertinente, durante a execução dos mesmos.</p>		
<p>Cumpre informar que o citado profissional deverá verificar junto à respectiva Gerência de Licenciamento e Fiscalização – U/GLF e ao Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, quanto a necessidade de licenciamento para o local e demais exigências pertinentes, visto que o presente documento não substitui a Licença de Obras.</p>		
<p>Rio de Janeiro, 09 de junho de 2014.</p>		
 Engº Luis André Moreira Alves Assessor Especial -S/SUBDEC Matr. 11/151.563-4		
<p>Recebido por: <u>MARCELO CARLOS ALONSO - RG 30946-0001</u> <small>(Nome e Documento de Identidade)</small></p>		
 Assinatura		
Scanned by CamScanner		

Anexo 7 - Hino e oração à padroeira da igreja**HINO À NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS****I**

Vê teu povo que em festa te aclama
Virgem Santa Senhora sem par
Sobre nós tuas benção derrama,
E conserva na paz nosso lar

Coro

Senhora dos Remédios tão boa,
Para honrar-te viemos aqui,
Lá do céu com amor abençoa,
O teu povo que confia em ti

II

Cantam jovens em prece fervente,
Choram velhos pensando no adeus,
Guia os jovens no amor mãe clemente,
E a teus velhos a paz dá do céu

III

Virgem Mãe guada nossa família
De inimigo defende tua grês
Não permitas que fuja da trilha
quem de Cristo seguiu sempre a lei

IV

Volve agora a teu trono Mão Pia,
Nossa terra não te há de esquecer,
De nossa alma ser luz que alumia,
E remédio no nosso sofrer.

Anexo 8 – Santinho de São Cristóvão com oração

São Cristóvão

**ORAÇÃO A
SÃO CRISTÓVÃO**

SÃO CRISTÓVÃO, QUE LEVASTE UM DIA O FARDO PRECIOSÍSSIMO, O MENINO JESUS E POR ISSO ÉS VENERADO E INVOCADO COMO NOSSO PATRONO CELESTIAL. ABENÇOA A MIM E A MEU CARRO! DIRIGE MINHAS MÃOS, MEUS PÉS, MEUS OLHOS. GUARDA OS FREIOS, PROTEGEI-ME NAS CURVAS FECHADAS E NO ASFALTO MOLHADO.

GUARDA-ME DAS COLISÕES E DE PNEUS ESTOURADOS. LIVRA-ME DAS DERRAPAGENS. SEGURA ANIMAIS SOLTOS, PEDESTRES DISTRAÍDOS E IMPRUDENTES. DÁ-ME CORTESIA PARA COM OS OUTROS MOTORISTAS E SOBRETUDO PARA COM OS GUARDAS DE TRÂNSITO.

QUE EU SEJA CAUTELOSO NAS RUAS MOVIMENTADAS, ATENTO NOS CRUZAMENTOS E NUNCA ALCOOLIZADO, PARA QUE UM DIA EU POSSA IR SEGURO E DIRETAMENTE, NÃO ANTES DO PRAZO, PARA A GARAGEM DO CÉU. AMÉM.

68

SAN FRANCIS

Anexo 9 - Tríduo

Tríduo
em honra à Nossa Senhora dos Remédios

Programação:
1º Dia às 19h (18/10)
Nossa Senhora de Guadalupe :
Padroeira da América Latina
Participação: Pe. Vitor

2º Dia às 19h (19/10)
Nossa Senhora de Lurdes:
Chamado a conversão e
penitência
Participação: Pe. Jorge Bispo

3º Dia às 19h (20/10)
Nossa Senhora da Imaculada
Conceição :
Maria a arca da nova e eterna
aliança
Participação: Pe. Robert

DIA DA PADROEIRA
Dia 21/10
Procissão às 9h
Missa às 10h30
Participação : Dom Roberto Lopes

Capela Nossa Senhora dos Remédios
Estrada Rodrigues Caldas, 3428
(Colônia)

Paróquia
NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS